

11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2015 | Paranaíba-MS



XI SCIENCULT

Simposio Científico-Cultural



"MÍDIA: A PRODUÇÃO DO CONSENSO E A CULTURA DA VIOLÊNCIA"

Realização



Cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Direito e Especialização em Educação

Organização

Alexandre de Castro (Vice coordenador geral)

Dabel Cristina Maria Salviano (Vice coordenadora geral)

Leni Aparecida Souto Miziara (Vice coordenadora geral)

Maria Silvia Rosa Santana (Coordenadora)

Membros da Comissão Organizadora

Ana Cléia de Oliveira Páscoa Martins Yoshizaki

Andréia Lemos de Oliveira

Cleidione Jacinto de Freitas

Elson Luiz de Araujo

Geraldino Carneiro de Araujo

Hélio R. Braunstein

José Péricles de Oliveira

Marianny Alves

Renato Lustrosa Sobrinho

Roberta Alessandra Pantoni

Sabrina Helena Bonfim

Sandra Maria Pereira da Silva

Susy dos Santos Pereira

Tiago Donda Rodrigues

Comissão Científica

Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Doracina Aparecida de Castro Araujo

Estela Natalina Mantovani Bertolotti

Isael Jose Santana

Jassonia Lima Vasconcelos Paccini

José Antonio de Souza

Lucélia Tavares Guimarães

Milka Helena Carrilho Slavez

Rodrigo Cogo

Rosane Michelli de Castro

Silvia Regina Vieira da Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS)

REITOR Fábio Edir dos Santos Costa

VICE-REITOR Laércio Alves de Carvalho

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Sandro Márcio Lima

PRÓ-REITORA DE ENSINO

João Mianutti

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Luciana Ferreira Da Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Márcia Regina Martins Alvarenga

Simpósio Científico-Cultural (11. : 2015, Paranaíba, MS)

Cadernos de programação e resumos/ XI Simpósio Científico Cultural;
organização de Maria Sílvia Rosa Santana. - Paranaíba, MS: UEMS, 2015.

148p.

Bianual.

ISSN: 2178-9614.

Tema: "Mídia: a produção do consenso e a cultura da violência"

1. Simpósio - Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
– Cadernos. I. Santana, Maria Sílvia Rosa. II. Santana, Maria Sílvia Santana.
II. Título.

CDD - 370

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

SUMÁRIO

A COMERCIALIZAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE MECÂNICA E ORGÂNICA	18
Kássia Jordany Sousa Pereira (UEMS)	
Maria Alice Rodrigues Freitas (UEMS)	
Talita Aguiar Braga (UEMS)	
Marília Rulli Stefanini (UEMS-FIPAR-FUNEC)	
A INFLUÊNCIA DO SEXISMO DA CULTURA POP NA OBJETIFICAÇÃO DA MULHER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PREVENÇÃO: O CASO DAS REVISTAS EM QUADRINHOS.....	18
Junia Eloize Muniz Ferreira (G-UEMS) – FUNDECT/PIBIC	
Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)	
A SUBJETIVIDADE DO PROLETARIADO DIANTE DA ARTE URBANA	19
Alexandre de Castro (UEMS)	
Marlon Martins Pontes (UEMS)	
DIÁRIO DE UM VELHO LOUCO DE JUNICHIRO TANIZAKI:A VISIBILIDADE E A EROTIZAÇÃO DO CORPO FEMININO	20
Mônica Rodrigues Suminami (UEMS)	
GÊNERO E EDUCAÇÃO: DA INSUSTENTÁVEL SEPARAÇÃO À COMPREENSÃO DE SUA UNICIDADE.....	21
Leandro Batista de Castro (PG-UEMS)	
Maria Helena Bimbatti Moreira (PG-UEMS)	
GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: um estudo com alunas “domesticadas” da UEMS/ Paranaíba-MS.....	21
Paola Souza Duarte (UEMS)	
GÊNERO, CURRÍCULO E PODER: breves considerações acerca da reconstrução curricular dos cursos de Direito no Brasil	22
Priscila Aparecida Silva Cruz (UEMS/ PIBAP-UEMS)	
Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)	
O LUGAR DOS CORPOS QUE NÃO IMPORTAM NA (PARA A) UNIVERSIDADE	23
Cledione Jacinto Freitas (UNESP/Bolsista CAPES)	
Júnior Tomaz de Souza (UEMS)	
Weslem Martins Santos (UEMS)	
OS FUNDAMENTOS DA NEGAÇÃO DOS CONFLITOS RACIAIS NO BRASIL.....	24
Dirceu Lorenzi de Matos/UEMS	
SER FEMINISTA EM DOURADOS-MS: SENTIDOS QUE CIRCULAM NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS	24
Luan Fernando Schwinn Santos (UFGD)	
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL Como diferenciar? Relato de professores	27
Deine Esly Iglesias Junqueira Hernandes (UEMS)	

Maria Helena Bimbatti Moreira (UEMS)

**A PROPOSTA DE INCLUSÃO ESCOLAR E A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS
MULTILATERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....27**

Maria Amélia Alves Mendes de Souza (UEMS/SED-MS)

**MEDICALIZAÇÃO E TDAH: DISCUSSÕES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO E EM PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL28**

Mayara Coutinho (UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
DE ARAÇATUBA: ações efetivas de inclusão29**

Patrícia Bispo De Araújo (UEMS)

**O JOGO COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um olhar para
a deficiência intelectual30**

Pamela Joane de Freitas Neves (PG-UEMS)

Alexandre de Castro (UEMS)

**REVELAÇÕES DOS AUTORES DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SOBRE
SURDEZ E LIBRAS (2005-2014)30**

Danilo Pessopane de Almeida (UEMS-PGEDU)

Samara Rodrigues da Cruz (UEMS-PGEDU-OBEDUC/CAPES)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: MAPEAMENTO EM ARTIGOS DAS REVISTAS
EDUCAÇÃO ESPECIAL E REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....31**

Rita de Cássia Lima (UEMS-PIBIC-FUNDECT/PAPOS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS-FUNDECT/PAPOS)

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA:
discussões sobre as atuais configurações do ensino religioso no país34**

Keila Patricia Gonzalez (UFMS)

Leonardo Chaves de Carvalho (UFMS)

A CULTURA ESCOLAR SOB A ÓTICA DO VIDEOCLÍPE34

Júlio César Bombonatti (UEMS)

Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS)

**A HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO NORMAL EM ITURAMA: UMA ANÁLISE NA
PERSPECTIVA DA PRIMEIRA TURMA (1968-1970).....35**

Milton Junior Marrega (UEMS)

Adriana Barbosa Oliveira Marrega (UEMS)

**CRISE ECONÔMICA E ESTADO BRASILEIRO: O papel da mídia na construção da opinião
pública38**

Leonardo Evaristo Teixeira (G – UFG)

Pedro Afonso Martini Dreyer (G – UFG)

Carlos Augusto de Oliveira Diniz (Orientador)

O DEVER DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR.....39

Mariana de Lima Rocha (UEMS – FUNDECT)
Dabel Cristina Maria Salviano (UEMS)

O TRABALHO NA (IN) CONSCIÊNCIA DA MASSA39
Samuel Levy Trindade Júnior (UEMS)

ARQUEOLOGIA DO SUJEITO ALUNO IDOSO: AS REGULARIDADES DO DISCURSO ...42
Celso Ricardo Ribeiro de Aguiar (PG-UEMS)
Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LITERATURA.....43
Camila Gonçalves da Costa (PG-UEMS)

O (PRÉ) CONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA43
Alexandre Dronov Alves (G-UEMS/UUC)
Thais LoreyneRozzaGarbelin (G-UEMS/UUC)

**A ABORDAGEM DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO
MÉDIO UTILIZADO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CASSILÂNDIA-MS44**
Deilhamar Rodrigues da SILVA (G-UEMS/CAPES/PIBID/UUC)
Ana Paula Tribesse Patrício DARGEL (UEMS/CAPES/PIBID/UUC)

UM ESTUDO DO LIVRO O REI DE QUASE-TUDO DE ELIARDO FRANÇA.....45
Edna Silva Simões (UEMS)
Estela Natalina Mantovani Bertolletti (UEMS)

**POLÍTICA EDUCACIONAL A FAVOR DAS MINORIAS: a importância da escola para o
índio da aldeia São João- Porto Murtinho/MS46**
Selma Marques da Silva Fávaro (UFMS)

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIVERSIDADE: INCLUSÃO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS
INDÍGENAS47**
Cristiane Pereira de Moraes e Sousa (UFMS)

**POLÍTICA PÚBLICA DE ALFABETIZAÇÃO AO COMBATE DO FRACASSO ESCOLAR TENDO
COMO REFERÊNCIA AS CLASSES DE ACELERAÇÃO DE APRENDIZAGEM47**
Ana Maria Franco Pereira (UEMS/CAPES)
Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)

**RELAÇÕES DE PODER EM PRÁTICAS ESCOLARES HETERONORMATIVAS E O ESPAÇO
DA DIVERSIDADE SEXUAL.....48**
Fernando Guimarães Oliveira da Silva (AEMS)
José Antonio de Souza (UEMS)

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA
PROFESSORES ALFABETIZADORES NO BRASIL49**
Lidiane Malheiros Mariano de Oliveira (UEMS)
Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: novos paradigmas.....52
Isabela dos Santos de Oliveira (G – UEMS)
Léia Comar Riva (UEMS)

A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO FORTALECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: A UEMS COMO EXEMPLO EM MATO GROSSO DO SUL 52

Juão Ozilo Silva Ferreira (Bolsista PIBIC-UEMS/ FUNDECT)
Sidinéa Cândida Faria (UEMS)

NOVAS MODALIDADES DE FAMÍLIA: DIVERSIDADE E RELAÇÃO FAMILIAR..... 53

Lucas Teixeira Dezem (G-UEMS)
Léia Comar Riva (UEMS)

DIREITOS DO NASCITURO: LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL 54

Eduarda Oliveira Dib (G- UEMS)
Léia Comar Riva (UEMS)

O DIREITO A “UM TETO” E DIGNIDADE HUMANA EM DEBATE: O PAPEL DA MÍDIA NA DESMORALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PRÓ-MORADIA 55

Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO IDOSO..... 55

Monique Costa Canton (G-UEMS/FUNDECT)
Léia Comar Riva (UEMS)

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – UMA PERSPECTIVA CONCEITUAL SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL 56

Matheus de Toledo Dalecio (UEMS/UEMS)
Sidinéa Cândida Faria (UEMS)

ACESSO À JUSTIÇA NA COMARCA DE PARANAÍBA-MS:um direito fundamental provido por meio do processo coletivo 57

Otávio Armando Santos (UEMS/PIBIC – FUNDECT)
Gláucia Lamblém (UEMS)

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS *LATU SENSU* E A POSSIBILIDADE DE REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA 58

Juliana Gomes Marques (UEMS)
Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL 58

Léia Comar Riva (UEMS)
Jemima Gonçalves Costa (UEMS)

MITIGAÇÃO DOS PREJUÍZOS PELO CREDOR: UMA ANÁLISE À LUZ DA BOA-FÉ OBJETIVA 59

Lucas Sanches Tizzo (UEMS)
Léia Comar Riva (UEMS)

O ESTUDO DO PROGRAMA DE MONITORIA DESDE A SUA FUNDAÇÃO ATÉ A SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL 60

Vicente Matias Garcia Belo (G – UEMS)

Sidinéa Cândida Faria (UEMS)

O ESTUDO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE EM FACE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS60

Gabriela Andreatti de Jesus (G-UEMS/FUNDECT)
Léia Comar Riva (UEMS)

O IDOSO COMO SUJEITO DE DIREITOS: UM OLHAR SOBRE A CIDADANIA61

Magda Rocha Rodrigues de Oliveira (G-UEMS)
Léia Comar Riva (UEMS)

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO PÚBLICO E A OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ESTADUAL EM MATO GROSSO DO SUL..... 62

Rayane Machado Pereira (UEMS/Fundect/CNPq)
Sidineia Cândida Faria (UEMS)

OS CUIDADORES SOB A PERSPECTIVA DOS IDOSOS: UMA LIÇÃO DE CIDADANIA...63

Ivana Vitorino Galon (G-UEMS)
Léia Comar Riva (UEMS)

IDENTIDADE E O RECONHECIMENTO DO OUTRO NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS65

Maria Cristina Leal de Freitas
Carlos Eduardo França

DIFUSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: a construção do conhecimento para jovens da rede pública do município de Paranaíba”66

Túlio Onuma da Silva (PIBEX- PROEC/UEMS)
Sidineia Cândida Faria (UEMS)

ENSINANDO DIREITOS HUMANOS POR MEIO DE VALORES66

Natália Gava Menconi (UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

ENTRE APAGAMENTOS E SILÊNCIOS: memórias e esquecimentos na Instituição ...67

Randiza Santis Lopes (UNIRIO/FAPEAM)

GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA E A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS68

Reille Cristovão da Cunha (UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

INVISIBILIDADE E CORPO: direitos ignorados69

Roberta Carreira Trazzi(UEMS)
Isael José Santana (UEMS)

O PAPEL DA NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....70

Lidiane Pompeu Caetano (G/UEMS – PROEC)
Léia Comar Riva (UEMS)

OS DIREITOS DA PERSONALIDADE CIVIL À LUZ DA NORMA QUE A EFETIVA	70
Natalia Kudo da Silva Sá (G-UEMS)	
SOLIDARIEDADE E DIREITOS HUMANOS: um encontro possível na escola.....	71
Rodolfo Henrique Guimarães Aúco (UEMS) (PIBEX- PROEC/UEMS)	
UM ESTUDO ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS	72
Susy Dayanne Ferrari Kuradomi Teixeira Rocha – UEMS	
Angela Aparecida da Cruz Duran – UEMS	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: novos paradigmas.....	73
Isabela dos Santos de Oliveira (G – UEMS)	
Léia Comar Riva (UEMS)	
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA IDOSOS: a triste realidade das instituições públicas e privadas no Brasi	74
Priscila Alves Martins (G-FIPAR)	
Sueli da Silva Aquino (FIPAR)	
O TRABALHO POR NECESSIDADE NA TERCEIRA IDADE.....	74
Cauê Garcia de Carvalho (G-UEMS)	
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)	
O DIREITO E O AFETO - A JUSTIÇA COMO FONTE REPARADORA DO ABANDONO AFETIVO	75
Anelisa Diniz Alves (UNIRP)	
Leonardo Chaves de Carvalho (UFMS)	
ANÁLISE DA MÚSICA “UM MUNDO BEM MELHOR” NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	76
Jorge Augusto Leite (G-UEMS/CAPES/PIBID)	
Telma de Souza Garcia Grande(UEMS/CAPES/PIBID)	
EIRELI: a empresa individual de responsabilidade limitada no direito brasileiro....	78
Ana Emília Albaceta (UEMS)	
Marília Rulli Stefanini (UEMS)	
O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO NCPC NAS AÇÕES COLETIVAS.....	78
Mayrê CaniatoSilva (UEMS)	
Gláucia Aparecida da Silva FariaLamblém (UEMS)	
MULHERES E PRISÃO; GESTAÇÃO E LIBERDADE.....	81
Nathália Vasoni Blockvitz (UEMS)	
Isael José Santana (UEMS)	
INDIGNADOS CRIMINALIZADOS: uma perspectiva da criminologia crítica, da criminalização e da vulnerabilidade de se manifestar durante as manifestações de junho de 2013.....	82
Leonardo EvaristoTeixeira (G – UFG)	

Pedro Afonso Martini Dreyer (G – UFG)
Carlos Augusto de Oliveira Diniz (Orientador)

A ABORDAGEM LITERÁRIA REFLEXIVA E A LEI MARIA DA PENHA COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA DIGNIDADE FEMININA83

Beatriz Furlan de Carvalho (UEMS)
Michela Mitiko Kato Meneses de Souza (IFMS)

A EXCLUSÃO CIVIL EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONAL TRANSMISSIBILIDADE PENAL-SOCIAL84

Gabriela Queiroz Esteves Ribeiro (PIBEX- PROEC/UEMS)
Isael José Santana (UEMS)

COLARINHO BRANCO: crime desconhecido pela sociedade, que sofre abruptamente com seus efeitos85

Bruno Freitas Moura (G- UEMS)
Mario Lúcio Garcez Calil (UEMS)

O CONTROLE SOBRE O CORPO FEMININO: violação de direitos no cárcere86

Juliana Rodrigues Longo (FIPAR)
Marianny Alves (FIPAR)

O DESPERTAR DA CIDADANIA – ABRIGO MUNICIPAL DE PARANAÍBA86

Gabriel Carvalho Diogo (UEMS/PIBEX – FUNDECT)
Isael José Santana (UEMS)

REINCIDÊNCIA CRIMINAL NO POPULISMO MIDIÁTICO87

Bruna de Souza (G-UEMS)
Lisandra Moreira Martins (PUC-SP/Capes/UEMS)

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E MÍDIA: SOBRE A LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA PENAL88

Marianny Alves (FIPAR)

SELETIVIDADE NO PROCESSO PENAL: breve análise na comarca de Paranaíba89

Paula Lorena Ferreira dos Santos (G – UEMS/PIBIC)
Isael José Santana (UEMS)

VITIMOLOGIA E O EQUÍVOCO DA SELETIVIDADE DE GÊNERO: Como a mídia aborda esta temática?89

Carolina Silva Masson (UEMS)
Isael José Santana (UEMS)

LEI MARIA DA PENHA POLÍTICA PÚBLICA PARA GARANTIR DIREITOS DE MULHERES TRAVESTIS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO DO SEXO FEMININO: UM ESTUDO SOBRE SUA APLICAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL90

Thatielle Layra Galves Gonçalves Oliveira (G-UEMS)
Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS NAS CRIANÇAS: OPAPPEL DO ENSINO NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL.....93

Jimmy Pierre (PPGE/UEMS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

O CONCEITO DE ENSINO, APRENDIZAGEM E MEDIAÇÃO: À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA93

Adriana Barbosa Oliveira Marrega (UEMS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: SUA EVOLUÇÃO E SUA RELEVÂNCIA NOS DIAS ATUAIS

Diego Fernandes Beserra de Brito (UEMS)94

Rilker Dutra de Oliveira (UEMS)

Denise Corrêa da Costa Machado Bezerra (UEMS)

DIFERENÇAS QUALITATIVAS ENTRE AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE VIGOTSKI E RUBINSTEIN: do reflexo psíquico a internalização das funções psicológicas superiores95

Alexandre Pito Giannoni (UFMS/CPAR)

AS VIVÊNCIAS DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DA ESCOLARIZAÇÃO FRENTE AO ENSINO DE MATEMÁTICA: como as concepções e práticas pedagógicas podem influenciar as aprendizagens96

Douglas Tosta da Silva (Prefeitura Municipal de Paranaíba/ MS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA POR MEIO DA MÚSICA COM FOCO NA INTERDISCIPLINARIDADE GEOGRÁFICA E CULTURAL97

Telma de Souza Garcia Grande (UEMS-Unidade Universitária de Cassilândia)

A FUNÇÃO DA BABÁ NA EDUCAÇÃO INFORMAL DA CRIANÇA, NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL.....97

Jaciene Aparecida da Silva (G-UEMS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

BRINCAR PARA ESCREVER: análise da apropriação da escrita à luz da Abordagem Histórico-Cultural98

Elizângela Ferreira de Andrade (UEMS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

AS EMOÇÕES NA OBRA DE VIGOTSKI: um percurso histórico-cultural.....99

Júlia Carolina da Costa Santos (PPGE/UEMS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

O ENSINO DE ARTE E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO PROCESSO DIDÁTICO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA100

José Estevão Duran Filho

Gabriela Massuia Motta

O PAPEL DA MÍDIA NO DIREITO À IMAGEM DAS COMUNIDADES CARENTES (FAVELAS): entre o dever de informar e de indenizar102

Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

Josilene Carvalho Silva (G-UEMS)

Vinícius Thalles Oliveira e Silva (G-UEMS)

O DIREITO ATRAVÉS DO CINEMA: REFLEXÕES SOBRE O JULGAMENTO DE BECKERT NO FILME M - O VAMPIRO DE DUSSELDORF (1931), DE FRITZ LANG	102
Marília Corrêa Parecis de Oliveira (UNESP- IBILCE)	
O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS ÁRABES E ISRAELENSES EM PARANAÍBA: UM LEVANTAMENTO ACERCA DO PRECONCEITO.....	103
Ângela Aparecida da Cruz Duran (UEMS)	
Laura Queiroz Vieira Guimarães (G-UEMS)	
COORDENADOR PEDAGÓGICO: limites e desafios no contexto do OBEDUC	106
Leni Aparecida Souto Miziara, (UEMS-Paranaíba/SEDMS/EEWGG)	
Juliane Pivetta Ferro (UEMS-Paranaíba/SEDMS)	
Fábio Luiz Leonel Queiroz (UEMS-Paranaíba/SEDMS)	
EDUCAÇÃO INTEGRAL E VIOLÊNCIA DA ESCOLAR	107
Soraya Cunha Couto Vital (UFMS)	
Sônia da Cunha Urt (UFMS)	
INDISCIPLINA ESCOLAR E A RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO	107
Denise Moreira Neves (UEMS)	
Weslem Martins Santos (UEMS)	
O ENSINO DA MATEMÁTICA A PARTIR DE UM TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO OBEDUC	108
Marlon Max dos Santos Silveira (PG-UEMS)	
Raquel Marques Ribeiros dos Santos (PPG-UEMS)	
Elson Luiz de Araujo (PPG-UEMS)	
REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	109
Lívia Arruda Abranches (PPGE/UEMS)	
Susy dos Santos Pereira (PPGE/UEMS)	
Elson Luis de Araujo (UEMS)	
BRINCAR: direito omitido no cotidiano das crianças.....	110
Jucélia Calossa de Jesus (UEMS)	
Leni Aparecida Souto Miziara (UEMS)	
A REDUÇÃO DA INDISCIPLINA E DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: um olhar a partir da prática da Educação Física na escola	111
Nelson Vieira Torres (UEMS)	
Elson Luís de Araújo (UEMS)	
O PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA: INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE NA MINIMIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM MEIO ESCOLAR	111
Alessandro Brandete (UEMS)	
Elson Luiz de Araújo (UEMS)	
A PEC171 SOB OS HOLOFOTES DA MÍDIA.....	114
Ana Carolina Medeiros Moura e Silva (G/UEMS)	
Rodrigo Cogo (UEMS)	
O CRIME DE HOMICÍDIO “PASSIONAL” À LUZ DO DIREITO PENAL	115

Gabrielle de Oliveira Nunes (UEMS)
Lílian Borges dos Santos (UEMS)
Rodrigo Cogo (UEMS)

A EXPLORAÇÃO DA MÍDIA SOBRE A VIOLÊNCIA E AS DECORRENTES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 115

Isael José Santana (UEMS)
Diego Vinicius Queiroz Silva (G-UEMS)
Lucimar Ferreira Queiroz (G-UEMS)

A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DE GRANDE REPERCUSSÃO SOCIAL: O *In Dubio Pro Reo* em xeque 116

Julia Rocha Chaves de Queiroz e Silva (UEMS)
Rodrigo Cogo (UEMS)

A PRESUNÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MENOR NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 117

Delaine Oliveira Souto Prates (UNIVEM/UEMS/FIPAR)
Sílvia Leiko Nomizo (UNIVEM/UEMS/FIPAR)

O TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL DISPENSADO AOS PORTADORES DE TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL: ESTUDOS INICIAIS SOBRE O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRA 118

Rafaela Munhoz da Silva (UEMS)
Rodrigo Cogo (UEMS)

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A PESSOA IDOSA: A PROTEÇÃO GARANTIDA NO ESTATUTO DO IDOSO E O PAPEL DO DIREITO PENAL NA APLICAÇÃO DAS PENAS 119

Henrique Novatzky de Oliveira (G-UEMS)
Lisandra Moreira Martins (PUC-SP/Capes/UEMS)

EDUCAÇÃO E JUSTIÇA: O OBJETO EDUCACIONAL COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO 119

Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS/UNOESTE)

A ATUAÇÃO DO PIBID - SUBPROJETO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS - PARANAÍBA NA ANÁLISE DA VIDA ESTUDANTIL DOS ALUNOS DA ESCOLA DO CAMPO 122

Mariana Azambuja Ferreira Mendonça (UEMS-PIBID-CAPES)
Carlos Eduardo França (UEMS-PIBID-CAPES)

A DRAMATIZAÇÃO COMO RECURSO PARA DESPERTAR O GOSTO PELA LITERATURA INFANTIL 122

Jordevânia Azambuja Dias (UEMS/PIBID)
Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS/PIBID)

A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NA FORMAÇÃO DE DOCENTE DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIDADE DE PARANAÍBA 123

Paula Lemos de Paula (UEMS/PIBID)
Carlos Eduardo França (UEMS)

ANÁLISE SOBRE A INFRAESTRUTURA DA ESCOLA RURAL E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM124

Sérgio Garcia de Aquino (UEMS-PIBID)
Carlos Eduardo França (UEMS)

APRENDIZADO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: do ciclo da água ao tratamento e fornecimento da água em Paranaíba-MS.....125

Micheli Karla Caires Maia (UEMS/PIBID)
Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS/PIBID)

CONTRIBUIÇÕES DO PIBID PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: relato de experiências das alunas bolsistas126

Amanda Caroline Sousa Silva (UEMS)
Daniele Ferreira Lima (UEMS)
Jucélia Calossa de Jesus (UEMS)

DEBATENDO GÊNERO EM SALA DE AULA: VIVÊNCIAS DA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DA SOCIOLOGIA POR MEIO DO PIBID.....127

Carolina Farias de Lima (UEMS-Paranaíba)
Carlos Eduardo França (UEMS-Paranaíba)

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: nossa escola mais humana127

Telma de Souza Garcia Grande

ESPERAR PRA QUE! É POSSIVEL FAZER DIFERENTE?128

Hernani DorindoPiran (UEMS-Paranaíba/CAPES)
Djalma Querino de Carvalho (UEMS-Paranaíba)

O DICIONÁRIO COMO RECURSO DIDÁTICO PARA A AMPLIAÇÃO LEXICAL DO ALUNO129

Franciele Rodovalho Ferreira (G-UEMS/CAPES/PIBID/UUC)
Luiz Felipe dos Santos Henrique (G-UEMS/CAPES/PIBID/UUC)
Alessandra Leme Vezzali (SED /CAPES/PIBID)
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/ CAPES/PIBID/UUC)

I ENCONTRO DE EDUCADORES SOCIAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAÍBA/MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA130

Mariana Leal de Souza (SEMAS)
Lucinéia Silva de Freitas (SEMAS)
Simone Silveira dos Santos (LBV)

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO CAMUFLADO NOS DIZERES POPULARES131

Natália de Oliveira Medeiros (G-UEMS/CAPES/PIBID)
RafaelaTayná Moraes Maia (G-UEMS/CAPES/PIBID)
Alessandra Leme Vezzali (SED/CAPES/PIBID)
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

O USO DO LIVRO DIDÁTICO: UMA EXPERIÊNCIA DO PROJETO PIBID NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA131

Renato Bezerra Almeida (G-UEMS)
Djalma Quirino Carvalho(UEMS)

OS ANIMOTOPÔNIMOS NA TOPONÍMIA RURAL HUMANA DE TRÊS LAGOAS (MS)	132
Gisele Alves de Souza (G-UEMS/CAPES/PIBID)	
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (CNPQ/UEMS/ATEMS)	
OS TOPÔNIMOS DAS PROPRIEDADES RURAIS DE BATAGUASSU-MS	133
Juliana Paula da Silva (G-UEMS)	
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CNPQ)	
PIBID SUBPROJETO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS DE PARANAÍBA COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR RECONHECIMENTO	134
Wellington Aparecido Santos Lopes (UEMS)	
Carlos Eduardo França (UEMS)	
HAGIOTOPONÍMIA EM ÁGUA CLARA-MS	134
Franciele Rodovalho Ferreira (G-UEMS/CAPES/PIBID)	
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)	
PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS COMO ESTRATÉGIA A DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE	135
Ana Angelica Silva Rodrigues de Oliveira	
Rayane Aparecida da Silva	
Roberto Soares Ferreira	
PROJETO CONHECENDO AS PROFISSÕES: um olhar para o futuro	136
Greiby Cristina da Silva Souza (UEMS/PIBID)	
Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS/PIBID)	
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL? RELATO DE EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDAS COM JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	137
Fabiano Aparecido Souza de Jesus (UEMS)	
Carlos Eduardo França (UEMS)	
RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS ATIVIDADES DO PIBID - SUBPROJETO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS - PARANAÍBA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS ..	138
Reynoold Medeiros Duarte (G-UEMS)	
Carlos Eduardo França (UEMS)	
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ÉMILE DURKHEIM E O FATO SOCIAL	139
Viviane Salú Silva de Freitas (UEMS)	
RELATOS DE DOCÊNCIA: APRENDENDO NA PRÁTICA	139
Marco Lúcio dos Santos Marin (G-UEMS)	
RELATOS DE UMA CONQUISTA EM PROL DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS	140
Lucinéia Silva de Freitas (EAD/UFMS)	
Maria Ângela Pereira Pedroso (EAD/UFMS)	
SOCIOLOGIA, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO	141
Renato Amorim (UEMS)	
Carlos Eduardo França (UEMS)	

A MÚSICA NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA142

Beatriz Oliveira Costa (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Letícia de Paula Silvia (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Telma de Souza Garcia (UEMS/CAPES/PIBID)

O DICIONÁRIO BILÍNGUE DE ORIENTAÇÃO ESCOLAR COMO RECURSO DIDÁTICO PARA AMPLIAR O CONHECIMENTO LEXICAL DO ALUNO142

Caroline Costa Ferreira (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Stefânia Caroline Oviedo de Lima (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Alessandra Leme Vezzali (SED/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

OS PROVÉRBIOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DA LEITURA À PRODUÇÃO DE FÁBULAS143

Eloine Machado de Castro (CAPES/PIBID/G-UEMS/UUC)

Igor Nathan Camargo Santos (CAPES/PIBID/G-UEMS/UUC)

Alessandra Leme Vezzali (CAPES/PIBID/SED)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (CAPES/PIBID/UEMS/UUC)

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO: REFLEXÕES DE UMA EQUIPE DO PIBID144

Agnes Carolina Anton Viana (PIBID/UEMS)

Jessica Ribeiro Neves (PIBID/UEMS)

Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS)

EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR MEIO DO PIBID145

Daniel Leonel do Prado (UEMS/CAPES)

Irene Coelho Araujo (UEMS/CAPES)

A RELEVÂNCIA DA LINGUAGEM ORAL NO PROCESSO EDUCATIVO: UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID146

Jessica Adria Gonçalves (UEMS – PIBID/CAPES)

Débora Pereira de Carvalho (UEMS – PIBID/CAPES)

Cirana da Silva Araújo (UEMS – PIBID/CAPES)

Estela Natalina Mantovani Bertolotti, (UEMS – PIBID/CAPES)

DA LEITURA À PRODUÇÃO DE TEXTOS: A INTERVENÇÃO DIDÁTICA JOVEMSENADOR147

Cinthya KeraBartolomei (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Igor Nathan Camargo dos Santos (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Stefânia Caroline Oviedo de Lima (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

LOCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UMA EXPERIÊNCIA RELACIONADA A UTILIZAÇÃO DO JOGO BATALHA NAVAL148

Daniela Zanardo Rossetto (UNESP/Ilha Solteira/CAPES)

Silvia Regina Vieira da Silva (UNESP/Ilha Solteira/CAPES)

GT2

QUESTÕES RACIAIS, CLASSE
E GÊNERO

A COMERCIALIZAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE MECÂNICA E ORGÂNICA

Kássia Jordany Sousa Pereira (UEMS)

Maria Alice Rodrigues Freitas (UEMS)

Talita Aguiar Braga (UEMS)

Marília Rulli Stefanini (UEMS-FIPAR-FUNEC)

Diante das práticas sociais históricas, observa-se que os sujeitos pertencentes ao aglomerado societário exerceram classificações laborais de acordo com o gênero dos sujeitos, ou seja, configurava-se a sociedade mecânica divulgada por Durkheim (Da Divisão do trabalho social, 1893). Com a mutação social, histórica e cultural, nota-se que, para a literatura, a divisão do trabalho passou a ser vista e praticada sob o prisma orgânico, qual seja, divisão por especialidades. Entretanto, vislumbra-se que ao longo dos séculos, as liberdades individuais femininas foram contidas de modo em que as escolhas das mulheres foram feitas por outros membros da sociedade, tais como: pai, irmão, avô e marido. Nesta senda, uma considerável parcela da população ainda observa a mulher como o gênero mais fraco, e, por conseguinte, sua intelectualidade diversas vezes é ignorada e seu corpo é visto como um produto passível de ser vendido tanto literalmente, quanto figurativamente. Assim, o presente estudo justifica-se pela necessidade de conscientização e reconstrução da figura feminina no âmbito social, a fim de se reconhecer, resguardar e efetivar sua dignidade enquanto ser humano, assegurando seus devidos direitos resguardados e previstos em lei. Salienta-se que a metodologia deste estudo pauta-se em pesquisas de cunho bibliográfico, documental, e em mídias, utilizando-se como parâmetro o método hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: Mulher. Divisão do trabalho mecânica e orgânica. Discriminação. Opressão.

A INFLUÊNCIA DO SEXISMO DA CULTURA *POP* NA OBJETIFICAÇÃO DA MULHER E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PREVENÇÃO: O CASO DAS REVISTAS EM QUADRINHOS

Junia Eloize Muniz Ferreira (G-UEMS) – FUNDECT/PIBIC

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

A cultura pop é o conjunto de trabalhos artísticos com temas variados, como filmes, seriados, histórias em quadrinhos, mangás, músicas, livros, games e afins. E, se estabelece de diferentes formas nos diversos grupos de pessoas, não determina etnia ou credo para tal, mas o que fica claro é o alcance que ela tem, atingindo desde as crianças, até os adultos das diferentes classes sociais, sendo assim uma cultura de

entretenimento em massa. O enfoque do presente trabalho serão as HQs, bem como os produtos derivados das mesmas tais quais desenhos, os filmes, os mangás e os animes, com o direcionamento acerca da objetificação feminina e seus efeitos sobre a formação do caráter e consciência social das crianças, e posteriormente, sua conduta dentro da sociedade em face das relações interpessoais com a figura feminina. Baseado em método indutivo-dedutivo e descritivo através de pesquisas em material audiovisual, revistas em quadrinhos, mangás, desenhos animados e afins, e com o objetivo de contribuir com o Social, Direito e Arte, e apresentar os efeitos do sexismo da cultura pop, dentro do estado de formação moral de crianças e adolescentes, buscando entender os efeitos gerados durante esse período crucial na vida de todos os seres humanos, e suas repercussões durante a vida adulta.

Palavras-chave: Cultura Pop. Quadrinhos. Mangás. Sexismo.

A SUBJETIVIDADE DO PROLETARIADO DIANTE DA ARTE URBANA

Alexandre de Castro (UEMS)

Marlon Martins Pontes (UEMS)

Este trabalho tem como objetivo analisar o atual contexto da arte urbana com relação a seus criadores e receptores, evidenciando o distanciamento dos grafites dos muros das cidades, e os alocando em espaços privados ou museus, onde o acesso, a tais obras torna-se limitado a uma pequena parte da sociedade brasileira. A arte humaniza o homem, o transforma, mas dentro da conjuntura social brasileira ainda há limitações, pois, o trabalhador, é limitado por falta de acesso, tornando assim, alienado. O proletário tem sua subjetividade suprimida pelo trabalho, pois o mesmo é alienante. Desta forma, o contato com a arte urbana, e com sua realidade, possibilita a transformação do homem enquanto ser subjetivo. Percebemos que além de distanciar o acesso às artes das classes oprimidas, essa mudança de espaço pode também, transformar a subjetividade de quem a produz, pois agora a sua arte, passa a ter um valor comercial. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho procederemos a um levantamento bibliográfico a respeito da temática abordada utilizando com referência a concepção da “objetivação da vida genérica do homem”, Marx (1963), na apreensão do papel do trabalho, no caso específico da arte, na vida do “ser genérico”. Sua subjetividade se transforma em mera mercadoria, tendo em vista que alguns artistas além de migrarem das ruas para os museus participam de campanhas publicitárias, desde modo, o sentido da arte pode se perder para quem a produz.

Palavras-chave: Arte urbana. Proletariado. Subjetividade. Alienação do trabalho.

**DIÁRIO DE UM VELHO LOUCO DE JUNICHIRO TANIZAKI: A VISIBILIDADE E A
EROTIZAÇÃO DO CORPO FEMININO**

Mônica Rodrigues Suminami (UEMS)

A representação do gênero feminino na obra de Tanizaki é marcada pela postura de aversão a um comportamento *ocidentalizado*, ou seja, àquele capaz de conceder uma ação libertadora na sexualidade e no erotismo vividos pela jovem Satsuko, cujo o encanto concedido ao seu sogro, um homem velho e ranzinza se resume num jogo sexual constante. O contexto de uma sociedade patriarcal japonesa nos primórdios da década de 20 funcionará como palco para o desenvolvimento da obra, marcada pela dicotomia entre o tradicionalismo japonês representado pela opressão à emancipação da autonomia sexual feminina, bem como da ação libertadora dessa repressão. Tais posturas metafóricas, distintas, são vividamente delineadas, respectivamente, pelos protagonistas acima, cujo clímax consistirá em saber *quem* cederá a uma posição de subordinado, numa relação amorosa marcada pela dualidade *dominador-dominado*, numa constante tensão entre a necessidade de ter para si uma mulher voluptuosa e sexual e o desejo desenfreado de Satsuko em envolvê-lo numa trama de jogo e poder. Com base no olhar do velho ranzinza sobre a sexualidade feminina é que se desenvolverá a abordagem da erotização do corpo feminino, pautado pelos jogos de sedução entre as partes envolvidas nesse processo, fazendo com que esse enfoque seja tido como objetivo da presente pesquisa, juntamente com o fato de contestar a abordagem da criação de uma imagem feminina pudorosa e estigmatizante quando da não contenção dos desejos sexuais da mulher. Utilizou-se um levantamento bibliográfico com base em obras pautadas na sexualidade e nas relações de gênero, elencando como as principais as obras de Guacira Lopes Louro e Félix Guattari e tendo como eixo central a análise da obra *Diário de um velho louco* de Tanizaki. Neste sentido, procurou-se consolidar uma visão feminina como sujeito ativo em explorar a sua sexualidade, isenta de preconceitos e repressões.

Palavras-chave: Erotismo. Gênero feminino. Sexualidade. Tradicionalismo japonês.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: DA INSUSTENTÁVEL SEPARAÇÃO À COMPREENSÃO DE SUA UNICIDADE

Leandro Batista de Castro (PG-UEMS)
Maria Helena Bimbatti Moreira (PG-UEMS)

Ao lidarem com questões de gênero, professores e dirigentes pedagógicos apresentam “dificuldades” que precisam ser revistas, especialmente quando considerados alguns elementos que se articulam, tais como: o contexto heterogêneo das instituições de ensino, a falta de compreensão das terminologias e a articulação de conhecimento sobre gênero com a clientela escolar e com as comunidades em que estão inseridas. Considerando aspectos tão sensíveis ao cenário educacional nacional, o objetivo deste trabalho está concentrado na reflexão da relação entre gênero e educação, visando a compreensão de sua unicidade. Para tanto, escolheu-se como método a revisão bibliográfica, por oferecer elementos teóricos capazes de nortear a reflexão proposta. Mediados pelos referenciais teóricos adotados, compreendeu-se que o educador precisa ser capaz de transitar entre a linguagem e os códigos adultos e infantis, como se fossem idiomas diferenciados, porém complementares, pois o adulto se esquece da infância e da linguagem específica da mesma, apesar de fazer parte também de seus processos cognitivos e afetivos. Para além, compreendeu-se que o ensino de crianças passou a ser uma “missão” culturalmente designada ao sexo feminino, pela naturalização das atividades de maternagem. Deste modo, as representações simbólicas dentro da cultura ocidental, branca e burguesa, condicionam às mulheres a “missão” de transmitir os conhecimentos colonialistas ocidentais. Associa-se a infância ao gênero feminino e a ingenuidade das duas condições. Por esse raciocínio, pode-se questionar se a escola e a pedagogia estão em desvantagens desde o fundamento de nossa cultura, por desvalorizarem categorias como a: infância e o feminino. Sabe-se que há no processo de ensino-aprendizagem sentimentos transferenciais de ambos os envolvidos que partem simultaneamente dos educandos para quem o educa e do adulto para com os educandos. Por isso, se questiona se em suas fantasias transferenciais para com os alunos, os professores poderiam deixar escapar o desejo inconsciente de fazer prevalecer suas subjetivações cristalizadas quanto ao gênero na formação dos futuros cidadãos. Frente a esta questão, pode-se apontar como principal resultado o aspecto emergencial de proposições reflexivas que favoreçam esclarecimentos sobre as questões de gênero no espaço escolar.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Professores. Diversidade Sexual na Escola.

GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: um estudo com alunas “domesticadas” da UEMS/Paranaíba-MS

Paola Souza Duarte (UEMS)

Tratarei nessa pesquisa sobre a escolarização de nível superior de alunas “domesticadas” que após o matrimônio, educação dos filhos e trabalhos domésticos

decidiram retornar ou acessar o ensino superior. Mulheres essas que nos dias de hoje ainda sofrem com a repressão vivida na sua juventude de terem como única obrigação o cuidado da casa, do marido e dos filhos, sem terem possibilidade de saírem de casa para estudar, pois isto era tarefa dos homens, e, portanto, aquelas que saíssem poderia ter grandes punições. Com as transformações ocorridas na sociedade e na economia dentre outras variáveis, as mulheres, também como resultado de luta, arriscaram tudo e foram lutar por liberdade e escolarização no início do século XX, mesmo ainda não tendo grande mudança por ser uma escolarização que visava a educação do lar. No entanto, essa dificuldade de igualdade entre homens e mulheres e de oportunidades ainda está longe de acontecer, mas já podemos ver uma evolução de mulheres que se dividem entre cuidado da casa e o trabalho desempenhado fora dela, pois não conseguem ficar somente em casa sem adquirir conhecimentos e sem se desenvolverem, mesmo tendo que enfrentar violências e repressões dos maridos. A centralidade então é estudar sobre a representação do ensino superior para as alunas da UEMS/Paranaíba, no sentido de compreender se a escolarização influenciou ou influencia no que essa mulher é hoje, e também se essa mulher tem alguma perspectiva para o futuro profissional e porque depois de tanto tempo voltarem a estudar. O propósito é o recorte com algumas mulheres com idade a partir de 25 anos que retornaram ao ensino superior, moradoras do município de Paranaíba-Mato Grosso do Sul. Gostaria de saber com este tema se a educação emancipa a mulher, e em que medida isso ocorre? Com isso, ter uma ideia da importância e as representações da educação para as mulheres que desempenharam seus papéis no meio familiar e que agora querem dar um passo no seu estudo e desenvolvimento profissional. Usando como referencial Heleieth Saffioti que tratara da violência de gênero; e também Guacira Lopes Louro que trata da relação de poder e a submissão da mulher visando o âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Forma. Ensino Superior. Mulher. Gênero

GÊNERO, CURRÍCULO E PODER: breves considerações acerca da reconstrução curricular dos cursos de Direito no Brasil

Priscila Aparecida Silva Cruz (UEMS/ PIBAP-UEMS)

Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)

Na educação estão presentes as marcas da luta por predomínios culturais, das negociações das diferentes significações dos grupos sociais, em que as relações sociais que permeiam a produção da cultura e do currículo são necessariamente relações de poder, devido ao fato dos diferentes grupos não estarem em “pé de igualdade” nas relações sociais e, conseqüentemente, na produção de significados. O currículo tradicional, calcado em perspectivas hegemônicas, que atendem a manutenção de valores machistas, eurocêntricas, tradicionais e religiosos, em seu maior grau de complexidade colabora, tanto diretamente quanto indiretamente, para que aconteçam

as efetivações dos controles de dominação, uma vez que este é elaborado com intuito de atender um padrão ao serviço de uma escolarização capitalista e patriarcal, dispensando a criticidade. Os cursos jurídicos brasileiros, como parte integrante dessa sociedade em que a cultura machista é predominante, fortalecem a diferenciação e discriminação de gêneros, sendo que esse é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo o modo primário de significar relações de poder. Por meio de pesquisa bibliográfica acerca do papel do currículo na formação humana e como instrumento de luta para uma política educacional pautada na igualdade de gênero, fundamentada em leituras dos autores APPLE (2002), SACRISTAN (1998), SILVA (1999), FOUCAULT (1993, 1999), SAFIOTI (2013, 2015) e SCOTT (1990), iremos discutir a necessidade da construção de currículos jurídicos que promovam discussões acerca da igualdade de gênero e o combate a toda forma de discriminação. Com isso, será possível aprimorar as discussões acerca da construção pedagógica que vise a formação de operadores do Direito comprometidos em fortalecer a luta pela igualdade real no campo do gênero.

Palavras-chave: Currículo. Cursos jurídicos. Poder. Gênero.

O LUGAR DOS CORPOS QUE NÃO IMPORTAM NA (PARA A) UNIVERSIDADE

Cledione Jacinto Freitas (UNESP/Bolsista CAPES)

Júnior Tomaz de Souza (UEMS)

Weslem Martins Santos (UEMS)

Os mais diversos discursos sobre o corpo na contemporaneidade propostos pelas ciências humanas e sociais localizam-nos no cenário dos debates sobre democracia, ética, igualdade, liberdade, violência, dignidade humana e direitos humanos. Isso porque o corpo, enquanto *lócus* das identidades (ou da construção de subjetividades), inevitavelmente as direciona a uma vivência de negação ou afirmação de direitos. Nesse sentido, falar sobre corpo é falar sobre o sentido que ele evoca na dimensão da história, das instituições sociais, da condição humana. Portanto, o corpo é eminentemente político, na medida em que se constitui como o lugar do sentido, carrega/orienta discursos, ou seja, discursos produzidos por outros e por si mesmo, posicionando seus protagonistas em contextos de evocação de suas identidades. Quando pensamos as identidades sociais e as desigualdades que carregam, inevitavelmente o corpo está presente como o lugar do gênero, da orientação sexual, da raça e da religião, carregado de sentido a partir de suas estéticas. A universidade, como qualquer outra instituição social, produz e reproduz o sentido desses corpos a partir de seus discursos e práticas. Ela também celebra alguns corpos em detrimento de outros. Os corpos colocados ao lado, à deriva, (ou invisibilizados) geralmente passam a não importar por comporem desejos e estilísticas que escapam, discursos subversivos e identidades dissidentes e/ou marginalizadas. A partir de um ensaio teórico, o presente trabalho tem por objetivo discutir como o fazer metodológico da

Universidade acolhe, produz, exclui ou ignora a presença de alguns corpos, constituindo-se assim enquanto uma forma de violência contra identidades sociais dissonantes.

Palavras-chave: Corpo. Identidades Sociais. Universidade.

OS FUNDAMENTOS DA NEGAÇÃO DOS CONFLITOS RACIAIS NO BRASIL

Dirceu Lorenzi de Matos/UEMS

No Brasil é bastante difundido o discurso de que conflitos raciais não existem por aqui, que se exerce com bastante força há muito tempo. Embora cientistas famosos no século XIX tenham proferido sentenças sobre o destino trágico do Brasil devido a sua composição racial, como por exemplo, a “previsão” do conde de Gobineau de que o Brasil não duraria duzentos anos, e também a estratégica adotada pelo Estado brasileiro com respaldo científico de embranquecimento da “raça brasileira”, entre outras expressões da importância da questão racial para o Estado, para a elite intelectual brasileira, fora os conflitos reais, que emergiam e emergem com frequência, a questão racial no Brasil passou para um outro patamar, o patamar da inexistência. O presente trabalho tem por objetivo pesquisar como se configurou a noção hegemônica de que não existem conflitos raciais no Brasil, em especial, como o Estado assumiu, reverberou e baseou-se em certas concepções científicas empreendendo políticas públicas. Aponta-se o período de transição no qual as teorias denominadas de racismo científico de autores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, hegemônicas até então no campo da pesquisas sociais entram em declínio, dando lugar à ascensão de novas teorias, cujo marco é a obra de Gilberto Freire “Casa Grande e Senzala”, que inaugurou uma nova forma de interpretar as relações raciais no Brasil. Para tal fim, a pesquisa contará com pesquisa bibliográfica com estudos antropológicos e sociológicos que tratam a respeito de conflitos étnicos no Brasil. Estando Freyre comprometido em formar uma identidade nacional, um espírito brasileiro, movimento muito presente na sua época, no período varguista, ele formula um discurso de homogeneização racial do Brasil, no qual a miscigenação é a marca brasileira responsável pela harmonia e democracia racial que existiria no país.

Palavras-chave: Estado. Desigualdade. Conflito racial.

SER FEMINISTA EM DOURADOS-MS: SENTIDOS QUE CIRCULAM NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Luan Fernando Schwinn Santos (UFGD)

Este artigo se insere no âmbito da pesquisa “Os Sentidos de 'Comunidade' e as Metodologias de Trabalho Social” do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, realizada no período de agosto de 2014 a julho de 2015, período o qual estávamos inseridos no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

(PIVIC). A pesquisa se alinha aos estudos da Psicologia Social Comunitária que pressupõe que toda psicologia não é una e singular, mas produzem e são produzidas por distintas práticas discursivas. O artigo busca compreender os sentidos de “feminismos” atribuídos por mulheres que se consideram feministas da Região da Grande Dourados, além dos sentidos presentes em documentos públicos, literatura feminista e nos meios de comunicação virtuais, como o facebook. Para tal feito utilizamos como ferramenta de pesquisa a “Oficina de Sentidos” em que se problematizaram os sentidos de pertencimento a essa comunidade, assim como as estratégias de enfrentamento aos seus preconceitos e discriminações por meio das vivências das participantes relatadas na oficina. Por meio da pesquisa poderemos entender que o feminismo para essas mulheres tem o poder de libertação, porém essa libertação se dá por um processo bastante doloroso. Perceberemos ainda uma forte presença do discurso antifeminista e a polissemia de sentidos do feminismo. Os dados e bibliografias levantadas nesse artigo poderão servir como um ponto de partida para o fomento de pesquisas direcionadas a essa temática, e também na construção de metodologias de intervenção dentro do campo da Psicologia Social Comunitária. Logo, esperamos que esse texto possa contribuir com a construção de espaços geradores de maior autonomia, solidariedade e transformação social em nossa sociedade, particularmente das relações desiguais de gênero.

Palavras-chave: Feminismo. Mulheres. Construcionismo Social. Psicologia Comunitária.

GT 3

EDUCAÇÃO ESPECIAL

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL Como diferenciar?**Relato de professores**

Deine Esly Iglesias Junqueira Hernandez (UEMS)

Maria Helena Bimbatti Moreira (UEMS)

A inclusão escolar apresenta documentos cujas diretrizes e resoluções determinam a matrícula e a permanência de todos os estudantes, inclusive os alunos Público alvo da Educação Especial, no sistema de ensino comum. No entanto, fatores como a ausência de capacitação docente ou até mesmo uma formação inicial fragilizada, podem dificultar esse processo. Frente a este contexto, o presente trabalho tem por objetivo precípuo dar profundidade à caracterização de dificuldade de aprendizagem e deficiência intelectual, por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em importantes referenciais teóricos, que para além dos contributos científicos sobre o tema em questão, promovem a ampliação de estudos e reflexões capazes de subsidiar a relação entre professores e alunos envolvidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), vinculados ao Sistema Municipal de Educação de Araçatuba (São Paulo), especialmente durante o processo de sondagem e encaminhamento dos alunos indicados. Além do exposto, a presente pesquisa, apresenta alguns dados complementares, obtidos por meio da aplicação de um questionário junto aos professores do Sistema Municipal de Araçatuba (SP), acerca de suas concepções sobre o tema em questão, sobre a ocorrência da inclusão no referido município, suas dificuldades e ações realizadas para que haja um sistema educacional inclusivo e sobre a importância do desenvolvimento de um projeto político pedagógico que promova a inclusão escolar.

Palavras-chave: Dificuldade de aprendizagem. Deficiência intelectual. Educação inclusiva.

**A PROPOSTA DE INCLUSÃO ESCOLAR E A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS
MULTILATERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Maria Amélia Alves Mendes de Souza (UEMS/SED-MS)

Este artigo, que é parte da dissertação de mestrado intitulada "Trajetórias e percursos escolares de alunos com deficiência intelectual", tem como objetivo realizar uma análise das políticas de educação especial no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990, quando se intensifica o movimento pela inclusão escolar. O texto traz uma reflexão sobre as políticas de inclusão escolar e a influência dos organismos multilaterais nessas políticas. Mostra o papel das instituições especializadas que foram criadas no país a partir dos anos de 1950 para atender à alunos com deficiência e que, mesmo diante das políticas de inclusão na escola comum, ainda se mantém e fazem

parte do "sistema educacional inclusivo", firmando parcerias com o poder público no país. O texto evidencia que a implementação das políticas pertinentes a Educação Especial encontra-se articulada aos ideários, concepções e necessidades históricas específicas da sociedade em determinado período. As iniciativas nacionais de implementação das políticas para a Educação Especial até a década de 1980 delinearam-se em um cenário marcado pela desarticulação de medidas, o que dificultou a escolarização das pessoas com deficiência. Em meados da década de 1990, no Brasil, começam as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado inclusão escolar. A efetivação desse novo paradigma tem gerado muitas controvérsias e discussões que são discutidas neste texto.

Palavras-chave: Educação Especial. InclusãoEscolar. Políticas Educacionais.

MEDICALIZAÇÃO E TDAH: DISCUSSÕES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E EM PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL

Mayara Coutinho (UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa com o objetivo de compreender a abordagem dos temas Medicalização e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na produção científica dos campos da Educação e Psicologia no Estado de Mato Grosso do Sul. Empregou-se a metodologia do estado do conhecimento, com um recorte temporal e espacial em levantamentos realizados nas teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicologia cujo resumo contivesse os descritores medicalização ou TDAH. Os dados foram analisados segundo as categorias: definição dos conceitos, metodologia empregada e referencial teórico. A partir do levantamento bibliográfico acerca da medicalização e do TDAH, conclui-se que a medicalização corresponde à transposição das explicações próprias do campo médico para as questões inerentes a outros campos, congruente com a biologização da vida, já o TDAH é um transtorno mental que materializa a medicalização da Educação e sobre o qual ainda não há um consenso teórico. Quanto aos resultados, foram consultados 901 resumos de dissertações e teses em Educação e Psicologia e selecionados cinco trabalhos: uma dissertação e uma tese em Educação, e três dissertações em Psicologia. São observados diferentes usos para o termo medicalização, sendo que dois dos três trabalhos selecionados sob este descritor utilizavam a terminologia encontrada no levantamento bibliográfico preliminar, ao passo que o terceiro trabalho identificava medicalização com o uso de medicamentos, restringindo o uso do conceito. Os dois trabalhos sobre TDAH mostram-se díspares tanto na definição do conceito como na metodologia empregada. Na maioria dos trabalhos prevaleceu o uso da pesquisa qualitativa e da abordagem histórico-cultural, mas também foram encontrados os referenciais da teoria das representações sociais e método hipotético-dedutivo. Quanto aos delineamentos de pesquisa, duas pesquisas eram documentais, uma pesquisa intervenção e um

delineamento de pesquisa quase experimental de série temporal. Os dados permitem afirmar que o volume de pesquisas em Educação e em Psicologia em Mato Grosso do Sul é significativo, considerando a recente implantação da maioria dos programas, entretanto, as pesquisas sobre as temáticas em estudo ainda são incipientes necessitando de mais pesquisas que abordem a medicalização na Educação.

Palavras-chave: Medicalização. TDAH. Educação. Psicologia.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARAÇATUBA: ações efetivas de inclusão

Patrícia Bispo De Araújo (UEMS)

Reconhecemos os direitos de cada indivíduo, com suas diferenças e aptidões, descortina a importância da preservação dos direitos de ser e existir, da necessidade de aceitação e inclusão pela sociedade da qual é parte. Dentro dessa concepção, acreditamos que a inclusão somente se efetivará em todos os âmbitos da sociedade quando todos compartilharem da ideia de que a Educação é o melhor caminho para um povo obter a base para mudança arquetípica. Nesse entendimento, os municípios necessitam se preparar para incluir todos os alunos, priorizando um atendimento e ensino de qualidade. A Escola como unidade de ensino que deseja tornar-se um corpo gerador de inclusão, deve buscar e proporcionar os meios necessários para efetivar uma educação inclusiva de direito e de fato, sendo um desses meios, o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar se o procedimento de mudança de paradigmas que vivenciamos na atualidade relacionado a inclusão de pessoas com deficiência tem se efetivado no Sistema de Ensino Municipal de Araçatuba/SP com ações que atendem a sociedade e a família, por exemplo, a contratação de professores especialistas em Educação Especial, criação de espaços e materiais adequados para o AEE, para melhorar a vida funcional, educacional e social dos alunos com deficiência. Neste estudo, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, a partir de dados demonstrativos das ações desenvolvidas no AEE na perspectiva da educação inclusiva, pudemos fazer uma reflexão sobre o trabalho existente no Sistema Municipal de Ensino de Araçatuba, no sentido de demonstrar a eficácia desse atendimento ou a necessidade de reformulação do AEE para que as escolas propiciem de fato a interação e o desenvolvimento do aluno com deficiência no contexto escolar. Com os resultados obtidos pudemos constatar que em Araçatuba/SP a inclusão no seguimento das políticas públicas acontece e promove um ensino de direito a todos, independente de seus aspectos físicos ou cognitivos. Porém, demonstra a necessidade da sequência desse trabalho, da formação de professores e da busca por melhorias no Sistema Municipal de Ensino, especialmente nas ações de inclusão dos alunos com deficiência na sala comum e no AEE.

Palavras-chave: Inclusão. Diferença. Ensino.

O JOGO COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um olhar para a deficiência intelectual

Pamela Joane de Freitas Neves (PG-UEMS)

Alexandre de Castro (UEMS)

Os jogos, principalmente os coletivos, têm sido objeto de estudos em diversas áreas e níveis de ensino. Esses estudos buscam sujeitos e objetos na Educação Infantil, momento em que é possível a realização de muitas atividades coletivas. Os jogos têm funções específicas e, quando não trabalhadas adequadamente podem resultar em atividades frustrantes, principalmente, no tocante a competitividade, a agressão, que podem se transformar em violência. Com uma visão em torno da deficiência intelectual, este estudo buscará compreender como tem ocorrido o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil a partir da utilização de jogos, com um direcionamento da teoria histórico-cultural, subsidiada pelos estudos de Vygotsky, e seguidores desta teoria. Assim, com a pesquisa respondemos as seguintes questões: Em que momento histórico o jogo começou a fazer parte do processo educacional? O jogo contribui para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor de crianças com deficiência intelectual na infância? Existem jogos mais apropriados para ser utilizados no processo ensino/aprendizagem para crianças da Educação Infantil, com ou sem deficiência intelectual? Para responder as questões trabalharemos com a pesquisa bibliográfica. É importante que se compreenda que o jogo tem ludicidade e é um ótimo recurso no processo ensino/aprendizagem para diversas atividades educacionais, pois é nesse período em que a curiosidade e a criatividade está em maior vigor.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Jogos. Educação Infantil

REVELAÇÕES DOS AUTORES DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SOBRE SURDEZ E LIBRAS (2005-2014).

Danilo Pessopane de Almeida (UEMS-PGEDU)

Samara Rodrigues da Cruz (UEMS-PGEDU-OBEDUC/CAPES)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A presente pesquisa incide no estudo sobre surdez e Libras, ora associando ambos os temas, ora separando-os, considerando que as investigações relativas ao tema surdez nem sempre apresentam discussão sobre libras, contudo quando o assunto é Libras, a surdez passa a ser inerente - pois os temas se justapõem e em muitas situações se entrelaçam, conforme a especificidade do tipo de pesquisa realizada. Partiu-se de um

mapeamento subjacente à análise e apresentação dos resultados dos relatos de pesquisa publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), no período de 2005 a 2014. Objetivou-se, sobretudo, por um lado, analisar as revelações de seus autores, contemplando as categorias: formação docente, ensino, aprendizagem, dificuldades e perspectivas, levando em conta como esses estudos refletem em contribuições para os profissionais da Educação Básica e do Ensino Superior e, por outro lado, identificar as tendências teóricas que tem subsidiado as publicações acerca dos estudos sobre a questão no País. Para atingir os objetivos, privilegiou-se os aportes teóricos de Vigotski (1997, 2004, 2007), Quadros (1997, 2004), Reily (2004) e Strobel (2008a, 2008b). O percurso metodológico teve como base a pesquisa exploratória, que se iniciou pela revisão bibliográfica e mapeamento das produções na RBEE sobre a temática. Os resultados mostram que no período de 2005 a 2014 foram publicados no site do Scielo, 33 números, sendo 268 em forma de relatos de pesquisa. Desses trabalhos, 35 (13,05%) trataram dos temas surdez e Libras: 30 (85,71%) relativos à surdez e 05 (14,29%) à Libras. Dentre as contribuições das publicações, grande parte contemplou a educação básica; os teóricos e estudiosos que apoiaram os autores dos artigos, na maioria, são brasileiros. Constatou-se que existem lacunas a serem preenchidas por meio de ações mais concretas e direcionadas ao público-alvo, que ainda não conseguiu sua inclusão, tampouco consegue compartilhar da cultura escolar, em escolas regulares, com autonomia e sem obstáculos, ou seja, enfrenta muitas dificuldades, embora haja perspectivas de melhoria, devido a ações – ainda tênues – baseadas no princípio da educação inclusiva, no movimento da comunidade surda no País, no sentido de adequar a escola, preparar o professor e o intérprete.

Palavras-chave: Educação Especial. Surdez. Libras. Produção intelectual.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: MAPEAMENTO EM ARTIGOS DAS REVISTAS EDUCAÇÃO ESPECIAL E REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Rita de Cássia Lima (UEMS-PIBIC-FUNDECT/PAPOS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS-FUNDECT/PAPOS)

O tema autista tem sido recorrente nas escolas do Brasil a partir do advento da inclusão escolar, mais marcado no limiar do século XXI, com legislação própria que garante a matrícula de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em todas as escolas. Para contribuir com o avanço nos estudos sobre o tema foram mapeados os artigos científicos de duas revistas especializadas em Educação Especial, a Revista Educação Especial (REESM) e a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), a fim de apresentar os avanços que têm sido realizados em prol desses alunos e de contribuir com pesquisadores iniciantes e experientes, ampliando os debates sobre este tema, pouco estudado no Brasil. Os artigos mapeados representam duas regiões do País, como proposta inicial de uma pesquisa que abrangerá representantes em periódicos

nas outras três regiões do País. À guisa de conclusão parcial é possível afirmar que: os estudos estão sendo ampliados, mesmo que não apresentam dados que alterem significativamente os trabalhos em prol do público alvo da Educação Especial (PAEE), com autismo, apenas trabalham aspectos já discutidos ao longo da história, principalmente sobre contextos históricos do autismo; possibilidades de interação do aluno com TEA; a educação escolar que é realizada com os alunos autistas; formação docente inicial e continuada; a função da família no espaço escolar, entre outros. Conclui-se que para avançar em estudos sobre o TEA, faz-se mister a realização de um trabalho coletivo, envolvendo a família e a equipe escolar, para que os mesmos tenham interesse em sair do individualismo de seu mundo e passe a querer participar de atividades em grupos, com atenção especial ao seu desenvolvimento, com um ensino que propicie o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, ou seja, ações coletivas e direcionadas que propiciem uma educação significativa para todos, alunos com ou sem deficiências, síndromes ou transtornos, rumo a uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação Especial. Produção intelectual. Autismo. TGD.

GT 4

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA:
discussões sobre as atuais configurações do ensino religioso no país**

Keila Patricia Gonzalez (UFMS)

Leonardo Chaves de Carvalho (UFMS)

A presença da disciplina de ensino religioso na escola pública tem sido tema de intensa polêmica no cenário educacional brasileiro. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta em 2010 pela Procuradoria-Geral da República (PGR), vai de encontro ao trecho do acordo entre o Estado brasileiro e a Santa Sé que prevê "ensino católico e de outras confissões" na rede pública de ensino do país (artigo 11, §1º, do Decreto n. 7.107/2010). A PGR pede ainda que o Supremo Tribunal Federal interprete o artigo 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o qual determina que o ensino religioso "é parte integrante da formação básica do cidadão", no sentido de proibir o ensino confessional, interconfessional ou ecumênico. O presente trabalho originou-se a partir desse questionamento e teve como objetivo, principal, analisar a trajetória histórica dessa disciplina no período republicano, especialmente, a partir de sua aprovação pela Lei Federal 9.475/1997, que alterou o artigo 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Assim, esse artigo traz uma breve discussão, baseada em uma pesquisa bibliográfica e na leitura da legislação vigente sobre o tema, bem como faz um mapeamento das configurações estabelecidas, historicamente, no Brasil, entre religião, Estado laico e escola pública. Ao analisar a história do ensino religioso no país, verificou-se a constante ação do Estado, por meio da mobilização de seus mecanismos jurídicos, para regular as relações entre religião e ensino. Atualmente, os debates sobre a presença do ensino religioso na escola pública perpassam por modelos que se afastam de toda forma de confessionalismo e proselitismo, buscando estar em consonância com o Estado laico, com a atual pluralização do campo religioso brasileiro e com um modelo de escola pública que assegure e promova o ensino igualitário de todas as tradições religiosas do país.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Escola Pública. Estado Laico.

A CULTURA ESCOLAR SOB A ÓTICA DO VIDEOCLÍPE

Júlio César Bombonatti (UEMS)

Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS)

A gênese dos estudos da Cultura Escolar tem início nos anos de 1980 e se aprofundam na década seguinte definindo o termo como o conjunto de elementos materiais e imateriais que compõem o ambiente escolar e influenciam os meios externos nos

quais ele se insere, levando-nos a considerar a escola não apenas como uma instituição redentora ou reprodutora, mas como produtora de uma cultura própria que é constantemente representada nas mais variadas mídias. O objetivo deste trabalho é compreender como o videoclipe representa, enquanto gênero midiático sincrético, a escola e a Cultura Escolar produzindo um consenso, mesmo que algumas vezes equivocadamente, sobre essa instituição. Para a realização deste trabalho foram pesquisados e selecionados todos os vídeos que abordavam o tema “escola” ou “Cultura Escolar” presentes no site *Youtube*, o que rendeu um *corpus* de vinte e oito produções de diferentes gêneros artísticos e nacionalidades analisadas à luz de trabalhos e estudos que contemplassem a Cultura Escolar e o gênero videoclipe. Diante do que se pode observar com desenvolvimento deste artigo, a cultura produzida pela escola é representada de diferentes formas sob a ótica dos vídeos, em alguns casos com uma visão positiva, outrora negativa, mas mostrando sempre essa instituição como um espaço de relações humanas e com características próprias muitas vezes independentes de fatores externos.

Palavras-chave: Escola. Cultura Escolar. Videoclipe. Representação da escola.

A HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO NORMAL EM ITURAMA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA PRIMEIRA TURMA (1968-1970)

Milton Junior Marrega (UEMS)

Adriana Barbosa Oliveira Marrega (UEMS)

O presente trabalho é parte de uma pesquisa sobre a História do Ensino Normal no Município de Iturama MG. A escolha do tema não foi aleatória, o interesse pelo assunto ocorreu nos estudos realizados durante a participação no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Mestrado, na condição de alunos especiais, na disciplina de História da Formação e Profissão Docente no Brasil ofertado pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, polo de Paranaíba no primeiro semestre do ano de 2015. Trata-se da comunicação dos resultados da investigação sobre a historiografia acerca da implantação do Ensino Normal especificamente da primeira turma normalista no período temporal de 1968 a 1970. A investigação volta-se a um período anterior a criação da escola e do curso normal, anos de 1962, apontando que através da organização civil e da associação de esforços foi possível pleitear juntos aos órgãos responsáveis o ginásio e em seguida o ensino normal o qual foi responsável pela formação das primeiras professoras que viriam amenizar um dos problemas da educação no que se refere à instabilidade e rotatividade de professores naquele período. Metodologicamente trata-se de uma investigação bibliográfica e documental com abordagem histórica oral. As fontes foram constituídas, principalmente, por textos legislativos (estadual e nacional), documentos da escola

lócus da pesquisa e entrevistas com 4 egressas. O embasamento teórico dessa pesquisa alicerçou-se em autores com, o Vicentini e Lugli (2009), Tanuri (1998), Schelbauer, Lombardi e Machado (2006) dentre outros.

Palavras-chaves: Escola Normal. Historiografia. Educação.

GT5

**“REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA E O FUTURO
DO TRABALHO”**

**CRISE ECONÔMICA E ESTADO BRASILEIRO: O papel da mídia na construção da
opinião pública**

Leonardo Evaristo Teixeira (G – UFG)

Pedro Afonso Martini Dreyer (G – UFG)

Carlos Augusto de Oliveira Diniz (Orientador)

Na construção de uma sociedade democrática é fundamental que a coletividade seja capaz de entender o contexto no qual se insere, pois somente dessa forma será possível guiar e sem ser guiado pelo Estado capitalista. A compreensão do contexto macro contribui sobremaneira para a formação de concepções que serão capazes de perceber as ações estatais e ratificá-las ou retificá-las, pois somente um cidadão com percepção de sistêmica será capaz de ser crítico neste processo. Essa capacidade crítica é fundamental para conduzir o Estado em sua missão constitucional de garantir o bem comum. Ocorre, que quando a população se deixa conduzir por veículos de comunicação em massa percebe-se a formação de uma letargia social decorrente da formação de uma opinião pública e descontextualizada. Essa situação faz com que forças econômicas não democráticas dominem o processo de tomada de decisões, pois contam com a opinião pública distorcida que aponta o olhar da sociedade para problemas periféricos e não estruturais. Neste sentido nos momentos de crise econômica com apoio de uma opinião pública direcionada para questões periféricas o poder econômico aproveita para fortalecer suas bases dentro do Estado. Essa teia conta com os meios de comunicação que desenvolve um raciocínio condicionado pelas “verdades” e com isso abram caminho ao sistema financeiro. Nesta linha com o objetivo de investigar a influência dos meios de comunicação nos cenários de crise econômica no Brasil. Para tanto utilizou-se o método dialético materialista para a conclusão de que não é a previdência, ou o serviço público, que gera a crise econômica, mas sim a falta de auditoria na dívida pública brasileira que consome cerca de 45% do Produto Interno Bruto do Brasil.

Palavras-chave: Dívida pública. Crise econômica. Mídia. Opinião Pública.

O DEVER DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR

Mariana de Lima Rocha (UEMS – FUNDECT)

Dabel Cristina Maria Salviano (UEMS)

Trabalhar é ação característica de quem é humano. No entanto, seu exercício não tem se ligado a noções de prazer ou gozo, mas sim a submissão. O vocábulo tem tanto o sentido de realização de uma obra que expresse a individualidade de alguém garantindo reconhecimento social, obra duradoura para além da vida quanto o de esforço rotineiro, repetitivo, inevitável de resultado consumível. Essa face desgostosa do trabalhar tem relação com o modo como sua execução se organizou ao longo dos séculos culminando na revolução industrial e no florescimento do capitalismo monopolista. Junto com os avanços do século XX vieram os retrocessos humanos e econômicos. De um lado guerras hediondas com a morte de muitos inocentes e, de outro, crises financeiras mais potentes e frequentes que no século XIX, forçando o capital a mutação para se manter ativo seguindo modelos como o toyotismo, ou seja, a prática da acumulação flexível. Para acompanhar essas demandas as leis trabalhistas têm sofrido flexibilização, bem como o salário dos empregados afetando a sua qualidade de vida em que o trabalhador se vê, cada vez mais, trabalhando em jornadas menores que no passado, porém mais intensas. Logo, a pesquisa tem por objetivo verificar as condições do trabalho contemporâneo e suas contradições em relação aos direitos fundamentais garantidos pela constituição, averiguando o subemprego, a precarização e como esses fatores desgastam a saúde do empregado. O método utilizado é o indutivo com consultas a códigos, bibliografias e discussões do grupo de pesquisa. Por fim, o resultado da pesquisa foi o desenvolvimento de uma maior compreensão acerca dos processos de precarização no Brasil, tanto no setor privado quanto no público, em consonância com a reestruturação produtiva do capital mundial, bem como às políticas neoliberais adotadas em face às crises financeiras dos últimos anos, deteriorando efetivamente a saúde de quem trabalha.

Palavra-chave: Bem-Estar. Precariado. Just-in-time.

O TRABALHO NA (IN) CONSCIÊNCIA DA MASSA

Samuel Levy Trindade Júnior (UEMS)

A emergência do cidadão livre ocorreu lentamente na Europa, entre os séculos XVII e XIX. Mas o que, exatamente, permitiu aos indivíduos se libertarem das amarras do modo de produção feudal, de início, foi o fator trabalho, pois o feudalismo caracterizou-se pela conjunção entre servidão e exploração do produtor direto (os camponeses) em uma relação de dependência com seu senhor. O declínio da relação

senhor-servo e a possibilidade de vender livremente, no mercado, a sua força de trabalho foram características que melhor definiram o processo de emergência do cidadão livre, tal como se entende na atualidade, e a nova estratificação social. Esse cidadão livre rompeu com a obrigação devida ao senhor feudal (a talha, a corveia, as banalidades e toda uma série de tributos tradicionais) e conquistou direitos e mobilidade social, anunciando lentamente o fim do feudalismo. O capitalismo beneficiou-se dessas mudanças e foi-se impondo com pequenas variações em cada país europeu. Em termos gerais, entre os séculos XVII e XIX, o indivíduo passou a ser livre não apenas em termos econômicos, mas igualmente em termos políticos e sociais, embora o conceito de liberdade apresentasse significados diferentes em cada país ou região. Mas, sem a existência desse cidadão que se movimentou e vendeu livremente a sua força de trabalho, não seria possível pensar na autoexpansão do capitalismo, que se sustentou graças à capacidade de extrair cada vez mais lucro dos processos produtivos industriais. Dentre essas indústrias existem as mercadorias produzidas pela indústria cultural que são consumidas, principalmente, no tempo livre, “tempo de não trabalho”, segundo Theodor Adorno. O avanço e o desenvolvimento das tecnologias de produção de mercadorias fizeram com que as pessoas trabalhassem menos tempo do que em outras fases do capitalismo. O tempo que sobrava era, e é, reservado para o consumo, inclusive de produtos culturais. Nem todas as pessoas podem, efetivamente, usar de todo o seu tempo livre para descansar. Multidões de trabalhadores usam seu tempo de não trabalho para ir a médicos, fazer compras, consertar coisas, limpar a casa, estudar, sem contar os que gastam horas no trânsito entre a casa e o trabalho. No tempo que sobra disso tudo, nos fins de semana, nas férias e nos feriados, nesse tempo, também se consome. Mesmo que a opção seja ficar em casa assistindo à televisão, consome-se energia. Mas também aí há uma organização do tempo de audiência que é determinada pelo ritmo e pelo conteúdo da programação, inclusive o fluxo de mensagens publicitárias. Tudo funciona como se a pessoa estivesse todo o tempo submetido a uma força invisível – mas muito bem organizada – que lhe dissesse o que fazer e como fazer. Olhando desse ponto de vista, o tempo livre é uma continuidade do tempo de trabalho, não pelo que a pessoa executa, mas pelo ritmo a que ela está submetida. Por isso, nessa busca histórica verificaremos que o trabalhador hodierno deixou de ser comandado e controlado apenas no período da execução do seu labor, mas pela indústria midiática, que o aliena, tornando-o massa ignara.

Palavras-chave: Trabalhador. Trabalho livre. Indústria cultural. Massa.

GT 6

LINGUAGENS,
ALFABETIZAÇÃO E
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**ARQUEOLOGIA DO SUJEITO ALUNO IDOSO:
AS REGULARIDADES DO DISCURSO**

Celso Ricardo Ribeiro de Aguiar (PG-UEMS)

Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

Dispostos a problematizar o conceito de educação permanente (GADOTTI, 1984) voltado ao público idoso em duas instituições educacionais na cidade de Fernandópolis-SP (EJA – Educação de Jovens e Adultos/ UNATI – Universidade Aberta da Terceira Idade), optamos pelo arcabouço teórico da Análise do Discurso de linha francesa que nos oportunizou agregar à pesquisa a perspectiva foucaultiana de descrição dos saberes. Segundo Veiga-Netto (2003), a arqueologia do saber se trata de uma análise histórica das condições de possibilidade dos saberes do contemporâneo; não é evolutiva, retrospectiva e, sim, epistêmica, em que se acentua a descontinuidade, em detrimento do progresso. Nesta pesquisa, almejamos descrever os discursos das propostas pedagógicas das duas instituições citadas em busca de regularidades nos discursos; articular as práticas discursivas com os domínios não-discursivos (condições econômicas, sociais, políticas e culturais) e problematizar as representações de cidadania e inclusão/exclusão educacional e social que contribuem para o processo identificatório do sujeito idoso pós-moderno. Estes são os pressupostos de uma perspectiva psicanalista do sujeito constituído na e pela linguagem, defendidos por Coracini (2007), a partir dos estudos de Lacan. Ao analisar os recortes discursivos do documento “Caminhos para a alfabetização de jovens e adultos da EJA-Fernandópolis”, pudemos constatar que a pedagogia de Paulo Freire é determinante no documento em questão, o que nos remete a uma formação ideológica que prega a emancipação do cidadão pelo letramento e, à primeira vista, contribui para uma formação discursiva cidadã que abrange todos os sujeitos adultos participantes da EJA, idosos ou não-idosos. Buscaremos em entrevistas semiestruturadas perscrutar este ponto de análise junto aos sujeitos idosos. No documento da UNATI “Regimento Interno da UNATI-Fernandópolis”, a repetição de enunciados busca ratificar o caráter promovedor de defesa para o sujeito idoso na instituição UNATI diante da desigualdade social. Segundo Orlandi (2010), as formações discursivas são heterogêneas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações e nos possibilitam levantar a hipótese de que as representações do idoso podem tanto legitimar a cidadania como homogeneização do sujeito fundante, unívoco, ou alinhar-se como o direito de se dizer com suas especificidades (CORACINI, 2007) condizente com o sujeito pós-moderno, clivado em sua(s) identidade(s).

Palavras-chave: Educação Permanente. Idoso. Arqueologia. Letramento.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LITERATURA

Camila Gonçalves da Costa (PG-UEMS)

Tendo em vista a real importância da disciplina Literatura no currículo escolar, este trabalho objetiva ressaltar os sentidos que a norteiam e que devem ser levados em consideração dentro da sua abordagem de ensino. Ao considerarmos que a literatura tem papel de formar personalidades, pois possui um processo criativo, que por meio de seus sentidos, tem a capacidade de tornar os seus leitores pessoas capazes e sensíveis, a literatura, portanto, é um instrumento que faz o irreal se tornar real tornando algo da imaginação uma realidade capaz de transformar vidas, habilitando-as plenamente para uma leitura mais abrangente do mundo. Para tal propósito, optou-se em resgatar brevemente o percurso histórico da literatura, a institucionalização de seu ensino e dos modelos de herança cultural perpassados na literatura brasileira. Na análise, foram primordiais o estudo do papel da literatura e da leitura na sociedade, a partir do que se procurou esclarecer alguns pontos que podem contribuir ou não para o modo como a disciplina tem sido concebida por alunos e professores do Ensino Médio. Propusemo-nos a trabalhar com autores e pesquisadores que também se dedicaram aos estudos de tal temática, tais como: Chartier (1988), Magnani (1989), Candido (1995), Coutinho (2005), Zilberman e Silva (2008), Barbosa (2010), Lois (2010), Santos (2010), Silva (2010) e Neves (2013). A metodologia deste trabalho enquadra-se como uma pesquisa qualitativa no campo da História da Educação, considerando que se trata de uma dissertação, ainda em fase de desenvolvimento. Sendo assim, os dados a serem apresentados, na comunicação, abordarão exclusivamente os aspectos teóricos.

Palavras-chave:Literatura. Ensino de Literatura.Leitura.

O (PRÉ) CONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA

Alexandre Dronov Alves (G-UEMS/UUC)

Thais Loreyne Rozza Garbelin (G-UEMS/UUC)

O ensino de Língua Portuguesa tem sido tema de muitas reflexões de pesquisadores nos últimos anos, isso se dá pois eles estão cada vez mais preocupados em oferecer aos alunos a possibilidade de reflexão sobre as diferentes variedades linguísticas. A partir de tal preceito, foi selecionado um trabalho sobre o preconceito linguístico com os educandos de Ensino Médio da Escola Estadual Hermelina Barbosa Leal, Cassilândia – MS, com intuito de desmistificar o ensino de gramática normativa e seus padrões qualificadores de certo e errado. Este projeto visa possibilitar a consciência do preconceito linguístico existente na sociedade e reafirmar que esse preconceito dificulta a aquisição de novas habilidades linguísticas pelos alunos, além de incentivar

os professores a trabalharem com as variedades linguísticas em sala de aula. De início, foi de extrema importância a conscientização dos professores e escola para que tivessem consciência da enorme diversidade linguística a que estão expostos constantemente, pois tal variedade pode influenciar muito no processo de ensino-aprendizagem. Como pressuposto teórico utilizamos a teoria de Marcos Bagno e Maria Teresa Eglér Mantoan. Dessa forma, foi trabalhado uma grande gama de linguajares da nossa língua, por meio de filmes, diálogos elaborados pelos próprios educandos, poemas, músicas, entre outras. A grande tarefa que enfrentamos com relação ao ensino de língua foi ensinar e propor a reflexão acerca da norma padrão, já que só se ensina algo que ainda não é sabido, mas para isso não é necessário a exclusão e a rejeição ao linguajar utilizado pelo aluno. O papel do professor é o de acolher e respeitar as diferentes variações, mas ao mesmo tempo possibilitar o aprendizado e o reconhecimento das diferentes variedades linguísticas, como forma de incentivar a aquisição de novas habilidades de uso da linguagem.

Palavras-chave: Ensino. Diversidade. Aprendizado.

A ABORDAGEM DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO UTILIZADO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CASSILÂNDIA-MS

Deilhamar Rodrigues da SILVA (G-UEMS/CAPES/PIBID/UUC)

Ana Paula Tribesse Patrício DARGEL (UEMS/CAPES/PIBID/UUC)

O presente trabalho abordará como o tema da variação linguística é arrolado no livro didático *Português: Linguagens em conexão, volume 1*, de Maria da Graça Leão Sette, Márcia Antônia Travalha, Maria do Rozário Starling. Esse livro foi recomendado pelo Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) de 2015. Serão salientadas questões a respeito do que é considerado certo ou errado nas escolas, o que é considerado norma culta e norma padrão e o preconceito linguístico concentrado sobre variações linguísticas. Como base teórica foram utilizadas as obras de Marco Antônio Martins, Marcos Bagno, Rodolfo Ilari e Stella Maris Bartoni-Ricardo, pesquisadores do campo da sociolinguística voltada para o ensino. Por meio da apresentação da análise do livro didático, será ressaltado o quanto ainda é precário o tratamento da variação linguística no livro didático e, também, como a temática é compreendida de forma equivocada, por considerarem apenas como objeto de estudo as tirinhas de Chico Bento. Esse tema despertou um olhar diferente acerca do presente descaso da variação linguística no livro didático e, além disso, questiona-se até que ponto se trata mesmo de erro linguístico ou se é só um preconceito social em relação a quem é tomado como exemplo da variação linguística. Entende-se, respaldados pela teoria da área, que independente das razões de uma criança, adolescente ou jovem falar diferente, faz-se necessário entender o vocabulário por ele utilizado e levá-lo à aquisição da norma culta, por intermédio de aulas de Língua Portuguesa que proporcionem ao aluno a competência linguística, ou seja, de saber entender o que lhe

é dito e de saber transmitir suas ideias. Este trabalho aguçou o desejo de reelaborar o ensino de variação linguística em sala, entender o porquê de ainda haver uma situação preconceituosa e chamar a atenção para a equivocada visão fantasiosa de que só há variação linguística na variante linguística de *Chicos Bentos*. O livro didático analisado não atende ao que se esperava sobre o ensino de variação linguística em sala de aula e, assim, não exorciza os preconceitos linguísticos relacionados aos falantes de língua portuguesa.

Palavras-Chave: Ensino de Língua Portuguesa. Preconceito lingüístico. Sociolinguística.

UM ESTUDO DO LIVRO *O REI DE QUASE-TUDO* DE ELIARDO FRANÇA

Edna Silva Simões (UEMS)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS)

No Brasil, a Literatura Infantil teve início no final do século XIX, porém se ampliou como gênero somente a partir dos anos de 1970. Nesse período, produções originais de autores brasileiros passaram a ocupar o lugar, antes composto, sobretudo, por traduções e adaptações de clássicos como os traduzidos de Hans Christian Andersen, Charles Perrault, Irmãos Grimm, entre outros. Nessas produções destacam-se: Monteiro Lobato, Fernanda Lopes de Almeida, Ruth Rocha, Mariana Colassanti, Lygia Bojunga Nunes, Bartolomeu Campos Queiros, Eliardo França, entre outros. Esses escritores conseguiram fazer da Literatura Infantil bandeira de luta contra a repressão sofrida devido ao período de Ditadura Militar (1964-1982), tematizando em seus livros questões que permeiam o cotidiano, entre elas, a relação de poder. Diante disso, nesta comunicação, temos por objetivo examinar o livro *O Rei de Quase-Tudo*, de Eliardo França, de modo a compreender sua contribuição para o embate característico de uma época. O livro traz uma história bem escrita, com ilustrações coloridas retratando o comportamento humano e suas relações com o mundo. Faz parte de um período de transição da Literatura Infantil, tendo sido muito premiado, como um grande exemplar de literatura infantil, participando da formação e humanização de muitas crianças pelo nosso país, sem deixar de ser lúdico, mediante ilustrações coloridas e tratando de problemas da sociedade.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Livro. Eliardo França.

POLÍTICA EDUCACIONAL A FAVOR DAS MINORIAS: a importância da escola para o índio da aldeia São João- Porto Murtinho/MS

Selma Marques da Silva Fávaro (UFMS)

Alguns fatores contribuíram para o início de um período de inúmeras discussões a respeito da educação escolar indígena, entre eles a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional-Lei n. 9.394, da legislação que normatiza a implantação de escolas indígenas e o processo de formação de professores indígenas (SOUZA; BRITO, 2009). Nesse contexto, mostra-se fundamental a concretização de um ensino que contemple tanto disciplinas da formação básica quanto aspectos sócio-culturais dos diferentes grupos étnicos. Diante das ações educacionais em prol dos índios no Brasil, como a criação de escolas indígenas multilíngues no interior das aldeias, é nosso objetivo analisar qual a importância da escola para os alunos da Koinkunoen, escola localizada na aldeia São João, município de Porto Murtinho/MS. Nosso *corpus* de análise é um questionário aplicado aos 17 dos 18 alunos do ensino médio presentes na escola da aldeia no dia em que fizemos coleta de dados, composto por 12 perguntas que visaram ao conhecimento de aspectos sociais, culturais e educacionais dos índios no momento atual. Dentre os respondidos, selecionamos aleatoriamente quatro para este trabalho. Para analisá-los, recorreremos ao método arqueológico de Foucault. Trata-se de um trabalho transdisciplinar, pela necessidade de articular diferentes áreas do conhecimento para dar suporte às nossas análises, à nossa interpretação, um verdadeiro gesto de leitura propiciado pela materialidade linguística, que nos remete ao discurso. Portanto, é fundamentado na Análise do Discurso de Linha Francesa, em estudos filosóficos, culturais e identitários (CORACINI, 2007; ECKERT-HOFF, 2010), visto que as representações dos alunos em relação à escola contribuem para a construção de sua identidade. Nossas análises permitem-nos afirmar que ela é extremamente importante para os alunos, sendo as línguas portuguesa e indígena, estudadas nela, muito valorizadas. Dessa forma, a escola está contribuindo para a inserção do índio na sociedade e para a conquista de seus ideais, o que aponta para a construção de uma nova identidade, híbrida, para um índio que vive em um entre-lugar (ECKERT-HOFF, 2010).

Palavras-chave: Política educacional. Escola. Índio. Aldeia São João. Análise do Discurso.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIVERSIDADE: INCLUSÃO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS INDÍGENAS

Cristiane Pereira de Moraes e Sousa (UFMS)

As pesquisas acerca das políticas linguísticas ocupam lugar de destaque nas ciências sociais e da linguagem, no Brasil e também no exterior. Debates salutareos propiciam e estimulam a produção de pesquisas voltadas às políticas linguísticas, sobretudo da análise das políticas públicas visando ao direito à língua em defesa da diversidade cultural nas sociedades contemporâneas democráticas. Assim, neste trabalho, objetivamos focalizar e refletir acerca dos discursos em face de planejamentos e práticas políticas linguísticas que garantem a manutenção da língua indígena, conciliando a necessidade de reafirmação de uma língua de pertencimento (língua indígena), bem como a necessidade de acesso a outra (língua portuguesa). Para tanto, recorreremos a Calvet (2002), Souza & Ribeiro (2007), Maher (2010), entre outros, para discorrermos especialmente acerca das línguas indígenas implantadas e implementadas por meio de programas, projetos que objetivam preservar e/ou recuperar a língua indígena, reconhecendo, portanto, a diversidade linguística num país plurilíngue como o Brasil. Por conseguinte, as políticas linguísticas instigam-nos a pensarmos os diferentes discursos (da diversidade, da diferença, da inclusão, das minorias...) que permeiam a sociedade e os diferentes sujeitos que se constituem na e pela linguagem. Afinal, não há língua pura, una, uma vez que ela se constitui de outras línguas, assim como não há sujeito uno, com uma identidade, mas sujeitos (índigenas) que são constituídos pelo outro (branco); no entanto, têm a ilusão de inteireza, de completude.

Palavras-chave: Diversidade. Línguas Indígenas. Políticas Linguísticas.

POLÍTICA PÚBLICA DE ALFABETIZAÇÃO AO COMBATE DO FRACASSO ESCOLAR TENDO COMO REFERÊNCIA AS CLASSES DE ACELERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Ana Maria Franco Pereira (UEMS/CAPES)

Lucélia Tavares Guimarães (UEMS)

A questão da repetência e da reprovação é um assunto que vem, na história educacional do país, sendo alvo de muito estudo e discussões, pois o aluno, ao reprovar, acaba por se enquadrar dentro das estatísticas do fracasso escolar. A partir da década de 1980, as políticas públicas educacionais se alavancaram nas discussões a respeito do fracasso escolar, ou seja, propunha um ensino de melhor qualidade, colocando em pauta a exclusão, superação de preconceitos e defesa da escola para

todos. Na busca de alternativas para reverter esse quadro do fracasso escolar na educação básica, diversos municípios optaram pela implantação de Programas de Aceleração de Aprendizagem, uma política pública educacional direcionada aos alunos com defasagem de idade/ano no processo de aprendizagem, possibilitando a todos a recuperação do tempo perdido em curto prazo. Objetiva-se, através desta comunicação, discutir os programas de correção de fluxo inseridos no contexto socioeconômico, político e cultural da sociedade, ressaltando sua influência nas políticas educacionais de alfabetização implantadas no ensino básico buscando combater o fracasso escolar. Para a elaboração deste trabalho foram realizadas diversas leituras de textos bases sobre políticas educacionais, fracasso escolar, alfabetização na educação básica e aceleração de aprendizagem; os estudos se pautaram no aporte teórico metodológico do Materialismo Histórico Dialético de Marx (1974-1977) aprofundando-se nas concepções de Arroyo (2000); Azevedo (2008/2010); Cagliari (2007); Cury (1979); Gramsci (1973-1978); Oliveira (2002); Parente e Lück (2004); Sampaio (2000); Saviani (1991); Setubal (2000); Slavez (2011); Smith (1991) e Soares (2005). Os resultados apontaram que, para concretizar uma proposta voltada ao sucesso desses alunos ditos “fracassados”, faz-se importante o fortalecimento das instituições escolares, as quais articulam as múltiplas faces de seu funcionamento, desde a gestão democrática, como também, seu projeto educativo, seu relacionamento com o meio social, bem como cultural e econômico dos alunos.

Palavras-chave: Alfabetização. Classes de Aceleração. Políticas públicas.

RELAÇÕES DE PODER EM PRÁTICAS ESCOLARES HETERONORMATIVAS E O ESPAÇO DA DIVERSIDADE SEXUAL

Fernando Guimarães Oliveira da Silva (AEMS)

José Antonio de Souza (UEMS)

A partir dos estudos de Foucault, observamos que os acontecimentos são dotados de infinitos dizeres, permeados de proibições e obrigações que assujeitam as pessoas a silenciar o enunciado que foge de normatividades. Em relação à sexualidade, os sujeitos convivem com regras que tendem a comportamentos que se acreditam alinhados aos papéis inscritos nos corpos; de tal forma que os meninos têm que agir do modo adequado ao comportamento masculino, e as meninas, da mesma forma, precisam ter um comportamento condizente com o papel feminino. Diante disso, pretende-se apresentar as relações de poder em práticas escolares calcadas na perspectiva heteronormativa; com isso, acredita-se que as sexualidades presentes em ambiente escolar convivem com o preconceito, uma vez que, ao definir comportamentos, as práticas escolares se adéquam a padrões essencialistas do corpo, desvinculando-se de uma perspectiva de sexualidade baseada na construção social. Nesse sentido, objetiva-se compreender, a partir de um pressuposto foucaultiano, como se dão a distribuição dos prazeres dos corpos e as tecnologias empreitadas

(especialmente discursos e representações) pela escola para garantir a viabilidade do exercício do poder nos corpos dos sujeitos, prevendo, com isso, a impossibilidade de transgressão da norma e o distanciamento das sexualidades que se divergem daquilo que está normatizado. Há que se destacar, também, que devido a esse distanciamento os homossexuais, travestis e transexuais estão mais propícios a situações de riscos e vulnerabilidades, principalmente, em atitudes potenciais de homofobia e discriminação em ambiente escolar. Assim, também será buscado entender as expressões de sexualidades nas escolas, considerando a necessidade de revisão de práticas escolares baseadas na heteronormatividade.

Palavras-Chave: Escola. Relações de poder. Sexualidades. Discriminação.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES NO BRASIL

Lidiane Malheiros Mariano de Oliveira (UEMS)

Lucélia Tavares Guimarães(UEMS)

O objetivo deste artigo é apresentar o resultado do levantamento bibliográfico dos trabalhos que tratam as políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores implantadas pelo governo federal, com um olhar específico aos trabalhos que discutem o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa do governo federal em parceria com os estados e município com o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, implantado no início de 2013, em rede nacional. Foi feita uma revisão bibliográfica na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD), disponível no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT), com o objetivo de investigar os últimos estudos científicos desenvolvidos com temas relacionados à formação continuada de professores alfabetizadores no campo das políticas públicas educacionais de alfabetização. Serão apresentados os dados coletados, que analisa as pesquisas sobre o tema no período de 2005 a 2015. As palavras chaves utilizadas na busca foram: “formação continuada de professores alfabetizadores”. A pesquisa possibilitou refletir sobre como as últimas pesquisas têm investigado as políticas públicas de formação continuada para professores alfabetizadores no Brasil e qual a contribuição das mesmas para a melhoria das práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental. Foram encontradas trinta e oito pesquisas sobre políticas públicas para os anos iniciais do ensino fundamental, no entanto apenas duas relacionadas ao PNAIC. Os resultados apontaram que há uma intencionalidade entre os pesquisadores em entender os progressos que esses programas educacionais vêm trazendo para

melhorar a educação brasileira. Das pesquisas levantadas observa-se que os autores buscam compreender as influências desses programas nas práticas dos professores alfabetizadores. Tentam entender até que ponto as atividades desenvolvidas em sala de aula estão promovendo a emancipação humana fazendo com que o indivíduo participe ativamente da sociedade e tenha clareza das possibilidades possíveis para transformar a realidade, saindo assim do domínio das classes dominantes. Como referenciais teóricos foram utilizados os autores: MARX/ENGELS (1818-1883), GIROUX (1997), CURY (1979), AZEVEDO (2004), GATTI (2008, 2009), BARRETTO (2015) e DAVIS (2013).

Palavras chave: Políticas públicas. Formação continuada. Alfabetização.

GT 7

**PROTEÇÃO DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS: MINORIAS**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: novos paradigmas

Isabela dos Santos de Oliveira (G – UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

De acordo com estudos e análises do Direito de Família no que diz respeito à forma de constituição da família, tem-se que o Estado brasileiro dedicou importância à família formada pelo casamento, pela união estável e por um dos progenitores e sua prole. Partindo dessa última forma de constituição, tem-se a mulher muitas vezes como o arrimo do núcleo familiar. As questões que envolvem a mulher, no interior do lar, são muitas. Em contrapartida, tem-se que com a emancipação jurídica da mesma, sua forma de organização familiar foi abalada, forçando o declínio da sociedade conjugal patriarcal e, por outro lado, a questão da violência doméstica. A violência que ocorre no interior do lar se classifica em quatro tipos de agressão, sendo elas: violência física doméstica (emprego de força física do agressor); violência sexual doméstica (todo jogo ou ato sexual que tem por objetivo a estimulação sexual do agressor); violência psicológica doméstica (é a violência que humilha, rejeita, fere moralmente) e a negligência (desprezo, indiferença). Ainda, a violência contra mulheres está classificada pela ONU como uma das piores violações aos Direitos Humanos. Um dos mecanismos utilizados para se socorrer e assegurar a segurança das mulheres é a Lei Maria da Penha que possibilita a mudança radical da cultura de violência doméstica contra as mulheres. O artigo tem como objetivo investigar algumas questões que envolvem a mulher na sociedade contemporânea com ênfase na violência doméstica contra elas praticada. Para a presente pesquisa foi utilizado o método bibliográfico. Espera-se, após a divulgação dos resultados, contribuir para uma maior proteção e valorização das mulheres na sociedade e para a efetivação dos direitos e garantias positivados as mesmas. A pesquisa está no início da coleta e análise dos dados, mas é possível verificar que o fenômeno da violência doméstica contra a mulher é endêmico.

Palavras-chave: Mulher. Violência doméstica. Paradigmas.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO FORTALECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: A UEMS COMO EXEMPLO EM MATO GROSSO DO SUL

Juão Ozilo Silva Ferreira (Bolsista PIBIC-UEMS/ FUNDECT)

Sidinéa Cândida Faria (UEMS)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo compreender o acesso à educação superior como forma de fortalecimento do direito à educação, com foco na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Verifica-se que o ingresso na educação

superior apresenta grande desafio, necessário de urgente solução, tendo em vista a ausência de uma participação expressiva da população nesse nível de ensino, seja por dificuldades econômicas ou falta de oportunidade de acesso. Mas qual a importância da UEMS para a democratização da educação superior em Mato Grosso do Sul? Para responder essa pergunta é necessário estudar a interiorização da universidade como fator de ampliação da educação superior no estado. O objetivo deste trabalho é analisar o acesso à educação superior como fator de fortalecimento do direito à educação, com enfoque específico para a UEMS, no período de 1993-2015. Por meio de pesquisa bibliográfica e utilização de dados disponibilizados pela UEMS e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pretende-se observar como políticas de acesso à educação tornam possível a expansão da educação superior. Os fundamentos teóricos são buscados nos autores que tratam da temática em estudo. Ao pensar a educação como um dos direitos que visa ao pleno desenvolvimento físico, moral e intelectual do ser humano, observa-se o pressuposto, de que o acesso universal a todos os graus de ensino, especialmente a educação superior, fortalece esse direito. A democratização da educação superior possibilitaria o desenvolvimento de maior e mais completa consciência crítica do indivíduo. Centraliza a investigação na UEMS por esta universidade, desde sua instituição em 1993, possibilitar o acesso à educação superior pública, oferecendo condições que aproximam as pessoas da universidade, com a interiorização das unidades para próximo das demandas populacionais, possibilitando aos residentes distantes dos grandes centros que frequentem um curso superior. Pretende-se demonstrar que o desenvolvimento de um ambiente propício de oportunidades a todas as pessoas principalmente àquelas sem condições econômicas de continuar e aprimorar sua aprendizagem amplia a participação e, portanto, proporciona a democratização da educação.

Palavras-chave: Acesso. Educação Superior. Democratização.

NOVAS MODALIDADES DE FAMÍLIA: DIVERSIDADE E RELAÇÃO FAMILIAR

Lucas Teixeira Dezem (G-UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

O conceito da família assume novos contornos na sociedade contemporânea, sendo abarcado por esta significação uma diversidade de relação familiar, cada qual com suas características e especificidades. Diante disso, os objetivos da presente pesquisa são: estudar as variações o termo “família”, ante a diversos vieses e lapsos históricos; investigar e caracterizar algumas das formas de composição de famílias que existem na nossa sociedade; auxiliar no debate a respeito do tema, de forma a apontar aspectos críticos à luz dos direitos adquiridos com a consagração da Constituição Federal de 1988. Para tanto, a metodologia empregada tem como base a pesquisa bibliográfica e

o método dedutivo. Os resultados apontam que o núcleo familiar sofreu profundas mudanças, no sentido de ampliação da composição familiar e que o conceito de família assume a característica inclusiva dessas novas conjugalidades. A doutrina jurídica majoritária busca uma melhor regulamentação desses arranjos familiar e, apesar dessas composições serem vistas pelos Direitos como “novas”, pelo contexto histórico em relação às lutas por maiores reconhecimentos observa-se que elas existiam. Portanto, verifica-se assim que o estudo científico a respeito do tema é necessário, uma vez que pode encontrar dificuldade ao ser debatido, devido aos preconceitos que ainda cerca alguns arranjos familiares, além de ser um tema de interesse amplo, pois é próximo do cotidiano de diversas pessoas.

Palavras-chave: Estatuto da família. Famílias. Diversidade. Arranjos familiares.

DIREITOS DO NASCITURO: LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL

Eduarda Oliveira Dib (G- UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

Toda pessoa é capaz de ter direitos e contrair obrigações. Segundo o atual Código Civil, é adotado o nascimento com vida como marco inicial da personalidade. Assim, partir da concepção são respeitados os direitos do nascituro. A teoria que sustenta esse posicionamento é conhecida como, concepcionista. Porém, existem mais duas teorias que tentam justificar o início da personalidade da pessoa natural, entre elas a natalista e a da personalidade condicional. Pela primeira, o nascituro não teria os direitos garantidos pela lei, mas apenas uma expectativa, uma vez que para adquiri-los, é necessária a separação dele do ventre da mãe, e sua primeira respiração. Já pela teoria da personalidade condicional, o nascituro apresenta seus direitos reservados desde a concepção, porém apenas após o nascimento que eles serão, de fato, exercidos. O presente trabalho tem como objetivo investigar os direitos da personalidade do nascituro de acordo com a Constituição Federal de 1988 e Código Civil de 2002. O trabalho está sendo elaborado com base no método bibliográfico. A pesquisa está no início do levantamento e análise dos dados, mas é possível aferir, de acordo com o material investigado, que ao nascituro são reservados vários direitos previstos na legislação constitucional e infraconstitucional, tais como o direito à vida, à imagem, à honra e a integridade física.

Palavras-chave: Nascituro. Direitos de personalidade. Teorias.

O DIREITO A “UM TETO” E DIGNIDADE HUMANA EM DEBATE: O PAPEL DA MÍDIA NA DESMORALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PRÓ-MORADIA

Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

O direito à moradia vai além do direito a um espaço físico. A moradia é o espaço do exercício da individualidade, do convívio familiar e da integração social. Ocorre que a ausência ou inadequação da moradia também pode ser fator de exclusão social, de marginalização. A partir de tais concepções, o presente trabalho tem por objetivo o estudo do papel da mídia na formação do conhecimento social acerca da legitimidade e importância dos movimentos sociais de luta pró-moradia. Para tanto, por meio de pesquisa bibliográfica e documental e utilizando-se, na escrita, o método dedutivo, buscou-se delinear a intrínseca relação do direito à moradia com outros direitos fundamentais inerentes ao exercício de uma vida digna, bem como o tratamento conferido pela imprensa às ações de movimento sociais de luta por moradia. Os levantamentos realizados apontaram que a atuação midiática frequentemente trata a questão enfatizando estereótipos e semeando na sociedade a ideia de que a luta por moradia é questão de menor importância – o que constitui um desserviço ao dever de informação e ao papel histórico na luta pelos direitos da pessoa humana, notadamente minorias e grupos vulneráveis. A pesquisa permite concluir que a atuação responsável da imprensa é meio para que tais movimentos sociais ganhem a força e respeitabilidade necessária à efetiva luta pela implantação de políticas públicas de moradia digna. Que tal responsabilidade pressupõe o reconhecimento da importância da moradia para a dignidade humana e o abandono de práticas destinadas à geração de descrédito para com a causa e a formação ou reiteração de estigmas sociais.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Mídia. Direito à moradia. Movimentos sociais.

UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO IDOSO

Monique Costa Canton (G-UEMS/FUNDECT)

Léia Comar Riva (UEMS)

O presente estudo busca estabelecer uma relação entre os Direitos e Garantias Fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988, com aqueles previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003), conferidos a esta

respectiva parcela da população com idade igual ou superior a 60 anos; bem como, investigar os princípios constitucionais de dignidade, igualdade e liberdade. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico, sendo realizada por meio de um levantamento sobre o tema em livros, artigos, pesquisas, resenhas e bancos de dados informatizados nas bibliotecas. O levantamento faz parte do projeto de Iniciação Científica desenvolvido na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2015/2016). Ao proceder a um estudo comparativo busca-se fornecer subsídios para políticas de intervenção que visam a melhoria da qualidade de vida da população e dos serviços públicos oferecidos; bem como, cooperar para a produção de novos trabalhos de cunho científico e divulgação em nível regional e nacional da produção científica, e ainda colaborar para a transformação social, principalmente, em Mato Grosso do Sul. A pesquisa está em andamento e os resultados parciais indicam que os Direitos Fundamentais elencados na Carta Magna foram reafirmados na legislação especial com o propósito de oferecer maior garantia a essa parcela da população.

Palavras-chave: Idoso. Garantias Fundamentais. Estatuto do Idoso.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – UMA PERSPECTIVA CONCEITUAL SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Matheus de Toledo Dalecio (UEMS/UEMS)

Sidinéia Cândida Faria (UEMS)

A Constituição de 1988 trouxe para o âmbito dos direitos sociais um rol de direitos e garantias expressos em seu texto que, baseado em princípios norteados pelo constitucionalismo contemporâneo, inovaram na forma de posicionar o homem enquanto sujeito de direitos na sociedade a qual está inserido. A Educação, importante direito social, tem apresentado um processo de expansão, uma vez que tem alcançado maior quantidade de pessoas. O acesso a tal direito é amplo, como previsto na Constituição Federal de 1988 como direito individual e também social. O Estado tem o dever de, além de efetivar esse direito, estabelecer meios de acesso a esse direito social, com fundamento nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, objetiva-se estabelecer o conceito da categoria “democratização” para a Educação Superior brasileira, com enfoque na expansão desse nível de ensino. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como principal fonte de pesquisa com fundamento em diversos autores que estabeleceram parâmetros genéricos sobre a democracia. Este estudo se vincula ao projeto matriz que tem por título “Democratização do Acesso à Educação Superior: um estudo sobre os 20 anos do processo de interiorização da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)”. Observou-se, portanto, uma associação de democratização com expansão de direitos básicos, no qual se insere o direito social em estudo. O termo “democratização”, que tem sido discutido no âmbito da Educação Superior no país, pode ser definido, nos estudos atuais como uma consumação de diversas garantias, as quais evidenciam uma ampliação do conhecimento e do acesso, uma humanização da

gestão e a satisfação de necessidades básicas que com ela se relacionam. Conclui-se que democratização, pelo ponto de vista do processo democrático, é a expansão das prerrogativas da democracia e, ao ser relacionada à Educação Superior, é entendida como “universalização” no que concerne à “educação democrática” e a expansão de seus objetivos.

**ACESSO À JUSTIÇA NA COMARCA DE PARANAÍBA-MS: um direito fundamental
provido por meio do processo coletivo**

Otávio Armando Santos (UEMS/PIBIC – FUNDECT)

Gláucia Lamblém (UEMS)

Vivemos em uma sociedade de massa, com a ocorrência de grandes mudanças, surgindo inovações paulatinamente. Conquistas em determinado tempo da história, estarão sempre em constantes evoluções. A sociedade e os valores mudam, e o Direito acompanha tais mudanças, a fim de que encontre a solução mais justa. Segundo Mauro Cappelletti e Bryant Garth (2002, p.9): “O conceito de acesso à justiça tem sofrido uma transformação importante correspondente a uma mudança no estudo e ensino do processo civil”. Para ter acesso a justiça é necessário mais do que chegar aos tribunais, impõe-se uma continuidade e rapidez no tramite do processo e ter a garantia do devido processo legal, resultando no acesso à ordem jurídica justa. Portanto, o acesso à justiça deve ser dado a um número cada vez maior de pessoas, com um menor número de causas. Este princípio é o da universalidade da jurisdição, em que o tratamento coletivo dos direitos abre porta para tal universalidade. Dever ser observado também os demais princípios como o princípio da participação, da ação, do impulso oficial; da economia e da instrumentalidade das formas. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a aplicação e instruir a população sobre seus Direitos com relação à ação coletiva, gerando assim o acesso à justiça na Comarca de Paranaíba-MS. A pesquisa se desenvolverá por meio de cunho bibliográfico e método de raciocínio dedutivo-indutivo, com trabalho de campo. No decorrer do projeto serão elencadas as obras a serem lidas e fichadas para, posteriormente, elaborar os relatórios técnico-científicos. Com tais dados entender melhor as áreas mais prejudicadas no município, e procurar saber qual o número de procura com reclamações que poderiam gerar processo coletivo. Conscientizar os que têm direito a buscá-lo.

Palavras-chave: Processo Coletivo. Justiça. Paranaíba.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS *LATU SENSU* E A POSSIBILIDADE DE REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA

Juliana Gomes Marques (UEMS)

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

Os direitos difusos e coletivos *latu sensu* originários da terceira dimensão dos direitos fundamentais e consagrados pela Constituição Federal de 1988 e Lei nº 8.078/90 é objeto vital no que tange a aplicação de regras e princípios específicos das demandas de interesse público. Por isso, as normas estampadas no microsistema pátrio, mormente, o artigo 6º, inciso VIII, do CDC e o princípio da máxima efetividade do processo coletivo são vetores norteadores das referidas demandas, e consequentemente, autoriza a redistribuição do ônus da prova respaldado na hipossuficiência técnica ou na verossimilhança do alegado. Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade de inversão do ônus probatório fundamentado na hipossuficiência técnica do Ministério Público frente as possíveis lesões aos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Assim, adotou-se as pesquisas bibliográficas e o posicionamento jurisprudencial como procedimento metodológico. Além disso, com o angariamento de dados buscou-se investigar a aplicabilidade da regra processual alinhavada no artigo 6º, inciso VIII, do CDC às ações civis públicas. Por conseguinte, após análise das normas do microsistema pátrio e o levantamento de dados bibliográficos foi possível concluir a probabilidade da inversão do ônus da prova no tocante as demandas de interesse primário, bem como, a aplicabilidade das regras e princípios próprios do processo coletivo, haja vista que a titularidade pertence a coletividade e o *parquet* é mero legitimado extraordinário nas ações civis públicas.

Palavras-chave: Microsistema. Inversão. Prova.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Léia Comar Riva (UEMS)

Jemima Gonçalves Costa (UEMS)

A pesquisa teve como finalidade examinar a evolução histórica da atual doutrina de socioeducação brasileira, elencando os principais acontecimentos que permitiram a construção de uma das mais modernas legislações do mundo, com fundamento no princípio da proteção integral. Para o levantamento e análise dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Após o estudo, verifica-se que embora sejam grandes os avanços legislativos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, possuímos um modelo em fase de reconhecimento e afirmação, com fundamento no

princípio da dignidade da pessoa humana, a qual, independente de qualquer fator, inclusive idade, é o valor constitucional supremo, que agrega em si a unanimidade dos demais direitos e garantias. Conclui-se que o conhecimento dos percalços da socioeducação é de extrema importância para os profissionais das ciências sociais aplicadas e ciências humanas correlatas, sobretudo num momento histórico onde parte da população, incentivada pela mídia, clama por retrocesso em termos de conquistas de direitos humanos, solicitando a redução de garantias fundamentais tão recentemente conquistadas.

Palavras-chave: Socioeducação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos Humanos.

MITIGAÇÃO DOS PREJUÍZOS PELO CREDOR: UMA ANÁLISE À LUZ DA BOA-FÉ OBJETIVA

Lucas Sanches Tizzo (UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

A mitigação dos prejuízos pelo credor ou *duty to mitigate the loss* é uma teoria que surgiu nos países de sistema anglo-saxão. A mesma estabelece que, quando uma relação negocial é descumprida, o credor não deve ficar inerte diante do inadimplemento do devedor. Nesse sentido, a parte prejudicada deve adotar posturas no sentido de mitigar seus próprios prejuízos. Tal dever, no entanto, somente é exigido quando demandar uma atitude que esteja dentro de padrões de razoabilidade, sendo incabível a exigência do dever de mitigar quando houver a necessidade de esforços exacerbados pelo credor. Tal situação, além de beneficiar às partes negociantes traz também um benefício social. O presente trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade de recepção do instituto pelo ordenamento jurídico brasileiro à luz do princípio da boa-fé objetiva bem como da abertura conferida à ordem jurídica a partir da inserção das cláusulas gerais no Código Civil de 2002. O procedimento metodológico consistiu-se em pesquisa bibliográfica. Para alcançar os objetivos buscou-se investigar as formas pelas quais o instituto recebe aplicação no ordenamento jurídico dos países que expressamente o adotam. Além disso, foram analisadas as formas que os países de tradição romano-germânica e os filiados ao sistema *common law* o aplicam. A partir da análise foi possível verificar que, no Brasil, há diversos autores que defendem a possibilidade de recepção do instituto. Constatou-se também alguns julgados que expressamente o acolheram, fundamentando sua orientação nas cláusulas gerais e nos deveres de cooperação bem como no princípio da boa-fé objetiva, a partir da análise do artigo 422 do Código Civil de 2002.

Palavras-chave: Mitigação. Prejuízos. Credor. Devedor. Inadimplemento.

**O ESTUDO DO PROGRAMA DE MONITORIA DESDE A SUA FUNDAÇÃO ATÉ A SUA
IMPLEMENTAÇÃO NO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO
GROSSO DO SUL**

Vicente Matias Garcia Belo (G – UEMS)

Sidinéia Cândida Faria (UEMS)

O presente transcrito busca evidenciar o logradouro do programa de monitoria, bem como sua prospecção no cenário pátrio, e posteriormente a divulgação e implantação de tal programa na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com enfoque especial dado ao curso de Direito, e para tanto foi utilizado referenciais bibliográficos presentes tanto no acervo histórico da instituição, quanto nos materiais disponibilizados sítios cibernéticos. O programa de monitoria teve sua inserção nas universidades brasileiras por intermédio da Lei 5.540, de 28 de Novembro de 1968, contudo, teve sua regulamentação dada pela UEMS através da RESOLUÇÃO CEPE N° 86, de 20 de março de 1998, destarte perfaz-se notório e relevante o lapso temporal dentre a criação e a regulamentação pela presente instituição, fator este que culmina no atraso e retardo dos reais institutos almejados por tal programa. Logo, é significativa a evolução do projeto de ensino na UEMS, mesmo que lento, pois não se pode refutar que desde a implantação do programa de monitoria no Brasil, pela lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, até os dias atuais, o programa sofre ponderações e ajustes cirúrgicos, a fim de que professor, aluno e monitor numa relação tripolar, juntos, alcancem o viés do conhecimento mútuo, ou seja, todos logrem o êxito na aprendizagem.

Palavras-chave: Implementação. Monitoria. Aprendizagem.

**O ESTUDO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE EM FACE DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS**

Gabriela Andreatti de Jesus (G- UEMS/FUNDECT)

Léia Comar Riva (UEMS)

Em razão do advento da Constituição Federal de 1988, da importância que a mesma atribui à pessoa humana e da inserção de princípios constitucionais na esfera privada, o Código Civil-02 destinou um capítulo aos direitos da personalidade. Estes direitos dizem respeito às características inerentes, isto é, próprias de cada indivíduo. Ressalta-se, ainda, que o dispositivo infraconstitucional busca harmonizar-se com os direitos fundamentais elencados pela legislação constitucional. A presente pesquisa tem por objetivo estudar os direitos da personalidade previstos na legislação ordinária e

verificar a incidência dos direitos fundamentais sobre aqueles. A metodologia empregada tem como base a pesquisa bibliográfica. Por se tratar de uma pesquisa vinculada ao Projeto de Iniciação Científica desenvolvido junto a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, cuja coleta e análise de dados encontram-se no início, os resultados são parciais. À guisa de consideração, os dados demonstram que os direitos da personalidade enquanto direitos ligados essencialmente à pessoa humana e os direitos fundamentais, vistos como direitos humanos positivados, ou seja, compreendidos como direitos inerentes ao indivíduo em virtude de sua natureza, ambos coadunam-se, pois integram a própria condição do ser humano. Logo, é possível verificar a importância da proteção dos direitos fundamentais e dos direitos da personalidade, tanto no âmbito público quanto na esfera privada, em razão da magnitude da pessoa humana.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direitos da personalidade. Direito de Família.

O IDOSO COMO SUJEITO DE DIREITOS: UM OLHAR SOBRE A CIDADANIA

Magda Rocha Rodrigues de Oliveira (G-UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

O presente trabalho, faz parte do levantamento realizado durante o desenvolvimento do Projeto de Extensão: “O idoso como cidadão: a busca valorização”, cujas ações foram efetuadas no Asilo Santo Agostinho, em Paranaíba – MS. No artigo, busca-se tratar acerca dos direitos fundamentais garantidos aos idosos, bem como a efetivação dos mesmos, sob a ótica da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). A Carta Magna diz, expressamente, em seu art. 5º, *caput*, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, ou seja, é inadmissível qualquer restrição de direito que tenha respaldo na idade da pessoa. Nosso ordenamento é pautado, primordialmente, no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e, com base em tal preceito, todas as pessoas merecem ser dignamente tratadas, sendo direito de todo ser humano envelhecer em paz, com tranquilidade e, acima de tudo, em igualdade de direitos com os demais. Importante ressaltar que, com advento da CF/88, o idoso tornou-se expressamente detentor do *status* de titular de direitos, o que não quer dizer que antes a pessoa idosa não os possuísse, mas foi preciso que a Lei Maior os trouxesse de maneira clara. Hoje, os direitos conferidos aos idosos fazem parte da seara dos direitos sociais, sendo fruto de inúmeras reivindicações sociais, visando que o Estado atue de forma positiva no que concerne às necessidades da população idosa. De acordo com o art. 230, CF/88, cuidar dos idosos é um dever não apenas do Poder Público, mas sim uma obrigação conjunta entre o Estado, a sociedade e a família, que devem amparar as pessoas idosas, assegurando a participação das mesmas na comunidade, defendendo, sempre, sua dignidade e, acima de tudo, garantindo-lhes o direito à vida. A pesquisa foi realizada pelo método bibliográfico e, no que tange às ações realizadas durante o Projeto de

Extensão, obteve-se resultados positivos, pois foi possível levar aos cuidadores do Asilo Santo Agostinho conhecimentos relevantes sobre os direitos fundamentais dos quais os idosos são titulares.

Palavras-chave: Idoso. Cidadania. Direitos Fundamentais.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO PÚBLICO E A OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ESTADUAL EM MATO GROSSO DO SUL

Rayane Machado Pereira (UEMS/Fundect/CNPq)

Sidinea Cândida Faria (UEMS)

Esta pesquisa estuda as políticas públicas que promovem o acesso à educação superior em Mato Grosso do Sul (MS), com enfoque específico na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no período de 1993-2014. Identifica as políticas públicas criadas pelo estado de MS com o intuito de proporcionar o acesso à educação superior no estado e verifica se essas políticas públicas contribuem para a democratização da educação superior, uma vez que o objetivo de tais políticas é o de alcançar o maior número possível de jovens interessados nesse nível de ensino. Dessa forma, apresenta a UEMS que foi criada como iniciativa do governo estadual para oferta de educação superior para o interior, por isso, com sede em Dourados e unidades universitárias espalhadas por outros 14 municípios interioranos. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica em obras disponíveis sobre políticas públicas que promovem o acesso à educação superior no Brasil e, após, restringindo aos autores que tratam do assunto no estado de Mato Grosso do Sul. Este estudo aponta dados comparativos que mostram a evolução gradual do número de instituições públicas e privadas, número de matrículas e vagas oferecidas de 1994 até 2014, com base nos censos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pela Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional (DEPAE-UEMS) e pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEC). Assim, a justificativa para a delimitação do período estudado reside no fato de que este compreende o tempo de existência do objeto de estudo, que é a UEMS. Os resultados alcançados identificam os princípios constitucionais que garantem a educação como um direito público; expressam as políticas públicas de expansão da educação superior no Brasil e em MS, com foco nas de ampliação do acesso, mais especificamente na UEMS; além de demonstrar a relação que existe entre o processo de interiorização da UEMS e a democratização da educação superior no estado de MS por meio de tabelas e dados do INEP. Pretende-se, portanto, que os resultados desta pesquisa possam contribuir de forma positiva para a produção do conhecimento que trata desse tema.

Palavras-chave: Constituição. Educação Superior. Acesso. Interiorização.

OS CUIDADORES SOB A PERSPECTIVA DOS IDOSOS: UMA LIÇÃO DE CIDADANIA

Ivana Vitorino Galon (G-UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

O presente artigo tem como foco o direito dos idosos. Tem por objetivo difundir noções básicas sobre os direitos sociais de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. A presente pesquisa está vinculada ao projeto de extensão que teve como público alvo os residentes e os cuidadores que trabalham no Asilo Santo Agostinho, localizado na cidade de Paranaíba-MS. O método utilizado para a elaboração deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica. Tendo em vista as determinações da Lei 10.741/2003, que atribui ao Estado e à sociedade a obrigação de assegurar aos idosos a assistência às suas necessidades básicas, entre elas, em relação aos cuidados diários com suas pessoas, verificou-se a compreensão dos cuidadores em relação aos direitos positivados, aplicáveis ao cotidiano dos idosos. Evidencia-se que projetos dessa natureza contribuem na formação de jovens acadêmicos, além de destacar o papel social exercido pelas Universidades, bem como fornece subsídios para o conhecimento e a percepção de residentes e cuidadores, em relação aos direitos dos idosos de terem suas necessidades atendidas nos termos do Estatuto do Idoso, garantindo a estes o direito à vida, a saúde, ao lazer, a cultura, a cidadania, a dignidade, o respeito e os cuidados com suas pessoas.

Palavras-chave: Estatuto do Idoso. Direito Sociais. Cuidados.

GT 8

DIREITOS HUMANOS

IDENTIDADE E O RECONHECIMENTO DO OUTRO NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS

Maria Cristina Leal de Freitas

Carlos Eduardo França

Este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão sobre a questão da identidade apontando para o papel do reconhecimento do outro na constituição identitária. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar passando por contribuições da Sociologia, Psicologia e Filosofia. Como fio condutor desta abordagem, constata-se que a capacidade em relacionar-se com a diferença e o *não-eu* constitui-se em ponto essencial no processo de constituição identitária, e que, portanto, o não contato com o *outro* e o reconhecimento das diferenças podem afetar este processo. O texto divide-se em três eixos analíticos: o papel do *outro* na constituição do *eu*, de sua identidade, a relação do indivíduo com o *outro* (estranho), estrangeiro, a percepção do *outro* como um semelhante, um ser humano. A identidade, saber *quem eu sou* e saber *quem o outro é*, se tornou condição para o desenvolvimento das relações no mundo contemporâneo, é construída socialmente através de processos de exclusão e inclusão, fundamentada na semelhança e primordialmente na diferença. Assim, a percepção das diferenças torna-se fundamental para a afirmação de um grupo frente ao outro diferente. O problema é que reconhecer o *outro* ocorre por meio de um processo classificatório, que padroniza, cria um parâmetro único de comparação, hierarquizando o que deveria ser visto apenas como diferente. Essa reflexão perpassa desde a ideia da identidade como algo pessoal e coletivo, construída socialmente, procurando pensar como os indivíduos manejam suas identidades coletivas diante das diferenças e, como a afirmação de uma identidade, nos dias de hoje, pode contribuir para a discriminação. Trata-se de uma discussão fundamental na contemporaneidade, onde vemos a extinção das diferenças, seja através de uma padronização, hegemonização, efeitos da globalização, procurando reduzir tudo a um mesmo, seja pela exclusão daquele que é apontado como o estranho. Nesse sentido o tema identidade é central na questão dos Direitos Humanos, uma vez que, as explicações relativas ao modo como o sujeito se constrói são permeadas pela interação com o *outro* e reconhecimento do *outro*.

Palavras-chave: Identidade. Alteridade. Estranho. Estrangeiro.

DIFUSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: a construção do conhecimento para jovens da rede pública do município de Paranaíba”

Túlio Onuma da Silva (PIBEX- PROEC/UEMS)

Sidinea Cândida Faria (UEMS)

Trata-se de breves experiências advindas de projeto de extensão, ainda em andamento, direcionado à difusão dos direitos sociais, os quais estão previstos na Constituição Federal de 1988, com o esboço de ampliar a compreensão no tocante aos direitos pertencentes a qualquer cidadão, bem como contribuir para a aproximação entre universidade e comunidade local. O projeto está direcionado a crianças e adolescentes de faixa etária aproximada entre 10 e 14 anos, os quais são alunos da escola “Dr. Ermírio Leal Garcia”, no município de Paranaíba/MS. Busca-se, principalmente, conscientizar os alunos no que tange à demanda social dos direitos à educação; saúde; alimentação; trabalho; moradia; lazer; segurança; ou seja, direitos inerentes a todos e garantidos constitucionalmente, visando à formação moral, humana, crítica e consciente dos alunos, para o futuro exercício da cidadania e da participação social. No decorrer do projeto, indubitavelmente, pretende-se despertar o interesse nos alunos para integrá-los no tema desenvolvido, por meio de palestras, vídeo-aula, apostilas, diálogos, conversas informais, dentre outros materiais didáticos. Pode-se mencionar que, de acordo com relatos da diretora da escola, os alunos sofrem uma carente formação consciente e humana, em vista da precariedade do setor público de educação, por isso, conhecer e entender seus direitos e deveres torna-se imprescindível para o exercício consciente e responsável da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento da nação. Conclui-se que, projetos desta natureza são de extrema relevância para propagação dos direitos humanos, além de propiciar uma aproximação entre universidade e comunidade, tem-se como evidente que contribui para dirimir lacunas na educação pública, na busca pela formação de cidadãos conscientes, responsáveis e, acima de tudo, “humanos”.

Palavras-chave: Constituição Federal. Comunidade. Direitos Sociais

ENSINANDO DIREITOS HUMANOS POR MEIO DE VALORES

Natália Gava Menconi (UEMS)

Alessandro Martins Prado(UEMS)

Apresenta-se uma experiência obtida através de projeto de extensão, já concluído, que teve por objetivo propagar conhecimentos sobre Direitos Humanos são utilizar-se de valores e princípios sociais consagrados no ordenamento jurídico brasileiro, promovendo a aproximação e interação da universidade com a comunidade local,

cumprindo dessa forma com uma das funções sociais da mesma. Trabalhou-se com um público infantil, sendo este, crianças de em média nove anos de idade, as quais frequentam o quarto ano da instituição municipal de ensino eleita para as atividades. Durante o desenvolvimento do projeto exibiu gradualmente uma cartilha infantil do autor Ziraldo (Ministério de Justiça), incentivando e permitindo espaços para intervenções e debates a respeito da matéria tratada; o que possibilitou maior compreensão, uma vez que os estudantes puderam complementar com exemplos de seus cotidianos e colocar questões para que os demais opinassem, de maneira que, depois ainda, por meio de atividades interativas como desenhos e brincadeiras reforçassem e demonstrassem o que puderam absorver dos encontros. Ocorreram algumas dificuldades como o controle de trabalhar com crianças em uma idade de muita agitação, bem como, a exposição clara e simplificada das ideias (havendo interdisciplinaridade e multidisciplinaridade ao realizar não apenas o estudo, mas também a prática de lecionar para que se conseguisse em sala de aula atingir os objetivos almejados. Interligando, assim, o estudo do direito com a experiência educação, ao lecionar o que antes fora pesquisado). Concluiu-se que é, de fato, impressionante como crianças de apenas nove anos conseguem ligar questões e acontecimentos de seu dia a dia com noções básicas de Direito. E, assim, poderem compreender melhor suas obrigações e as obrigações do Estado (e seu direito de exigilas). Muitos consideram que é de extrema importância que cada cidadão conheça seus direitos e deveres, sendo bem mais fácil que se aprenda desde pequeno, para que dessa forma, contribua para a criação de uma educação política no Brasil, a qual se encontra defasada atualmente. Recomendo, certamente, projetos de tal natureza. Na tentativa de contribuir para a formação de cidadão mais conscientes.

Palavras-chave: Educação. Direitos humanos. Cidadania.

ENTRE APAGAMENTOS E SILÊNCIOS: memórias e esquecimentos na Instituição Heitor Carrilho

RandizaSantis Lopes (UNIRIO/FAPEAM)

O presente trabalho é um exercício de reflexão sobre a instituição Heitor Carrilho, necessariamente sobre o que é este espaço antes e após a Lei 10.216/01. A aprovação da Lei de Saúde Mental (10.216) no ano de 2001 alavancou um processo de desmonte nas estruturas manicomiais, hospitalocêntricas, pautadas na clausura do louco. E, no que diz respeito ao louco criminoso, as transformações hoje produzidas no espaço das instituições de custódia no Brasil parecem ambicionar um processo que desde sempre os acompanhou: o apagamento, o silenciamento das vozes destes sujeitos. Nossa proposta é fazer alguns apontamentos acerca da memória social da instituição, pois no ano de 2013, com a inauguração do Instituto de Perícias Heitor Carrilho, parece-nos que a criação deste instituto ao mesmo tempo em que trouxe consideráveis mudanças no que tange ao tratamento do louco-criminoso, também causou impactos no próprio passado ainda presente na instituição, pois na medida em que se forjaram condições

para a construção do “novo”, as memórias que existem e resistem na instituição parecem-nos destinadas a se rebater sob o signo do esquecimento. Metodologicamente a abordagem empregada é de natureza qualitativa e centrou-se nas memórias produzidas sobre os internos da referida instituição. Os resultados nos permitem notar que o espaço institucional remete ao apagamento, ao esquecimento, ao silenciamento dos sujeitos que vivenciaram aquele espaço. Além do mais, a nova política ensejada pela instituição ao mesmo tempo em que propõe novas práticas, pode apontar também para um apagamento das memórias ainda nela existentes, pois mesmo que as mudanças indiquem novas formas no trato com o sujeito louco infrator, ainda assim esse processo pode se mostrar tendencioso, uma vez que tais novas práticas sugerem um apagamento das vozes de grupos minoritários, marcados pelo estigma da loucura, do crime, da periculosidade.

Palavras-chave: Hospital de custódia. Louco criminoso. Memória social.

GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA E A APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Reille Cristovão da Cunha (UEMS)

Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho introdutório cinge-se à análise histórica do Genocídio da Juventude Negra e a aplicabilidade dos Direitos Humanos, em face da inércia da Jurisdição Estatal. Diuturnamente, negros são alvos de segregação, tanto que pesquisas indicam quadro de extrema vulnerabilidade racial. Mesmo após a abolição da escravatura no Brasil, as disparidades socioeconômicas e existenciais entre negros e brancos no Brasil são gritantes até os dias atuais. Um dos intuitos desse trabalho é mostrar que o negro preso pobre e morto não é cultural, e que o reflexo disso é a ineficácia, inexistência das políticas públicas que são necessárias para se iniciar o combate destes problemas. Para desenvolver tais estudos foi necessária uma pesquisa com base e fatos históricos em relação à violência no país, para depois adentrar ao campo específico da juventude negra e analisar estes dados referentes. Pois é necessário trazer a visão aos cegados sobre este problema, atentar-se a disseminação realizada pela mídia da violência entre o opressor e o oprimido e buscar desenvolver métodos de fato eficazes para o combate a esta afronta humana. As pesquisas complementares foram com base nos casos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A referida análise foi produzida através da pesquisa bibliográfica, nos referenciais teóricos pertinentes, bem como por meio de pesquisa documental. Pode-se concluir através deste trabalho que o índice de vitimização do negro no país é alarmante, conforme a análise dos dados referentes. É necessária, cada vez mais, a criação de políticas públicas com o intuito de disseminar o ensino dos direitos humanos, pois verificando o caso do Wallace de Almeida sua família recorreu às respectivas entidades humanísticas e conseguiu a condenação do Brasil por discriminação racial. Por fim, hoje em meio de todo este genocídio empregado, a

Comissão de Direitos Humanos tem apresentando o papel fundamental para condenação dos respectivos infratores e causadores dessa matança.

Palavras-chave: Violência. Juventude Negra. Direitos Humanos.

INVISIBILIDADE E CORPO: direitos ignorados

Roberta Carreira Trazzi (UEMS)

Isael José Santana(UEMS)

O presente trabalho é baseado no projeto de extensão: "Cidadania nas Sombras: A Prostituição e o Direito".O projeto trata do universo da prostituição, contemplando a diversidade de gênero, abarcando as prostitutas, os michês, a(o)s travestis e transgêneros.A população a ser envolvida no projeto possuiu seus direitos ignorados pela sociedade, seus corpos não são considerados como sujeitos de direitos e sim invisíveis e excluídos pelo seio social.Sendo desprovidos de direitos fundamentais, os profissionais do sexo são submetidos a condições desgastantes.São julgados sob a égide de uma moral dominante, que os põe em uma condição de invisibilidade, sujeitando-os a uma exclusão e marginalização.O público alvo do projeto carece de informações sobre seus direitos e sua cidadania, visando não permanecer nas sombras da sociedade.Dessa forma, estando ciente da realidade dos profissionais do sexo, tem o objetivo de contribuir com a efetividade da cidadania dessa população excluída, levando informações de seus direitos fundamentais.Espera-se, a partir do contato, da extensão levar o conhecimento sobre os direitos a cidadania, como direito ao nome, segurança, informações de saúde, informando inclusive sobre a livre prática da atividade.O projeto se justifica a fim de analisar na ótica da Criminologia, em especial a Vitimologia, uma vez que tal população é condenada a uma exclusão do seio social, e assim de seus direitos inalienáveis, mesmo sem ter cometido prática delituosa.O arcabouço teórico dessa proposta é o exercício da cidadania, que cabe a cada membro do coro social, bem como o direito a informação destes direitos.A metodologia do projeto parte da indução, do específico para o geral, visando a população a ser atingida, e a necessidade de pesquisa bibliográfica, bem como a aplicação em campo, que busca a coleta de dados para implementar estudos futuros.Como "vítimas" do processo social e excluídas indevidamente, o método a ser trilhado é a informação/interação.A efetivação do projeto ocorrerá nas "boates" do município de Paranaíba/MS e as visitas ocorrerão durante o dia, com o auxílio do SAE.O projeto está em desenvolvimento, não obstante espera-se contribuir com a levada da cidadania aos profissionais do sexo, visando a não invisibilidade social e jurídica.

Palavras-chave: Prostituição. Direito. Cidadania. Dignidade. Diversidade.

O PAPEL DA NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lidiane Pompeu Caetano (G/UEMS – PROEC)

Léia Comar Riva (UEMS)

As crianças, compreendidas nas idades de 0 a 6 anos, encontram-se em fase de desenvolvimento e socialização. Desse modo, é imprescindível o oferecimento de uma educação infantil pautada nos Direitos Humanos a fim de zelar por tais direitos. Por intermédio da narração de histórias infantis é possível promover valores que lhes propiciarão o melhor convívio social, tais como respeito, amor e tolerância. À vista disso, a proposta de Projeto de Extensão visa, por meio da narração de histórias infantis para crianças de 0 a 6 anos, contribuir para que as crianças da Casa da Criança, Paranaíba-MS, compreendam valores humanos essenciais para a convivência no meio social, tais como amor, amizade, tolerância e solidariedade. Perante situações de desproteção e violação dos Direitos Humanos, é de extrema relevância que as crianças reconheçam sua condição de cidadã. O presente trabalho destina-se a investigar o processo de formação educacional infantil. A metodologia utilizada é a bibliográfica. A pesquisa está vinculada ao projeto de extensão executado por meio da narração de histórias para as crianças e palestras ministradas na Casa da Criança, em Paranaíba – MS e financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, oferecido pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - PROEC/UEMS, do Edital 008/2015. Verifica-se de suma importância a presença de valores morais na aprendizagem infantil. A narração de histórias é um agente ativo no processo de desenvolvimento das crianças, além de propiciar uma maior integração delas na esfera social e estimular a inclusão social. O projeto citado encontra-se em fase inicial, não possuindo resultados consistentes. As crianças, ainda, estão tendo os primeiros contatos com as histórias narradas. Porém, foi possível constatar a relevância da compreensão dos direitos humanos desde muito cedo na vida do público ao qual se destinam as histórias, visto que o mesmo deve ter seus direitos fundamentais resguardados.

Palavras-chave: Crianças. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais.

OS DIREITOS DA PERSONALIDADE CIVIL À LUZ DA NORMA QUE A EFETIVA

Natalia Kudo da Silva Sá (G-UEMS)

O presente texto visa discutir sobre os direitos da personalidade civil de uma pessoa, pois são direitos subjetivos da pessoa de defender o que lhe é pertencente, como por exemplo, a integridade física, intelectual e moral. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica. A Constituição Federal traz amparo aos direitos da personalidade no

artigo 5º, dizendo que a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem das pessoas são invioláveis e conseqüentemente possui o direito assegurado à indenização por qualquer dano material ou até mesmo moral que decorre dessa violação. Nessa linha, o Código Civil possui um capítulo inteiro dedicado aos direitos da personalidade para resguardá-los, disciplinando os atos de disposição do próprio corpo (artigos. 13 e 14, C.C.), o direito a não- submissão a tratamento médico de risco (art.15, C.C.), o direito ao nome e ao pseudônimo (artigos. 16 a 19, C.C.), a proteção à palavra e à imagem (art.20, C.C.) e por fim a proteção a intimidade (art. 21, C.C.). Vale ressaltar ainda, algumas características dos direitos da personalidade, como o absolutismo, a não-limitação, a imprescritibilidade, a impenhorabilidade, a não sujeição à desapropriação, a vitaliciedade e por fim, a intransmissibilidade e irrenunciabilidade, as únicas demonstradas pela lei e consideradas com maior relevância, juntas tem como consequência a indisponibilidade dos direitos da personalidade. Portanto, segundo o Código Civil, essa indisponibilidade não é absoluta, mas sim relativa, pois alguns atributos da personalidade admitem a cessão de seu uso, como por exemplo a imagem, que pode ser explorada comercialmente a título gratuito ou oneroso.

Palavras-Chave: Direitos da Personalidade. Direito Civil. Constituição Federal.

SOLIDARIEDADE E DIREITOS HUMANOS: um encontro possível na escola

Rodolfo Henrique Guimarães Aúco (UEMS) (PIBEX- PROEC/UEMS)

Com base no projeto de extensão “Solidariedade e Direitos Humanos: um encontro possível na escola” em desenvolvimento, o trabalho que se apresenta tem por objetivo esclarecer a importância e o real significado da solidariedade e dos direitos humanos, além de apresentar alguns impactos positivos que o entendimento sobre o assunto pode gerar tanto ao grupo de pessoas atingidas diretamente pelo projeto, como à população, de modo geral. A história mundial descreve a propagação da intolerância e do ódio que surgem justamente pela carência dos direitos humanos, a exemplo do nazismo e, conseqüentemente, o holocausto, quando nitidamente ocorreu a negação dos valores solidários e dos direitos humanos, o que provocou milhões de mortes. Atualmente, a harmonia social ainda é colocada em risco em decorrência das barbaridades ainda existentes, alimentadas por políticas de ódio, preconceitos e intolerâncias. Dessa forma, observa-se a importância do tema do projeto em desenvolvimento, que busca aproximar o conhecimento universitário no sentido humanístico, compartilhado na Universidade, aos jovens do ensino médio da Escola Estadual José Garcia Leal. A integração com os jovens ocorre por meio de um diálogo entre o tema do projeto e a disciplina de Sociologia, contando com o auxílio da experiência profissional do professor. A escolha da realização do projeto com o ensino médio de uma escola pública é justamente proporcionar uma visão da importância

da formação como cidadão, por meio da união entre solidariedade e direitos humanos, em uma fase de desenvolvimento intelectual e formação de pensamento do jovem. Logo, a cada encontro acompanha-se a evolução e o acréscimo de conhecimento tanto por parte dos jovens, como do aplicador, orientador e professor, envolvidos no projeto. Existem algumas barreiras na aplicação, como falta de suporte técnico e outros diferentes recursos, mas que progressivamente espera serem superadas.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Solidariedade. Jovens.

UM ESTUDO ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS

Susy Dayanne Ferrari Kuradomi Teixeira Rocha – UEMS

Angela Aparecida da Cruz Duran – UEMS

O presente trabalho fez parte da pesquisa de Iniciação Científica PIBIC-UEMS financiada pelo CNPq por meio da FUNDECT, cujo escopo foi estudar a violência doméstica e familiar no Município de Paranaíba/MS. Propôs-se com essa pesquisa compreender o processo histórico da violência contra a mulher e levantar a quantidade de casos noticiados no Jornal Tribuna Livre, periódico de circulação no Município, a fim de verificar qual a forma de violência mais frequente nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Utilizou-se método dedutivo e discursivo fundamentando-se em pesquisas bibliográficas, artigos científicos, legislações e sites oficiais correspondentes ao assunto, além do uso da pesquisa documental para a obtenção da quantificação de casos referentes à violência contra a mulher no Jornal Tribuna Livre. Outrossim, salienta-se que a violência contra a mulher sofreu processo social, histórico e cultural, que condicionou a figura feminina a uma posição hierarquicamente inferior à figura masculina, de modo a produzir um campo de força de relações assimétricas entre homens e mulheres na sociedade. Assim, buscou-se explicar por meio da história a dominação masculina e o patriarcado que sobrevive ainda nos dias de hoje no Brasil. Para isso, foi necessário o estudo da violência simbólica que tem estreita ligação com a dominação masculina, como apresenta os estudos de Pierre Bourdieu. No Brasil, a fim de coibir a violência doméstica contra a mulher, criou-se a Lei n. 11.340/2006. Durante a pesquisa realizada no Jornal Tribuna Livre, constatou-se a quantidade de 68 casos noticiados no período compreendido entre 2002 a 2011, sendo em 2002 apenas um caso; em 2003 e 2004 não houve relatos; em 2005 e 2006 foram noticiados cinco casos de violência contra a mulher; em 2007 observou-se 17 notícias; em 2008 e 2009 9 casos de violência contra a mulher foram divulgados em cada ano; em 2010 notou-se 10 notícias acerca da violência contra a mulher; em 2011 12 casos foram veiculados.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Direitos Humanos.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: novos paradigmas

Isabela dos Santos de Oliveira (G – UEMS)

Léia Comar Riva (UEMS)

De acordo com estudos e análises do Direito de Família no que diz respeito à forma de constituição da família, tem-se que o Estado brasileiro dedicou importância à família formada pelo casamento, pela união estável e por um dos progenitores e sua prole. Partindo dessa última forma de constituição, tem-se a mulher muitas vezes como o arrimo do núcleo familiar. As questões que envolvem a mulher, no interior do lar, são muitas. Em contrapartida, tem-se que com a emancipação jurídica da mesma, sua forma de organização familiar foi abalada, forçando o declínio da sociedade conjugal patriarcal e, por outro lado, a questão da violência doméstica. A violência que ocorre no interior do lar se classifica em quatro tipos de agressão, sendo elas: violência física doméstica (emprego de força física do agressor); violência sexual doméstica (todo jogo ou ato sexual que tem por objetivo a estimulação sexual do agressor); violência psicológica doméstica (é a violência que humilha, rejeita, fere moralmente) e a negligência (desprezo, indiferença). Ainda, a violência contra mulheres está classificada pela ONU como uma das piores violações aos Direitos Humanos. Um dos mecanismos utilizados para se socorrer e assegurar a segurança das mulheres é a Lei Maria da Penha que possibilita a mudança radical da cultura de violência doméstica contra as mulheres. O artigo tem como objetivo investigar algumas questões que envolvem a mulher na sociedade contemporânea com ênfase na violência doméstica contra elas praticada. Para a presente pesquisa foi utilizado o método bibliográfico. Espera-se, após a divulgação dos resultados, contribuir para uma maior proteção e valorização das mulheres na sociedade e para a efetivação dos direitos e garantias positivados as mesmas. A pesquisa está no início da coleta e análise dos dados, mas é possível verificar que o fenômeno da violência doméstica contra a mulher é endêmico.

Palavras-chave: Mulher. Violência doméstica. Paradigmas.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA IDOSOS: a triste realidade das instituições públicas e privadas no Brasil

Priscila Alves Martins (G-FIPAR)

Sueli da Silva Aquino (FIPAR)

No Brasil existem instituições para acolher os idosos desamparados, ou cujos familiares não têm como cuidar, devido trabalharem fora o dia todo. Um problema

levantado são os maus tratos sofridos pelos idosos nas instituições públicas ou privadas. O que chama a atenção é: será que falta conhecimento por parte dos cuidadores ou desobediência das leis que amparam o idoso indefeso? Analisar as condições de acompanhamento por parte de órgãos competentes é o objetivo desta pesquisa. A metodologia é de cunho bibliográfico em artigos científicos que tratam da temática, sendo que os resultados apontam que normalmente ocorre negligência, maus tratos e frieza por parte dos “cuidadores”, violando os direitos constitucionais dos internos. Percebe-se que a maioria das instituições não está preparada para atender às necessidades dos idosos, pois, não são devidamente fiscalizados pelos poderes competentes. Considera-se ainda, que tais instituições se tornam muitas vezes, instrumento de tortura, quando deveriam satisfazer as necessidades básicas, como moradia, alimentação, saúde, carinho e convivência social, violando o princípio da dignidade humana. Considera-se ainda não somente ampliar a fiscalização, mas que haja ética profissional, respeito e amor aos idosos, já que o mesmo passa pela privação forçada de seus familiares.

Palavras-chave: Princípio da dignidade humana. Humanização. Políticas Públicas.

O TRABALHO POR NECESSIDADE NA TERCEIRA IDADE

Cauê Garcia de Carvalho (G-UEMS)

Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

O assunto partiu da necessidade de se compreender o espaço que será ocupado pelo idoso numa sociedade futura, em que, provavelmente, se fará necessário uma inclusão ainda maior dos integrantes dessa faixa etária no mercado de trabalho, para tanto se fez uso de uma pesquisa quantitativa de cunho bibliográfico que será complementada com uma pesquisa de campo a ser realizada no município de Paranaíba com o objetivo de confirmar e comparar os resultados obtidos. Muitos idosos, mesmo aposentados, procuram o mercado de trabalho por conta da necessidade de garantir o sustento familiar, visto que, com base no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2009, em 64,1% dos casos, o idoso é responsável por garantir esse sustento, tornando o valor proveniente da aposentadoria insuficiente. O problema maior se dá, quando se verifica o tipo de trabalho que este idoso vem se subordinar, muitas vezes em decorrência da baixa qualificação profissional, ocasionada pelas dificuldades de acesso à educação aliada com a ideologia do trabalho, na sua época de juventude, que pregava este como sendo um elemento enriquecedor do homem, valorizando-o mesmo em detrimento do estudo, desta forma, hoje, se apresenta ao idoso apenas os setores de serviço que exigem esforço físico e braçal, e baixa remuneração. Observa-se por meio de análise da Constituição brasileira a intenção do constituinte na busca por tutela com relação ao idoso, tanto por parte do Estado quanto da família, no entanto

os dispositivos criados além de não se efetivarem de forma total mostram-se insuficientes. Com base na pesquisa apresentada conclui-se que o idoso, na maioria das vezes, procura o trabalho como forma de subsistência e manutenção de sua família, sendo este subordinado a trabalhos braçais prejudiciais a sua saúde, desproporcional à sua idade, fazendo-se necessário o desenvolvimento, por parte do governo, da criação de Políticas Públicas que insiram esse idoso no mercado, de forma que essa inserção seja saudável e adequada.

Palavras-chave: Direito dos Idosos. Direitos Humanos. Trabalho.

O DIREITO E O AFETO - A JUSTIÇA COMO FONTE REPARADORA DO ABANDONO

AFETIVO

Anelisa Diniz Alves (UNIRP)

Leonardo Chaves de Carvalho (UFMS)

O presente artigo busca analisar o que se entende por abandono afetivo e até que ponto a falta de afeto possui relevância para gerar uma indenização pecuniária como forma de sanção a quem inobservou os deveres jurídicos decorrentes do poder familiar. O trabalho inicia enfocando a conceituação e tecendo considerações sobre os institutos do poder familiar e da responsabilidade civil, para então fazer comentários sobre o conceito do abandono afetivo, demonstrando os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, até o presente momento, quanto a este tema. Por fim, é apresentada uma possível solução para o impasse à luz da legislação pátria, como forma de contribuir para o debate acadêmico sobre tema recente no âmbito jurídico brasileiro. Conclui-se que o afeto não é causa relevante para originar indenização visto que o menor nem sempre irá ter a relação de sentimentos com a pessoa biológica do pai ou mãe. Esta criança poderá ter um terceiro como a figura de quem lhe transmite cuidado e afeto. Ademais, demonstra-se que a maior e mais grave pena civil para a pessoa que não cumpriu com os seus deveres é a perda do poder familiar. Contudo, não há que se falar em indenização por dano moral em razão de abandono afetivo. Se imprescindível fosse a compensação, esta deveria ser revertida para tratamento psicológico da criança que sofreu os danos. A pesquisa é bibliográfica e documental, tendo como fundamento a doutrina e jurisprudência sobre o tema.

Palavras-chave: Poder familiar. Responsabilidade civil. Abandono afetivo. Indenização.

ANÁLISE DA MÚSICA “UM MUNDO BEM MELHOR” NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Jorge Augusto Leite (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Telma de Souza Garcia Grande(UEMS/CAPES/PIBID)

Este trabalho tem por objetivo relatar o que foi desenvolvido sobre o tema direitos humanos, com os alunos da escola Hermelina Barbosa Leal, na cidade de Cassilândia, no subprojeto Letras/Inglês em uma das propostas de estudo do PIBID. A proposta foi explorar os aspectos dos direitos humanos despertando a razão crítica do aluno sobre o direito igualitário existencial para todos, expandir os aspectos referente ao conhecimento de mundo do aluno e apresentar as influências que a mídia impõem-nos, assim como, a contribuição da música para o afloramento da razão e do saber. Como sabemos, os direitos humanos trata-se de uma construção histórica e filosófica que busca por intermédio da organização e da luta os direitos e deveres igualitários na sociedade, dentro de uma perspectiva mais social seguindo os princípios da cidadania. Por essa vertente, os recursos mediáticos vêm expandindo o conceito de igualdade entre as etnias, em busca dos preceitos que rege na legislação. Por isso, um dos campos que destacam-se nesse assunto são as músicas que acarretam princípios ideológicos em suas letras a fim de transmitir informação e conhecimento referente as igualdades sociais existentes na sociedade. Apresentarei nesta comunicação os procedimentos metodológicos realizados para apresentação da música “Um mundo bem melhor”.

Palavras-chave: Direitos humanos. Música. Análise.

GT 9

FUNDAMENTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DA NOVA ORDEM PROCESSUAL

EIRELI: a empresa individual de responsabilidade limitada no direito brasileiro

Ana Emília Albaceta (UEMS)

Marília Rulli Stefanini (UEMS)

O presente trabalho tem por objetivo estudar o contexto histórico e os aspectos mais relevantes da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 12.441, de 2011. Antes da criação da EIRELI a legislação brasileira admitia apenas duas hipóteses de sociedade unipessoal: a sociedade anônima unipessoal, também denominada *subsidiária integral*, regulada pela Lei das Sociedades Anônimas, em seu art. 251, e a sociedade unipessoal incidental que ocorre nas sociedades contratuais quando do falecimento de um sócio. A criação da EIRELI representa um grande avanço para o Direito e para a Economia do país, trazendo a possibilidade do indivíduo iniciar sua atividade empresarial de forma autônoma, com maior segurança, sem a necessidade de responder ilimitadamente com seu patrimônio pessoal, o que se apresenta como uma solução para as sociedades limitadas com sócios de fachada. A Lei nº 12.441, de 2011, apresenta ainda inovação para o Direito Empresarial Brasileiro no que tange à personalidade jurídica do empresário individual, que até então exercia sua atividade como pessoa natural, sem distinção de seu patrimônio particular em face ao seu patrimônio empresarial. Esta nova modalidade empresarial possibilita a diminuição da informalidade da atividade empresarial, por trazer a opção de regularizar a situação do empresário individual que de fato exercia sua atividade empresarial à margem da lei. O método utilizado no presente trabalho será o analítico, sendo que a pesquisa terá uma base teórica, com substancial pesquisa bibliográfica e documental, artigos e materiais publicados em sítios da *web*.

Palavras-chave: Empresa. Empresário. Sociedade. Responsabilidade. Patrimônio.

O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO NCPC NAS AÇÕES COLETIVAS

Mayrê CaniatoSilva (UEMS)

Gláucia Aparecida da Silva FariaLamblém (UEMS)

A ação coletiva é aquela que envolve partes que formam um grupo, uma classe ou uma categoria, ensejando uma solução uniforme para todos. Mesmo que no Brasil ainda não exista um documento legal que trate especificamente das ações transindividuais, a lei da Ação Civil Pública, o Código de Defesa do Consumidor, o Código de Processo Civil e alguns outros dispositivos legais, tutelam sobre esse tipo de ação. Estes dispositivos definem os direitos por eles tutelados e quais as maneiras de solução do conflito, através de instrumentos como: a ação civil pública, a ação popular, ação coletiva prevista no Código de Defesa do Consumidor e o mandado de segurança coletiva. O Código de Processo Civil merece destaque em relação a esse tipo de ação,

pois ele trata das questões da esfera processual que não são abordadas especificamente pelos dispositivos já mencionados, sendo, portanto, aplicado subsidiariamente, naquilo que não contrariar os princípios próprios das ações coletivas. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica a partir do acervo da biblioteca da UEMS, acervo pessoal e conteúdo disponível na internet. Os resultados esperados são a compreensão do conceito de ação coletiva e da importância do seu estudo atualmente, e, também, a importância da aplicação do Novo Código de Processo Civil nas ações coletivas. Desta forma, entende-se que as ações coletivas são importantes porque buscam a celeridade processual, a segurança jurídica, a redução dos custos processuais, uma decisão coesa e sólida, etc. Com a aprovação do Novo Código de Processo Civil seu estudo é essencial para compreensão de quais foram as alterações trazidas que afetam diretamente as ações coletivas. Uma das principais mudanças que esse novo Código pretende trazer é a celeridade processual, já que atualmente a lentidão causa problemas ao sistema processual. Também se fala da maior segurança judicial, incentivo à conciliação, evitar decisões conflitantes, dentre outras alterações que afetarão diretamente nas ações que tutelam os direitos transindividuais.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Ações Coletivas. Direitos Transindividuais.

GT 10

**“POLÍTICAS PÚBLICAS,
PROCESSO PENAL E
CRIMINOLOGIA”**

MULHERES E PRISÃO; GESTAÇÃO E LIBERDADE

Nathália Vasoni Blockvitz (UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

A pesquisa denominada “Mulheres e Prisão; Gestação e Liberdade”; tem como objetivo mostrar as condições em que se encontram as gestantes carcerárias no Brasil, especialmente no Estado de Mato Grosso do Sul. Pesquisa aprovada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e financiada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect). Pesquisa que será brevemente dissertada, a partir das pesquisas iniciais do projeto citado. Em geral a população carcerária feminina correspondem, segundo Braga e Angotti(2015) à mulheres jovens, de baixa renda, em geral mães, presas provisórias com suspeita de crime relacionado ao tráfico de drogas. Nas unidades femininas, o sistema carcerário se mostra um espaço de perpetuação das vulnerabilidades e seletividade, onde se encontram as maiores violações às garantias de direitos, em especial o acesso à saúde especializada. Bem como será abordado o auxílio significativo da mídia na disseminação de informação sobre essas gestantes, gerando uma maior visibilidade dessas mulheres perante a sociedade. O escopo deste projeto tem como objeto de estudo as gestantes, parturientes e seus filhos encarcerados no Brasil, futuramente no Estado de Mato Grosso do Sul por meio de pesquisa de campo. Tendo como fundamento para o artigo, os direitos garantidos pela Constituição Federal, Lei de Execução Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, as regras de Bangkok e leis esparsas. Para alcançar os objetivos parte-se do método dedutivo da norma geral, observando a segregação daquele que infringiu a lei para a realidade social local, principalmente a condição das mulheres e de seus filhos. Embasando-se em pesquisas bibliográficas, bem como a ajuda do Departamento Penitenciário Nacional.

Palavras-chave: Gestantes Carcerárias. Direitos Nascituro. Dignidade.

**INDIGNADOS CRIMINALIZADOS: uma perspectiva da criminologia crítica, da
criminalização e da vulnerabilidade de se manifestar durante as manifestações de
junho de 2013**

Leonardo Evaristo Teixeira (G – UFG)

Pedro Afonso Martini Dreyer (G – UFG)

Carlos Augusto de Oliveira Diniz (Orientador)

O texto busca trazer uma perspectiva da criminologia crítica, tendo como foco a criminalização dos indivíduos que se encontram nas margens da sociedade e, conseqüentemente, estigmatizados por sua postura combativa diante do recrudescimento das relações sociais. Isso se dá por um controle social que objetiva impedir sua ação sob o argumento da segurança pública. Destacar-se-á também o papel dos manifestantes durante os protestos de junho de 2013, estabelecendo o papel tanto da mídia quanto da polícia. Além disso, o manifestar-se é fruto de uma indignação com as condições de vida do Brasil, um repúdio ao descaso público para com a população. Tais protestantes são também produtores de subjetividades, capazes de transformar uma resistência velha em uma superação nova, criando, portanto, novas possibilidades para o contexto nacional. Junho de 2013 demonstrou naquela multidão uma unidade no ato de se manifestar, que por meio das redes sociais se expandiu a indignação coletiva focalizando-a para a construção da democracia no país. Porém tal protestos gerou respostas autoritárias do Estado, e isto evidenciou que há indignados que foram criminalizados que são submetidos a esse processo de estrangulamento da liberdade civil. Não se esquecer da influência do Poder Judiciário, como garantidor da ordem e por isso servindo de instrumento importante de criminalização dos descontentes, além de um segregacionismo. Não menos importante é o papel da mídia neste processo de criminalização sobretudo na criação do embate entre “pessoas boas” *versus* “pessoas más”; e com isso fundamentando a ações que buscam calar quem pretende escancarar as mazelas humanas diárias. O objetivo básico do presente trabalho é o de demonstrar a relativização perigosa do direito de se manifestar, quando há risco para a contestação do próprio Estado. Para tanto usou-se o método dialético materialista que possibilitou concluir que não existe efetividade de direito fundamental quando este necessariamente se funda no contestar o Estado.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Movimentos Sociais. Criminalização. Estado Democrático.

A ABORDAGEM LITERÁRIA REFLEXIVA E A LEI MARIA DA PENHA COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA DIGNIDADE FEMININA

Beatriz Furlan de Carvalho (UEMS)

Michela Mitiko Kato Meneses de Souza (IFMS)

A literatura tem pouco espaço na esfera do direito, assim o grupo de pesquisa de criminologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, desenvolve uma linha específica nesta área e aponta a importância da literatura na construção do imaginário do direito, mesma forma que os fatos se dão no passado para serem "imaginados" pelo julgador a literatura remete a reflexão de como se deram os fatos narrados. Em "Venha ver o pôr do sol", Lygia Fagundes Telles descreve a história impactante do casal Ricardo e Raquel. No conto Ricardo é "trocado" por outro homem, inconformado, decide marcar um último encontro com sua amada. Composto por um cenário fúnebre, o local do encontro é um cemitério, a justificativa é a promessa de um pôr do sol deslumbrante. Sem imaginar-se parte de uma emboscada, armada por uma mente doentia de um homem que se sente abandonado, Raquel vai ao encontro de Ricardo e é atraída até uma catacumba, onde é aprisionada, e lá é deixada por ele. Com requintes de um crime sinistro, a narrativa exhibe elementos que mostram um inconformismo diante da relação almejada, e um sentimento de posse, que por não se concretizar, transforma-se em vingança. A não concretização da posse da mulher reflete resquícios de uma sociedade patriarcal. Ainda nos dias de hoje é possível encontrar mulheres submetidas e totalmente dependentes, seja financeiro ou emocionalmente, a seus companheiros, essa submissão é contrária à independência, e coloca a mulher em uma situação inferior ao homem, o que gera sofrimento. De tal modo, a Lei Maria da Penha pode ser vista como um novo horizonte cultural para a mulher e serve também como instrumento de democratização da dignidade da mulher que se opõe a tudo que é inescrupuloso, como chantagem, assédio moral, violência física e simbólica, sofridos pela mulher. Nesse sentido, importa destacar a necessidade de se visualizar a mulher como um ser autônomo, revestido de liberdade e merecedora de todo o respeito. A metodologia utilizada neste estudo é o método indutivo

Palavras-chave: Literatura. Direito. Instrumento de legalidade. Criminologia.

A EXCLUSÃO CIVIL EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONAL TRANSMISSIBILIDADE PENAL-SOCIAL

Gabriela Queiroz Esteves Ribeiro (PIBEX- PROEC/UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

O trabalho que se apresenta tem por objetivo a extensão para informar as famílias das pessoas privadas de liberdade sobre a impossibilidade de transmissibilidade da pena, pois, percebe-se que há uma grande parcela da população carente da conscientização de seus direitos e da negação dos mesmos. Este vácuo de informações impossibilita o resguardo e aplicação dos direitos concernentes a determinados indivíduos, isto é, faz com que vivam a margem de conhecimentos e intenções alheias. Têm-se, pois, que é de grande relevância os direitos daqueles que estão em condição de internos no cárcere, uma vez que sem a noção destes não se pode reclamá-los. Esta situação recai ainda sobre a família do ex ou atual interno, bem como sobre a família da vítima, ocorrendo uma transmissão penal-social para os entes próximos. Porém, cabe notar a inconstitucionalidade de tal transmissão, visto que o texto constitucional de 1988 em seu artigo 5º, XLV veda a transmissibilidade penal quando afirma que a sentença não passará da pessoa do condenado. Assim sendo, dogmaticamente esta passagem de pena não poderia ocorrer, mas, não é o que acontece na prática. Além da sanção penal dada pelo ordenamento jurídico há a sanção social que não penaliza somente a pessoa do condenado, mas sim todo o seu círculo fraternal. Tal desaprovação social incorre na exclusão dessas famílias da sociedade, retirando-lhes, inclusive, a dignidade humana. Para a confecção deste artigo utilizou-se do método dedutivo, possível através de pesquisas bibliográficas e posteriormente de pesquisas de campo. É função do Estado e seus membros informar a população sobre seus direitos, ou seja, cabe a cada cidadão se compadecer pela fragilidade do outro, bem como expor a aqueles que tratam o assunto com certo preconceito o perigo da transmissão penal para os indivíduos que a sofrem. Esta produção é financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX- PROEC/UEMS.

Palavras-Chave: Criminologia. (In) Transmissibilidade penal. Direitos fundamentais.

COLARINHO BRANCO: crime desconhecido pela sociedade, que sofre abruptamente com seus efeitos

Bruno Freitas Moura (G- UEMS)

Mario Lúcio Garcez Calil (UEMS)

O presente resumo, produzido por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método dedutivo, busca estudar o conceito de “*White Colar*”, também denominado de “colarinho branco”. Tal conceito surgiu em 1939, através do discurso proferido por Edwin H. Sutherland, que fazia referência aos crimes cometidos pelos mais abastados economicamente. O trabalho, que faz parte de pesquisa ainda em andamento, tem a finalidade de expor, dentro dos limites da pesquisa, o desconhecimento de alguns crimes econômicos, que, embora não atinjam uma pessoa diretamente, geram efeitos catastróficos sobre toda a população, deixando seus agentes impunes. Tratam-se de crimes praticados por pessoas que se utilizam de sua influência a fim de obter vantagens para si ou terceiros que estejam relacionados, nesse viés, tanto o empregador como o empregado, desde que estejam em situação de decisão, que desfrutem de prestígio social, pelo seu poder econômico, podem cometer tais ilícitos, bastando que qualquer destes aproveitem-se da situação favorável que se encontre. Os atos decorrentes dos crimes em comento geram danos imensuráveis à sociedade, pois esta, muitas vezes, os desconhece, por não ser diretamente atingida. A mídia, geralmente, veicula apenas os crimes de violência real direta, não dando notoriedade aos de violência indireta, o que faz com que os leigos não os percebam. Atualmente, não é possível determinar o alcance dos crimes econômicos, mas sabe-se que o dano causado pode gerar situação de miséria às pessoas por ele atingidas, e essas, por falta de instrução, muitas vezes nem sabem que estão sendo vítimas. Ademais, no que tange às penalidades cabíveis, restando configurado o crime econômico, geralmente a pena não passa de multa ou ressarcimento do valor, sendo raro aplicar-se penas de restrição de liberdade, que, quando empregadas, podem sujeitar-se à transação penal. A presente pesquisa demonstrou a evolução histórica dos crimes econômicos, bem como analisou quais deles se enquadram no termo “colarinho branco”, fazendo, assim, uma reflexão acerca da impunidade dos referidos crimes, da desproporcionalidade na penalização e, por fim, dos efeitos causados à sociedade.

Palavras-chave: Desconhecimento. Impunidade. “Colarinho Branco”. Influência. Economia.

O CONTROLE SOBRE O CORPO FEMININO: violação de direitos no cárcere

Juliana Rodrigues Longo (FIPAR)

Marianny Alves (FIPAR)

A desigualdade de gênero foi historicamente constituída e se propaga em todos os âmbitos sociais, mesmo naqueles que, de alguma forma, já reproduzem outros mecanismos discriminatórios. A situação das mulheres em estabelecimentos penais é a motivação maior desse estudo, na tentativa de demonstrar que até mesmo dentro de um sistema de privação da liberdade a mulher é discriminada, fragilizada e inferiorizada, sendo isso não apenas um reflexo consequente de questões biológicas, mas sim, de uma sociedade masculinizada, onde as instituições são criadas por homens e para homens. Desde seu surgimento, até a atualidade o cárcere representa na vida das mulheres o desvinculo com seus filhos e sua família, já que além da prisão encaram o abandono da família e de seus parceiros, logo se vem abandonadas e muita das vezes grávidas. A assistência médica é ineficaz, as questões de salubridade são desumanas, bebês dividem cela com suas mães pela inexistência de um local apropriado. A recente reforma da Lei de Execução Penal fomenta essa discussão, pois através dela alguns direitos, em tese, foram adquiridos, e mesmo as alterações nas legislações devem ser problematizadas ante a inércia das estruturas. Mediante revisão bibliográfica, de caráter dedutivo, a pesquisa traz em sua essência a tentativa de desmistificação desse tabu, a reflexão dentro do âmbito dos direitos humanos, evidenciando as violações dos direitos das mulheres. Cabe salientar que a pesquisa tem caráter introdutório e não tem por intuito propor soluções à questão, mas os apontamentos finais trazem indícios de um sistema com intenções pouco evidentes, pautadas na submissão feminina. Por fim, esclarece-se que o estudo é pautado em criminologia crítica, de viés feminista.

Palavras-chave: Mulheres. Privação de Liberdade. Direitos Humanos. Abandono.

O DESPERTAR DA CIDADANIA – ABRIGO MUNICIPAL DE PARANAÍBA

Gabriel Carvalho Diogo (UEMS/PIBEX – FUNDECT)

Isael José Santana (UEMS)

Este trabalho tem por escopo retratar a proposta e as ações realizadas durante o projeto de extensão universitária que visou promover a efetivação das garantias e dos direitos fundamentais de proteção da criança e do adolescente vitimizados, que encontram-se na 'CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PAMELA SILVA - ABRIGO MUNICIPAL', na cidade de Paranaíba/MS, na tentativa de despertar o jovem para o conhecimento de sua cidadania e seus direitos como um cidadão integrante de um

Estado, o que, devido aos traumas vividos, acaba sendo esquecido, ou, na maioria das vezes, nunca foi descoberto. O trabalho teve por metodologia a aplicação de palestras conscientizadoras (fundamentadas em obras bibliográficas e autores envolvidos com a causa), dinâmicas reflexivas, exibição de filmes e apresentações artísticas, como melodias entoadas com o violino (instrumento tocado pelo candidato), que deu às vítimas a oportunidade de sentir um aspecto de mudança paradigmática ideológica positiva. Buscou-se despertar nesses abrigados a consciência de que possuem 'direitos a ter direitos', e que uma parte destes direitos já estão sendo garantidos - com a Casa de Acolhimento -, bem como continuarão a ser garantidos com a extensão universitária. Os resultados consistiram em ver trabalhados os pródromos conceituais básicos do 'direito a ter direitos', e da cidadania os quais foram ministrados didaticamente, e dinamicamente com os assistidos, através de brincadeiras, e principalmente da música (tocada no violino e na voz das crianças, envolvendo-as num enlace artístico), momentos em que o prazer do lazer e da educação se fizeram presentes no viver destas. Insta salientar a importância que a presença da universidade causou entre os integrantes do abrigo, em especial, em relação ao curso de Direito, motivando-os a ingressarem numa instituição de ensino superior. Destarte, pode-se observar e elevada eficácia deste programa na vida dos abrigados que passaram, mesmo que de forma singela, a compreender que a vida em sociedade não deve possuir exclusão de nenhuma espécie.

Palavras-chave: Cidadania. Direitos. Extensão.

REINCIDÊNCIA CRIMINAL NO POPULISMO MIDIÁTICO

Bruna de Souza (G-UEMS)

Lisandra Moreira Martins (PUC-SP/Capes/UEMS)

O presente trabalho é resultado de um estudo introdutório a cerca da reincidência criminal no populismo midiático, tendo em vista a influência exercida pela mídia na construção de ideias a respeito de fenômenos jurídicos, na maioria das vezes, erroneamente compreendidos. Sabe-se que a função da mídia consiste em transmitir veracidade em suas notícias. O próprio Código de Ética do Jornalismo ressalta a necessidade da busca pela verdade e precisão das informações. No entanto, os meios midiáticos encontraram uma forma de aumentar seu ibope por meio de notícias que envolvem criminalidade, distorcendo muitas informações para obter repercussão com graves escândalos. A problemática desse objeto de estudo refere-se à colisão existente entre direitos fundamentais de liberdade de expressão com princípios penais constitucionais de individualização da pena, presunção de inocência, intervenção mínima e dignidade da pessoa humana. Desde antigamente o crime traz essa espetacularização. O professor Luiz Flávio Gomes explica o populismo penal midiático dizendo que alguns programas oferecem verdadeiros shows televisivos que incutem no imaginário popular um determinado estereótipo de criminoso. É dentro desse

cenário sensacionalista que institutos do direito penal são mencionados de forma desvirtuada, como é o caso da reincidência criminal. A pessoa envolvida na notícia vista como criminosa é dada como reincidente sem preencher os devidos requisitos jurídicos. De acordo com o art. 63 do Código Penal, verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. Vale lembrar que há reincidência enquanto não houver transcorrido cinco anos do cumprimento ou da extinção da pena. O objetivo da pesquisa é, contudo, demonstrar a perpetuidade do fenômeno da reincidência criminal através de notícias midiáticas que prestam um desserviço à sociedade. A metodologia empregada será de cunho bibliográfico por meio da análise de fontes doutrinárias, teses, dissertações e notícias sobre o tema. Além disso, aplicar-se-á o método dedutivo-indutivo para o desenvolvimento do estudo com enfoque nos reflexos do populismo penal midiático na reincidência criminal, visto que o controle social exercido pela mídia é um impasse para a aplicação de direitos justos e democráticos.

Palavras-chave: Reincidência. Populismo. Mídia.

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E MÍDIA: SOBRE A LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA PENAL

Marianny Alves (FIPAR)

O estudo em questão trata-se de pesquisa bibliográfica em fase inicial de produção e que não tem a audácia de propor soluções aos problemas suscitados, apenas de evidenciá-los e de desmitificar discursos ingênuos ou que sirvam ao interesse de pequenos grupos. O sistema penal diz respeito a uma estrutura complexa, de características diversas, que conta com a atuação de muitos setores para o seu “devido” funcionamento. Trata-se, em suma, do conjunto de leis, da dogmática jurídico-penal, dos meios de comunicação e da opinião pública que juntos tornam possível o controle social institucionalizado. Embora a privação de liberdade seja sob o aspecto jurídico uma pena para ser utilizada em última instância, ela se estabeleceu como uma pena rotineiramente utilizada e vista, equivocadamente, como a medida que poderá “salvar” o indivíduo de conduta indesejada, ocasionando desenfreio e encarceramento. Nesse sentido, a influência do discurso midiático sobre a incisiva atuação do modelo punitivista não pode ser ignorada e trata-se, sob muitos aspectos, de situação de fácil visualização, mas tratada com insuficiente atenção. Assim, embora pareça pertinente o esclarecimento, pouco ou nada se faz para a mudança na atuação da mídia, que está sempre pautada na argumentação fundada em liberdade, mas que trabalha na construção de um discurso que reforça o padrão punitivista de Estado. Isso posto, este trabalho tem por intuito tecer considerações que evidenciem a influência dos meios de comunicação sobre a construção do modelo de punição, demonstrando os motivos pelos quais a mídia trabalha a favor do sistema punitivo, propondo-se, ainda, a levantar debate acerca da privação de liberdade como mecanismo de manutenção do modo produção capitalista. No mais, salienta-se a utilização de fundamentação teórica que se respalda em criminologia crítica, pela forma que a

mesma busca entender o sistema penal atrelado à economia e ao contexto histórico-cultural.

Palavras-chave: Modelo punitivista. Opinião Pública. Encarceramento.

SELETIVIDADE NO PROCESSO PENAL: breve análise na comarca de Paranaíba

Paula Lorena Ferreira dos Santos (G – UEMS/PIBIC)

Isael José Santana (UEMS)

A questão dos encarceramentos, tem nos levado a grandes debates desde a modernidade com a implantação do sistema de restrição de liberdade nos moldes humanistas, tal debate tem especialmente atenção, frente a crescente taxa de reclusão no Brasil, o projeto tem por escopo estudar a seletividade penal para apontar quem é a “clientela” do sistema penitenciário, para tanto contar-se-á com o importantíssimo apoio da EPPar (Estabelecimento Penitenciário de Paranaíba), bem como com o do Poder Judiciário da Comarca de Paranaíba, por meio do Excelentíssimo Sr. Juiz da Vara de Execuções Penais. Buscar-se-á encontrar dados relevantes a fim de fazer uma análise com base nos dados do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), para propiciar uma real interpretação na Comarca de Paranaíba. A presente pesquisa será pelo método de indutivo, considerando que os dados a serem coletados estão na base da pesquisa empírica, com a finalidade de mensurar a realidade social, ainda que frente ao recorte proposto. Assim a proposta metodológica, tem como caminho as fontes primárias apoiadas pelos materiais, a saber: um levantamento bibliográfico e advindos dos órgãos oficiais (Ministério Público e do Fórum). Deste modo, as fontes do levantamento serão, em geral, como livros, artigos, revistas especializadas, resenhas, legislação e inclusive nas tentativas de aplicação das teorias das ciências sociais e nas suas aplicações na sociedade.

Palavras-chave: Seletividade. Prisões. Paranaíba.

VITIMOLOGIA E O EQUÍVOCO DA SELETIVIDADE DE GÊNERO: como a mídia aborda esta temática?

Carolina Silva Masson (UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

O presente trabalho consiste em um breve estudo sobre a Vitimologia relacionada com a violência de gênero, cujo objetivo é desvendar qual o perfil das vítimas nos limites da comarca de Paranaíba. Insta salientar que este estudo é uma proposta de Iniciação

Científica na modalidade avançada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Partindo desta prerrogativa, inicia-se a pesquisa com o tradicional pensamento histórico social de dominação do homem sobre a mulher, recaindo sobre esta significativo número de violências variadas (como as físicas, as psicológicas). Isto posto, o trabalho em voga possui fulcro na Vitimologia, ciência que estuda quem é o sujeito passivo do delito, sua participação direta ou indireta neste, bem como os direitos dessas vítimas, desde a restituição do mal ocasionado ao amparo do sistema judicial. De acordo com a referida violência de gênero, buscar-se-á, pautando-se na seara vitimológica, desvendar se há o denominado equívoco da seletividade. Tal equívoco consiste em um senso comum que delimita as vítimas em razão de sua condição de gênero, social e financeira, alegando ser as mulheres mais desprovidas quem compõem o maior cenário de notificações do crime. Vislumbra-se que o acervo midiático teve forte influência neste sentido, uma vez que auxilia na construção de um senso comum equivocadamente apto a segregar as vítimas. A possível falaciosidade desta assertiva inicia-se na vertente de que a mídia estabelece um divisor de águas entre as vítimas do gênero feminino e masculino. Infringe-se, nesta construção "ideológica", a igualdade entre os seres, independente de raça, cor, sexo, classe econômica, escolaridade, entre outros; fere-se, também, a própria Constituição Federal e a Declaração Universal de Direitos Humanos. Este sucinto trabalho possui o intuito de buscar desmistificar e compreender tal comportamento a fim de constatar a universalidade das vítimas, bem como a igualdade de gêneros em relação a efetividade de seus direitos. Elegeu-se o método dedutivo, com fulcro em pesquisas bibliográficas, documentais e artigos científicos

Palavras-chave: Vítima. Vitimologia, Gênero. Mulher. Mídia.

**LEI MARIA DA PENHA POLÍTICA PÚBLICA PARA GARANTIR DIREITOS DE MULHERES
TRAVESTIS, LÉSBICAS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERO DO SEXO FEMININO: UM
ESTUDO SOBRE SUA APLICAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL**

Thatielle Layra Galves Gonçalves Oliveira (G-UEMS)

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

O presente estudo visa analisar a aplicação da Lei 11.340/2006, apelidada Lei Maria da Penha, que tem como intuito a coibição e a repressão da violência doméstica promovida no âmbito familiar, assim defendendo a integridade física, moral e social das mulheres. Destarte, a pesquisa irá perquirir esclarecer qual a "a mulher" que a lei vem amparar e proteger da violência doméstica, indagando acerca da problemática concernente à exclusão dessa tutela às mulheres travestis, lésbicas, transexuais e transgêneros do sexo feminino. Assim, a pesquisa exporá como ocorre e se ocorre o amparo pela lei Maria da Penha para essas minorias. Como recorte geral, a pesquisa se pautará em perquirir os casos de violência de gênero praticadas contra lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, como ocorre e se ocorre o amparo pela lei Maria

da Penha, buscando mapear as principais virtudes ou falhas na aplicação de um instrumento normativo que não apenas trata dos atos do agressor, mas também prevê mecanismos de proteção às vítimas. Justifica-se a pesquisa em tela, ante o exposto, para que se proceda a um estudo científico envolvendo as políticas públicas e ações afirmativas em curso, visando apurar se a Lei 11.340 está sendo aplicada nos casos concernentes a violência de gênero, não somente de "mulheres", mas de lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. A pesquisa é de cunho bibliográfico, pautando-se na vasta literatura que aborda o tema, e, via método dedutivo, pretende demonstrar a posterior os casos de violência doméstica e de gênero no Estado de Mato Grosso do Sul, buscando apresentar dados acerca da violência sofrida por lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros do sexo feminino.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Minorias. Políticas Públicas. Direitos Humanos.

GT 11

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO

HUMANA E TEORIA

HISTÓRICO-CULTURAL

O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS NAS CRIANÇAS: OPAPEL DO ENSINO NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Jimmy Pierre (PPGE/UEMS)

Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

Existem diversas tendências educacionais que discutem o conceito de ensino, algumas partem do pressuposto da independência entre o processo de aprendizagem e o desenvolvimento; para outras, desenvolvimento é aprendizagem, ou seja, não existe diferença entre os dois conceitos em questão, uma terceira concepção refere-se a uma coexistência entre ambos. Partindo dessas divergências nos sentimos incentivados a escrever o presente artigo, baseando-nos na teoria histórico-cultural, sobretudo em Vygotsky, esclarecendo que a aprendizagem embora não seja, em si, desenvolvimento, mas a aprendizagem pode promover o desenvolvimento mental, por meio de uma organização correta. Partindo dessa mesma ideia, pretendemos, por meio de uma pesquisa teórica baseada no enfoque histórico-cultural, explicar também o desenvolvimento das funções psíquicas das crianças na idade escolar, baseando nossa compreensão em outros autores que fizeram importantes abordagens em relação a este tema. Considerando o conceito de atividade de Leontiev (1978), por ser o elemento fundamental para o desenvolvimento psíquico, compreendemos também que este processo vem sendo possível por meio da socialização do trabalho. Destacamos a importância da linguagem como elemento mediador para o desenvolvimento das funções psíquicas, ao cumprir uma dupla função, na qual estabelece a comunicação entre a criança e as pessoas que a rodeiam, para logo se converter num fornecedor de meios fundamentais para o pensamento da criança. Tudo nos leva a discutir o papel do ensino no processo de desenvolvimento das funções psíquicas das crianças baseado na teoria histórico-cultural.

Palavras-chave: Desenvolvimento psíquico. Processo de ensino e aprendizagem. Mediação. Teoria histórico-cultural.

O CONCEITO DE ENSINO, APRENDIZAGEM E MEDIAÇÃO: À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Adriana Barbosa Oliveira Marrega (UEMS)

Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

Este trabalho integra uma pesquisa que está em andamento para elaboração da monografia do Programa de Pós Graduação em Educação da UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba. A Pesquisa consiste em investigar professores do Ensino

Fundamental I – Rede Básica de Ensino, quanto ao conceito que estes atribuem aos termos Ensino, Aprendizagem e Mediação, voltada para o Ensino de Matemática nos anos iniciais. Buscamos analisar a relação entre a concepção teoria/prática da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, refletindo sobre qual a consequência dessa concepção para a constituição da prática dos professores investigados. Para isso, foi desenvolvida revisão bibliográfica nos aportes teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, através do estudo de Vigotski e Leontiev, e da Pedagogia Histórico-Crítica, com Saviani, Duarte e Giardinetto, e pesquisa de campo, por meio de questionário aplicado a dezesseis professores regentes de uma escola municipal de Iturama/MG. A pesquisa encontra-se em fase de análise dos dados coletados com a devolutiva de oito questionários. A partir das respostas à problematização, compreendendo na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural da Pedagogia Histórico-crítica as categorias da dialética e da educação como atividade, buscamos projetar (futuro/novo) consciente do caminho a percorrer utilizando das práticas (passado/velho) para impulsionar pesquisas na área.

Palavra chave: Ensino. Aprendizagem. Mediação. Educação Matemática e Teoria Histórico cultural.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: SUA EVOLUÇÃO E SUA RELEVÂNCIA NOS DIAS ATUAIS

Diego Fernandes Beserra de Brito (UEMS)

Rilker Dutra de Oliveira (UEMS)

Denise Corrêa da Costa Machado Bezerra (UEMS)

A Educação a Distância, comumente conhecida pela sigla EaD, é uma modalidade de ensino na qual alunos e professores não se encontram no mesmo espaço físico, adotando o uso, principalmente, das tecnologias para efetivar e aprimorar a comunicação e troca de informações. Este artigo tem como objetivo demonstrar os primeiros traços de existência e a evolução histórica da Educação a Distância no Brasil até os seus dias atuais, bem como apontar os principais marcos históricos que consolidaram a EaD como uma das mais procuradas e utilizáveis forma de educação, não só neste País como no mundo. A que se ressaltar, ainda, a importância da educação a distância como um significativo instrumento que promove a educação para os mais diversos indivíduos, de variados grupos sociais, também, a facilita a interação entre aluno/professor/ensino, favorecendo cada vez mais o aprendizado destes. Tal metodologia, apesar de não ser tão recente assim, vem sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, cursos profissionalizantes e no Ensino Superior, onde, este último, se faz presente em determinadas Universidades, algumas delas bem conceituadas, que ministram cursos de graduação por meio da EaD e suas tecnologias. A modalidade de ensino a Distância é um processo de ensino-aprendizagem que busca oportunizar ao aluno um aprendizado independente, permitindo uma eficaz combinação de estudo e trabalho, garantindo a permanência do

aluno em seu próprio ambiente, seja ele profissional, cultural e familiar. Nesse sentido, esta nova proposta de educação transforma o discente em um sujeito ativo em sua formação, fazendo com que o processo de aprendizagem se desenvolva de maneira mais adequada, conforme a disponibilidade do interessado, que, por sua vez, acaba por alcançar uma conceituação entre teoria e prática, em contato direto com a atividade profissional que se deseja exercer e aperfeiçoar. A pesquisa é bibliográfica, documental e virtual, tendo como fundamento a doutrina e jurisprudência sobre o tema.

Palavras-chave: Educação a Distância. Interação tecnológica. Desenvolvimento. Ensino-aprendizagem.

DIFERENÇAS QUALITATIVAS ENTRE AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE VIGOTSKI E

RUBINSTEIN: do reflexo psíquico a internalização das funções psicológicas superiores

Alexandre Pito Giannoni (UFMS/CPAR)

Este trabalho possui como objetivo apresentar as diferenças e semelhanças nos conceitos de internalização e reflexo, encontrados nas obras de Vigotski e Rubinstein. Para isso realizou-se uma pesquisa teórica baseada na psicologia histórico-cultural levantando os principais conceitos trazidos pelos autores. Neste sentido, pode-se afirmar que tanto Vigotski como Rubinstein partem em sua teoria do materialismo histórico dialético, desenvolvendo uma psicologia de métodos marxista. Assim, apesar de várias divergências teóricas e algumas filosóficas afirma-se neste trabalho que ambos possuem uma semelhança de extrema importância, no que se trata do desenvolvimento psíquico dos seres humanos. Tanto um como o outro partem da realidade objetiva. Portanto, neste trabalho ambos serão apresentados como teóricos da psicologia histórico-cultural. Também serão apresentados dois conceitos trabalhados pelos autores. O primeiro é apresentado por Vigotski, e um dos responsáveis pelo desenvolvimento psíquico, sendo a internalização das funções psicológicas superiores. O segundo conceito é apresentado por Rubinstein e chama-se reflexo psíquico da realidade. A internalização e o reflexo psíquico possuem grande semelhança, porém uma extrema divergência. Para Vigotski, as funções psicológicas seriam primeiramente externas ao indivíduo e a partir da utilização de instrumentos e de uma atividade mediada elas seriam internalizadas, tornando-se um processo intrapsicológico. Rubinstein por sua vez, salienta que o ser é um reflexo da realidade. Todas as funções psicológicas do ser são refletidas a partir de uma atividade mediada, porém este reflexo não seria semelhante ao de um espelho, pois o mesmo passa por um processo de refração que envolve todas as condições internas do ser. Pode-se, portanto, afirmar que o reflexo é semelhante a internalização, já que, este também

torna um processo que antes era externo ao ser, interno ao mesmo. Por fim, pode se concluir que tanto a internalização como o reflexo são conceitos que podem ser utilizados para explicar e compreender o desenvolvimento do psiquismo e como o ser torna-se um ser cognoscitivo na realidade objetiva. Ainda, encontra-se em Rubinstein e na teoria do reflexo psíquico a chave para a compreensão de um processo terapêutico na psicologia histórico-cultural já que a subjetividade do ser se desenvolve justamente neste processo de reflexo e internalização.

Palavras-chave: Funções Psicológicas Superiores. Reflexo Psíquico. Vigotski. Rubinstein.

AS VIVÊNCIAS DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DA ESCOLARIZAÇÃO FRENTE AO ENSINO DE MATEMÁTICA: como as concepções e práticas pedagógicas podem influenciar as aprendizagens

Douglas Tosta da Silva (Prefeitura Municipal de Paranaíba/ MS)

Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

A apropriação e domínio da linguagem matemática se dá entre os muros da escola por meio da educação formal e práticas intencionais de ensino. É neste espaço em que pensamentos e sentimentos de professores e professoras sobre essa área do conhecimento humano transparecem na mediação com o aluno, da qual pode resultar uma relação positiva ou negativa com a Matemática. O presente artigo, a partir do conceito de “experiência” e “vivência”, perpassando também sobre a questão do “meio” entendido como ambiente cultural de aprendizagem, na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, pretende explorar e, na medida do possível, elucidar e apontar uma orientação, de forma superficial e especulativa, por se tratar de uma pesquisa ainda incipiente, para professores(as) que ensinam Matemática nos anos iniciais. Dessa forma, defende-se a ideia de que uma prática pedagógica que proporcione uma vivência positiva frente a Matemática pode ajudar a mudar o quadro de aversão que os alunos têm diante desta modalidade de conhecimento. Para tanto, a revisão bibliográfica foi adotada como procedimento metodológico para construção deste artigo, buscando uma breve revisão de publicações que tratem deste tema e para explorar um pouco mais a fundo os conceitos de vivência, ensino de matemática, meio e as visões pré-concebidas dos professores acerca desta área do conhecimento.

Palavras-chave: Anos iniciais. Ensino de matemática. Vivência.

ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA POR MEIO DA MÚSICA COM FOCO NA INTERDISCIPLINARIDADE GEOGRÁFICA E CULTURAL

Telma de Souza Garcia Grande (UEMS-Unidade Universitária de Cassilândia)

Os termos escola, cultura e sociedade estão ligados, pois ambos são intermediados pelo ser humano. Para Moran (2000) o ensino torna-se um “processo social mediado e inserido em cada cultura, com suas normas, tradições e leis, mas também é um processo profundamente pessoal. Segundo Oliveira (1997), a relação do aluno com o mundo é mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos no interior da vida social escolar, sendo assim, a escola deve estar integrada com o universo no qual o aluno está inserido, “respeitando os saberes dos educandos” como aborda Freire (1986). A mediação é a ponte que permite a relação entre leitor e o texto, aproximando assim, o público da proposta apresentada. Ela possibilita que as estranhezas sejam dissipadas e ao mediar a leitura das letras de música nas aulas de inglês, com o objetivo de promover a aprendizagem, apresente preceitos da Estética da Recepção, seguindo os pressupostos do Método Receptional (Bordini & Aguiar, 1993) de forma que os objetivos pretendidos fossem alcançados. Baseada nessas crenças teóricas voltadas ao ensino de língua estrangeira, pretendo nesta comunicação, apresentar uma experiência de integração do ensino da língua inglesa ao mundo musical do aprendiz, respeitando a maneira como ele deseja aprender, suas crenças e apreciações como proposta motivadora de ensino e aprendizagem da língua inglesa.

Palavras chave : Ensino. Aprendizagem. Música. Interdisciplinaridade.

A FUNÇÃO DA BABÁ NA EDUCAÇÃO INFORMAL DA CRIANÇA, NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

Jaciene Aparecida da Silva (G-UEMS)

Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

Ao estudar a importância das relações sociais para o desenvolvimento infantil é que surge o interesse em compreender e discutir o papel educacional da babá. A babá tem um papel importante na educação da criança, pois a convivência entre elas ocorre durante muito tempo e de forma intensa. Desta forma, compreende-se, a partir da teoria histórico-cultural, que a babá contribui bastante para a educação da criança. Compreender, pois, teoricamente, qual é a influência dessa educação no desenvolvimento da criança, pode auxiliar no aprimoramento de uma atuação mais intencional dessa profissional. A babá, por estar com a criança todos os dias, acaba tornando-se responsável pela sua educação, nas próprias relações de afeto e de

cuidado que se estabelecem, mas, na maioria das vezes, isso ocorre sem possuir uma intencionalidade ou uma consciência da importância dos momentos que propicia à criança. Nesse sentido, a babá ensina à criança diversas formas de conduta. Esta pesquisa se deu, portanto, a partir da experiência própria da pesquisadora, em trabalho anterior na função de babá, e de estudos acerca da Teoria Histórico-Cultural, especialmente no que se refere às aprendizagens da criança no meio social em que vive e no quanto seu desenvolvimento psíquico depende dessas aprendizagens. Tem por objetivo compreender, segundo a perspectiva teórica escolhida, de que forma a babá, em sua atuação profissional, na função de educação informal, deve elaborar sua prática educativa de modo intencional e humanizador. Na revisão bibliográfica realizada até agora, compreende-se que o papel das relações sociais na formação da criança, especificamente na relação da criança com a babá, que atua na esfera da educação informal, pode se tornar promotor de aprendizagens significativas para a criança, especialmente em seu primeiro ciclo de vida, dos 0 aos 3 anos, a fim de possibilitar condições para o desenvolvimento de uma conduta autônoma e humanizadora na criança.

Palavra-chave: Educação informal. Desenvolvimento. Teoria Histórico-Cultural.

BRINCAR PARA ESCREVER: análise da apropriação da escrita à luz da Abordagem Histórico-Cultural

Elizângela Ferreira de Andrade (UEMS)

Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

A Educação Infantil é alvo de muitos estudos e debates, porém, é um campo que carrega em seu arcabouço muitas contradições quanto ao seu papel e sobre os conhecimentos e as habilidades a serem desenvolvidas neste período. A defesa e a prática de uma antecipação da sistematização da alfabetização já na Educação Infantil são questões que sempre estão no centro destas discussões, tendo em vista que há uma defesa de parte da comunidade escolar para que esta aprendizagem aconteça cada vez mais cedo, com o intuito de pretensamente eliminar ou reduzir os problemas de ensino/aprendizagem que a escolarização reproduz ano a ano. A partir destas proposições é que se constitui o arcabouço teórico deste artigo que, alicerçado nos pressupostos da Abordagem Histórico-Cultural, desenvolvida pelos estudos de Vygotsky (1995) e colaboradores, destaca o texto “La prehistoria Del desarrollo Del lenguaje escrito”, onde o autor discorre sobre o processo do desenvolvimento da escrita pela humanidade, que demorou milhares de anos para acontecer, e defende que a apropriação da escrita pela criança deve respeitar este processo como fundamental para o desenvolvimento da função simbólica, própria da linguagem escrita, a fim de oportunizar que ela se torne ferramenta para a expressão pessoal, elaborada no seio das relações sociais. Para tanto, a revisão bibliográfica utiliza-se, além de Vygotsky, de pensadores que desenvolvem estudos com base na abordagem defendida e corroboram com o ideal de uma Educação que utiliza práticas pedagógicas

de modo a propiciar ao indivíduo condições para o desenvolvimento de sua humanidade e de suas potencialidades como um todo. Nesse sentido, tal aprendizagem deve proporcionar à criança condições para que a escrita ocupe o seu papel como meio do desenvolvimento de todas as suas potencialidades humanizadoras. À luz do referencial que embasa este estudo é possível defender que, na Educação Infantil, é por meio da Brincadeira que este processo simbólico pode ser desencadeado de forma a se constituir como potencializador do desenvolvimento humano das crianças.

Palavras-chave: Escrita. Pré-história. Brincadeira. Linguagem Simbólica.

AS EMOÇÕES NA OBRA DE VIGOTSKI: um percurso histórico-cultural

Júlia Carolina da Costa Santos (PPGE/UEMS)

Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

O objetivo deste artigo é analisar e discutir o percurso teórico tomado pelo psicólogo russo Lev Vigotski ao discorrer sobre as emoções ao longo de suas obras. Para tanto, buscamos textos que tratavam direta ou indiretamente da temática da emoção e mostramos como a perspectiva deste autor sobre as emoções teve um salto qualitativo desde as suas primeiras incursões no tema, como no texto A educação no comportamento emocional, de 1924, até a escrita de Teoria de La Emociones, de 1933, obra deixada incompleta em sua morte, e não publicada no Brasil. Destacamos que para Vigotski, as emoções são a síntese de diferentes vivências a partir das quais constituímos a nossa personalidade, considerando está como a síntese das funções psíquicas. As emoções são como unidade inseparável, que engloba tanto o corpo quanto a psique, constituindo-se como processos superiores que se manifestam fisicamente e estão entrelaçados ao desenvolvimento cognitivo e através das quais a própria consciência se manifesta. Considerando que o autor retoma a temática das emoções por toda sua obra, ligando-as ao desenvolvimento humano e ao desenvolvimento das funções cognitivas, o percurso das emoções nos sujeitos ocorre do social para o pessoal, rumo à maior capacidade de autocontrole das reações emocionais inatas, impulsivas e instintivas, num processo próprio à consciência, mediada pelo pensamento verbal e conceitual, que possibilita aos sujeitos anteciparem e planejarem suas ações e a expressão de suas emoções. Nas considerações finais, procuramos resgatar os elementos que consideramos relevantes das contribuições de Vigotski acerca as emoções, já que é certo que este autor não nos deixou uma teoria sobre este tema, mas sim um movimento de elaboração teórica, a partir da qual devemos desenvolver pesquisas sobre as emoções e os seus processos, de maneira que nos auxiliem a compreender o homem como um ser histórico, concreto, e seu psiquismo como um processo complexo e dinâmico que se constitui na relação dialética do homem com seu mundo real e sua materialidade.

Palavras-chave: Emoções; Psicologia Histórico-Cultural; Vigotski.

O ENSINO DE ARTE E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO PROCESSO DIDÁTICO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

José Estevão Duran Filho

Gabriela Massuia Motta

A partir do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) que visa o nivelamento da educação, o foco desse estudo é o referencial de artes que tem como premissa a ampliação da compreensão da realidade em torno do indivíduo. De acordo com Vygotsky (1972), em suas análises sobre a arte no início do século XX e sua crítica feita ao formalismo, justamente por valorizar apenas o método da produção esteticamente perfeita e dispensar a emoção e as impressões humanas da realidade, conclui-se que o ensino de arte deve conhecer o formalismo para poder se utilizar do mesmo, mas não como única linguagem, reforçando os objetivos trazidos pelos parâmetros. Este pôster destina-se a apresentar possibilidades de aplicação da arte como um instrumento de informação para professores que buscam promover a emancipação humana, ou seja, distante desse formalismo que aprisiona. Para tanto, essa pesquisa partiu do Parâmetro Curricular Nacional de Arte, verificando dentro da perspectiva teórica de arte de Vygotsky (1972) e a sua aplicação a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. O PCN traz em seus objetivos a construção da história dos processos artísticos para o aluno, de maneira que ele perceba a construção do homem, ou seja, sua humanização, desde a arte clássica, passando a arte moderna e o devir da arte contemporânea e os reflexos disso na sociedade. E a didática, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica é capaz de captar esse movimento e contribuir com a emancipação humana.

Palavras-chave: Arte. Parâmetro Curricular Nacional. Pedagogia Histórico-Crítica. Didática.

GT 12

DIREITOS HUMANOS E
EDUCAÇÃO PARA/EM
DIREITOS HUMANOS:
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

**O PAPEL DA MÍDIA NO DIREITO À IMAGEM DAS COMUNIDADES CARENTES
(FAVELAS): entre o dever de informar e de indenizar**

Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

Josilene Carvalho Silva (G-UEMS)

Vinícius Thalles Oliveira e Silva (G-UEMS)

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, X, preconiza a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas e assegura o direito à indenização em caso de dano. A atuação da mídia sob o argumento de liberdade de imprensa e o dever de informação tem acobertado reiteradas práticas ofensivas ao direito à imagem e seus efeitos nocivos em comunidades carentes. A atuação midiática ora reforça estigmas sociais, ora lança proveito da exploração econômica não autorizada da imagem. O presente trabalho tem por escopo o estudo do direito à imagem e os efeitos jurídicos da exposição midiática das comunidades carentes. Para tanto se propôs a analisar a questão sob a ótica da irrenunciabilidade do direito à imagem em contraposição com o interesse público e seu prestígio dado pelo direito à informação, ramo importante para divulgação na mídia de fatos do cotidiano da sociedade. Assim, o estudo do direito à imagem das comunidades carentes (e dos grupos vulneráveis a pela “integrados”) precisou compor a importância de não se reprimir os direitos de liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, livre de censura ou licença, segundo o art. 5º, IX, XIV, e art. 220, §1º da Constituição Federal de 1988 e as consequências jurídicas do uso indevido da imagem. Por meio do método dedutivo e emprego de pesquisa documental e bibliográfica o presente trabalho permite concluir que a salvaguarda do direito à imagem pressupõe atuação responsável da mídia a fim de que, em nome da liberdade de expressão e do direito à informação, não se acoberte práticas violadoras do direito à imagem, quer no aspecto econômico (exploração não autorizada) quer na veiculação de fatos inverídicos e no reforço de estereótipos e seus perniciosos efeitos.

Palavras-chave: Direito de imagem. Mídia. Comunidades carentes.

O DIREITO ATRAVÉS DO CINEMA: REFLEXÕES SOBRE O JULGAMENTO DE BECKERT NO FILME *M - O VAMPIRO DE DUSSELDORF*(1931), DE FRITZ LANG

Marília Corrêa Parecis de Oliveira (UNESP- IBILCE)

Este trabalho tem como objetivo propor algumas reflexões sobre o julgamento da personagem Beckert no filme *M- o vampiro de Dusseldorf*(1931), filme de Fritz Lang. O

filme de Fritz Lang, clássico do cinema expressionista alemão, tem como personagem principal Beckert, um assassino de crianças. Em dado momento da narrativa, seus crimes são investigados e ele acaba por ser pego, mas não pela polícia convencional, e sim por um grupo de criminosos que pretendem fazer *justiça com as próprias mãos*. É, portanto, levado a uma espécie de julgamento popular. Dado esse panorama geral do filme, pretendemos, neste trabalho, tecer algumas considerações sobre o julgamento de Beckert, que mas rejeita o método por meio do qual é julgado - por uma justiça não-autorizada - e invoca a sua liberdade alegando não ter culpa de seus crimes: de acordo com o assassino, ele age apenas seguindo um instinto incontrolável. Tendo como base as concepções de direito e justiça de Derrida em *A força da lei*(2003), e o conceito de *imaginação empática* defendido por Martha Nussbaum em *Poetic Justice*(1997), compreende-se que o filme de Fritz Lang estabelece um diálogo com o Direito, sobre o qual é possível dizer que o cinema e a obras de arte, em geral, e o filme *M*, em particular, podem fornecer-nos uma possibilidade de refletir sobre a justiça.

Palavras-chave: Cinema. Direito. Justiça.

O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS ÁRABES E ISRAELENSES EM PARANAÍBA: UM LEVANTAMENTO ACERCA DO PRECONCEITO

Ângela Aparecida da Cruz Duran (UEMS)

Laura Queiroz Vieira Guimarães (G-UEMS)

Em 2014, foi divulgado pela ONU que o número de refugiados por guerras, perseguições políticas é o maior desde a Segunda Guerra Mundial. O número é de 51,2 milhões de pessoas, seis vezes maior que no ano anterior. O Brasil foi um dos únicos países do mundo a receber árabes e israelenses, absorvendo-os e sendo absorvido por eles. São inegáveis as transformações e as influências sofridas por ambas as partes. Diversos são os pontos de contato e consumo cultural. Por mais que as disputas vividas entre esses povos não tenham sido justas com as partes do conflito, no Brasil esses povos encontraram um lar disposto a adotá-los como braço social. A imigração afetou de cidades grandes, como Campo Grande, São Paulo e Dourados, a cidades pequenas, como Paranaíba. Não existe, em documentos oficiais, uma quantidade exata ou data específica de quando os povos árabes chegaram a Paranaíba. Outro ponto discutido é a ausência de povos israelenses na cidade. Estes estão concentrados nos estados do sul e principalmente em São Paulo. Quanto ao respeito aos Direitos Humanos desses povos, é possível obter no *site* do SEJUSP as estatísticas do interior do estado de Mato Grosso do Sul, não especificando a qual grupo étnico pertence as ocorrências ou a qual cidade. Até o presente momento, desde 2011, o maior número de registros/boletins

de ocorrência realizados em Mato Grosso do Sul ocorreram em 2014. Vale sobressaltar que, pelo histórico do estado em menosprezar – além de árabes e israelenses – negros e indígenas, a quantidade de registros é quase insignificante, comparada com a população do interior. É de conhecimento geral que muitos, apesar de sofrerem com o preconceito de origem/raça, não procuram exercer seus direitos, buscando a reparação do dano moral. O questionamento que cabe é se realmente os preconceitos registrados são condizentes com a quantidade em que ocorrem; e, em caso negativo, o porquê de árabes e israelenses, bem como os demais grupos étnicos não registrarem os devidos boletins.

Palavras-chave: Árabes. Israelenses. Direitos Humanos.

GT 13

FORMAÇÃO DE **PROFESSORES, PODER,** **INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA** **EM MEIO ESCOLAR**

COORDENADOR PEDAGÓGICO: limites e desafios no contexto do OBEDUC

Leni Aparecida Souto Miziara, (UEMS-Paranaíba/SEDMS/EEWGG)

Juliane Pivetta Ferro (UEMS-Paranaíba/SEDMS)

Fábio Luiz Leonel Queiroz (UEMS-Paranaíba/SEDMS)

Em 2013 foi implantado nas escolas estaduais de Paranaíba-MS o Projeto Observatório de Violência nas Escolas, uma integração entre o Observatório da Educação (OBEDUC), o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Educação Básica, cujo objetivo é contribuir para minimizar a violência e a indisciplina escolar. O projeto conta com um grupo de pesquisadores da pós-graduação em educação, professores, coordenadores pedagógicos, e alunos da graduação e da Educação Básica, promovendo a formação continuada aos professores e desenvolvendo atividades pedagógicas complementares aos alunos na melhoria da aprendizagem. Desta forma, neste texto, serão relatadas análises de uma pesquisa sobre a concepção dos coordenadores pedagógicos sobre os fenômenos violência e indisciplina escolar. Outrossim, narrar como eles avaliam as ações desenvolvidas nestes dois anos pelos membros do OBEDUC. Assim, algumas questões foram elencadas para a coleta de dados por meio de um questionário enviado aos coordenadores das cinco escolas envolvidas, tais como: O que é o OBEDUC? Das ações desenvolvidas, qual é a de maior relevância para a comunidade escolar? As ações dos membros do OBEDUC conseguem auxiliar para minimizar a indisciplina dos alunos? Ou apenas estão inseridos na escola para coletar dados para pesquisa? O que é indisciplina? Esse fenômeno atrapalha o seu fazer pedagógico? Caracteriza-se como uma pesquisa alicerçada nos fundamentos da teoria histórico-cultural, a qual considera o homem como fruto das relações socioculturais, logo a sua formação passa do plano inter para o intra-subjetivo. Os resultados apontam que a indisciplina é considerada como um dos maiores obstáculos do cotidiano escolar, impossibilitando o coordenador pedagógico cumprir suas atribuições, dentre elas a formação contínua da equipe pedagógica. Nesse sentido, muito ainda precisa ser feito pelos membros do OBEDUC, os quais precisariam ficar mais tempo na escola a disposição dos alunos, professores e coordenadores.

Palavras chave: OBEDUC. Indisciplina. Coordenador Pedagógico. Alunos. Interações Sociais.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E VIOLÊNCIA DA ESCOLAR

Soraya Cunha Couto Vital (UFMS)

Sônia da Cunha Urt (UFMS)

O cenário da crescente violência no ambiente escolar tem sido objeto de preocupação e de frequentes discussões entre educadores, autoridades, organismos internacionais, estudiosos e pesquisadores, entre outros. Sua ocorrência nesse espaço é multifatorial e coloca em risco as funções educacionais básicas (ensino, aprendizagem, desenvolvimento, socialização) e gera sérias implicações aos integrantes desta comunidade. Diante dessa problemática, o objetivo deste trabalho é apresentar uma análise das concepções de educação integral e sua relação com a compreensão de violência da escola, a também denominada violência institucional, como um fenômeno que faz parte do cotidiano da escola e de suas práticas. Parte-se do entendimento de que nos últimos anos a educação brasileira vem sendo desafiada a ampliar seus compromissos com a educação integral, para além do que historicamente vem cumprindo. Considera que a teoria histórico-cultural, Vygotsky e seus interlocutores, concebem o ser humano em sua totalidade, configurado em sua relação social, e pesquisar como o aluno da escola de educação integral é reputado em sua total dimensão. Para a referida análise, foram selecionadas fontes bibliográficas relacionadas à modalidade da educação integral e ao fenômeno da violência institucional, de autores que têm estudado o tema da educação integral brasileira e da violência da escola, artigos científicos e charges acerca do tema veiculadas na Revista Nova Escola. O resultado da pesquisa indica que a educação integral, com suas diversas concepções, faz parte de um processo que está em andamento, que não permite juízos definitivos. Mas é de suma importância que a violência que a escola, como instituição, pratica, permaneça em pauta, para que sejam desenvolvidas e/ou amadurecidas sistemáticas de trabalho conjunto, para a implementação de atitudes positivas à integralidade do sujeito, com ações que levem em conta a integração, a negociação, as relações estabelecidas no espaço escolar, o diálogo e o respeito mútuo.

Palavras-chave: Educação Integral. Violência. Escola.

INDISCIPLINA ESCOLAR E A RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO

Denise Moreira Neves (UEMS)

Weslem Martins Santos (UEMS)

A indisciplina tem sido considerada um dos problemas centrais vivenciados no contexto da escola, com impactos significativos na qualidade da relação professor-

aluno. Nesse cenário, através de uma revisão bibliográfica, buscou-se identificar dimensões da relação professor-aluno que possam subsidiar a compreensão e possível intervenção em comportamentos de indisciplina. Neste estudo identificou-se que a disciplina é um conjunto de normas inseridas em um ambiente escolar, as quais têm por objetivo reger a instituição escolar e gerar conforto nas relações pedagógicas e interpessoais entre aluno-aluno e aluno-professor. A existência do desconforto nessas relações é atribuída pelos professores, repetidas vezes, aos alunos “indisciplinados”, “bagunceiros”. Assim, certos alunos são rotulados como “o problema”, eximindo-se a instituição escolar e o professor de possíveis “contribuições” para o surgimento e manutenção da indisciplina no contexto da escola. Notou-se que a má qualidade da relação interpessoal professor-aluno aparece como uma das condições principais que contribuem para comportamentos de indisciplina apresentados pelos alunos. Estes, amiúde, não são compreendidos e respeitados em sua singularidade por seus professores, os quais, longe do papel de aceitar, respeitar e educar acabam por reproduzir uma lógica excludente construída e mantida por uma sociedade que pune aquele que se desvia de suas normas e padrões. Há uma carência de estudos nesta área que enfatizem a importância da qualidade da relação professor-aluno no manejo de problemas de indisciplina vivenciados no contexto escolar. Nessa direção, acredita-se que a chave inicial para lidar com esses problemas é a formação continuada do professor. Este profissional, ao reconhecer melhor os contornos dos seus alunos, suas vivências, seus contextos sócio-culturais, as razões de sua desmotivação, poderá exercer sua empatia e utilizar a relação professor-aluno como mecanismo transformador das relações estabelecidas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Disciplina. Intencionalidades. Razões Sociais.

O ENSINO DA MATEMÁTICA A PARTIR DE UM TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO OBEDUC

Marlon Max dos Santos Silveira (PG-UEMS)

Raquel Marques Ribeiros dos Santos (PPG-UEMS)

Elson Luiz de Araujo (PPG-UEMS)

Este trabalho descreve experiências advindas de um projeto multidisciplinar realizado em uma escola periférica, localizada no município de Paranaíba-MS no âmbito do programa Observatório da Educação/CAPES, “Observatório da violência nas escolas”, vinculado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A Experiência contou com a participação dos professores das áreas de arte, língua portuguesa, matemática e física. O projeto surgiu da necessidade de desenvolver melhorias na aprendizagem das aulas

de matemática. A princípio, os professores da escola foram convidados para participar do projeto e da atividade lúdica inicial em que foi explorada a pesquisa e a construção de pipas. Em um primeiro momento foi explorado o filme o “O Caçador de Pipas” sobre questões ligadas a violência no mundo e a necessidade da manutenção da paz. Os professores fizeram abordagens em suas disciplinas e áreas do conhecimento para a elaboração da atividade, o que possibilitou compreensão e apreensão dos conteúdos, num contexto multidisciplinar, envolvendo os fatos históricos, culturais, identificação de figuras geométricas, plano de simetria, teorema de Pitágoras, aplicações de cálculos de áreas, ângulos e perímetros. A realização dessa atividade lúdica tornou o ensino mais significativo, potencializando o aprendizado de conceitos interdisciplinar. Destacamos também a participação coletiva dos alunos durante o desenvolvimento das atividades na qual a melhoria da relação interpessoal e de amizade entre os alunos e entre estes e os professores, propiciando a relação de respeito, cordialidade, afeto e de pertencimento à instituição escolar.

Palavras-chave: Aprendizagem lúdica. Indisciplina. Violência escolar.

REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Lívia Arruda Abranches (PPGE/UEMS)

Susy dos Santos Pereira (PPGE/UEMS)

Elson Luis de Araujo (UEMS)

A violência escolar é um problema que vem interferindo significativamente na qualidade da educação oferecida pelas escolas. Dentre os vários tipos de violência que permeiam o ambiente escolar apontamos a violência simbólica, sendo esta de difícil percepção, pois se apresenta de forma velada nas relações interpessoais entre os professores e alunos, entre os alunos/alunos e pedagógicas estabelecidas na organização escolar, na aplicação de normas e regras e nos conteúdos curriculares trabalhados pelos professores nas escolas. Assim, este estudo busca por meio da revisão bibliográfica estabelecer a relação entre os currículos escolares e a violência simbólica que pode ocorrer por meio da prática pedagógica do professor. Para tanto, para compreensão da violência em meio escolar recorreremos aos estudos de Abramovay (2002) e Charlot (2002) e do currículo escolar em Sacristán e Gómez (2000) que defendem a superação da fragmentação do conhecimento considerando a realidade do aluno para uma educação significativa. Além de refletimos sobre as implicações da violência simbólica pautados nas concepções de Bourdieu e Passeron (1996), os mecanismos de dominação do currículo e as práticas pedagógicas de um sistema educacional que visa a reprodução do conhecimento legitimado pela classe dominante. Diante das reflexões, apontamos que a violência simbólica tem sido instituída no espaço escolar por meio de práticas pedagógicas excludentes desenvolvidas pelos professores na escola. Por fim, enfatizamos a relevância de se trabalhar os conteúdos curriculares de forma interdisciplinar, observando a realidade do aluno, superando a fragmentação do conhecimento. O que poderá impulsionar uma aprendizagem significativa para o aluno, tornando a escola um espaço socializador e

de possibilidades de uma formação crítica, propiciando no indivíduo a emancipação e uma educação libertadora.

Palavras-chave: Violência escolar. Violência Simbólica. Currículo.

BRINCAR: direito omitido no cotidiano das crianças

Jucélia Calossa de Jesus(UEMS)

Leni Aparecida Souto Miziara(UEMS)

A pesquisa que será apresentada neste texto partiu da hipótese que o jogo, a brincadeira e o brinquedo são elementos essenciais para auxiliar o pleno desenvolvimento infantil. No entanto, de maneira geral, são tratados como atividades secundárias nas instituições de ensino, inclusive nas creches e pré-escolas. O emprego desses elementos como recursos pedagógicos possibilita a criança a adquirir uma aprendizagem de forma concreta e prazerosa. Assim, esta pesquisa teve por objetivo analisar a importância do brincar no cotidiano das crianças para o processo de desenvolvimento das capacidades humanas, bem como, analisar o papel dos professores como mediadores e planejadores de brincadeiras. Caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica com base em Brougère (2002), Cerirasa (2002), Dantas (2002), Kishimoto (2002) que abordam a importância do brincar na formação e desenvolvimento da criança, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração dos Direitos da Criança (1959) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dessas leituras compreendemos que quando o professor e pais possibilitam brincadeiras às crianças, estimulam a linguagem, a comunicação, a coordenação motora, a noção espacial, temporal, racional, a afetividade, dentre outras atitudes e valores. Para tanto, faz-se necessário o professor ter base teórica apropriada tanto na formação inicial como na continuada.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Brincadeira. Aprendizagem.

**A REDUÇÃO DA INDISCIPLINA E DAVIOLÊNCIA ESCOLAR: um olhar a partir da prática
da Educação Física na escola**

Nelson Vieira Torres (UEMS)

Elson Luís de Araújo (UEMS)

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e no âmbito do Observatório da Educação (OBEDUC) e buscou analisar o papel da disciplina de Educação Física como uma das alternativas para desenvolver a autonomia do aluno, a cooperação, o respeito às regras, à ética e à solidariedade, sobrepondo às situações de conflitos e violência em meio escolar. A pesquisa desenvolvida é de cunho qualitativa e utilizamos como instrumento de pesquisa as entrevistas semiestruturadas aplicadas aos estudantes e professores de Educação Física dos 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública Estadual. Os dados possibilitaram identificar e compreender os aspectos que envolvem a indisciplina e violência; os tipos de violência no espaço escolar; a relação interpessoal entre o professor de Educação Física e alunos em comparação com o relacionamento dos professores de outras disciplinas e alunos no enfrentamento das questões relativas à indisciplina e à violência em meio escolar. A pesquisa possibilitou compreender as possibilidades da disciplina de Educação Física atuar no desenvolvimento das ações educativas facilitadoras da melhoria das relações interpessoais, favorecendo as mudanças de comportamento no sentido de coibir todo ato considerado indisciplinado e violento no meio escolar.

Palavras-chaves: Educação Física. Disciplina. Indisciplina. Violência escolar.

**O PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA: INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE NA
MINIMIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM MEIO ESCOLAR**

Alessandro Brandete (UEMS)

Elson Luiz de Araújo (UEMS)

Este texto é parte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, teve como objeto de pesquisa o Programa Escola da Família (PEF) como componente da política educacional do Estado de São Paulo. Apresentamos a implementação desse Programa, sua integração entre a escola - comunidade e sua contribuição na minimização da violência. Analisamos como as ações do PEF contribuíram para a melhoria da qualidade educacional, o exercício da cidadania e a socialização entre as pessoas da comunidade. A coleta de dados foi

realizada junto às escolas da Diretoria de Ensino da Região de Jales e recorremos ao levantamento documental, análise de leis, resoluções e regulamentos que efetivam o PEF. A abordagem da pesquisa foi de cunho qualitativo, com a aplicação de questionário aos educadores, diretores de escolas e comunidade local. O estudo apresentou as ações de integração entre a escola e a comunidade com o Projeto Pedagógico e os conteúdos escolares para a melhoria da sociabilidade, desenvolvimento da autonomia e liberdade de ações frente às normas culturalmente estabelecidas para a melhoria das relações interpessoais e a redução da violência na escola e na sociedade. Concluímos que a abertura das escolas aos finais de semana e as atividades desenvolvidas eram trabalhadas de forma fragmentada, pois não havia um trabalho interdisciplinar e de integração das áreas do conhecimento, e assim, pouco contribuíram para a melhoria da relação entre escola com a comunidade e redução da violência em meio escolar.

Palavras-Chave: Programa Escola da Família. Violência. Violência Escolar.

GT 14

VIOLÊNCIA, DIREITOS

FUNDAMENTAIS E

DIREITO PENAL

A PEC 171 SOB OS HOLOFOTES DA MÍDIA

Ana Carolina Medeiros Moura e Silva (G/UEMS)

Rodrigo Cogo (UEMS)

Nos estudos que envolvem a redução da maioria penal, observa-se a participação constante e efetiva dos meios de comunicação de massa. Inequívoca demonstração do que pode ser chamado de “poder da mídia” dá-se pelo estudo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 171, que tem por objetivo modificar o art. 228 da Constituição Federal, passando a considerar imputável o indivíduo a partir de seus dezesseis anos. Percebe-se a influência midiática neste tema, especialmente se lembrarmos que a PEC foi inicialmente proposta em 1993 tendo, portanto, 22 anos de existência, mas, voltou à cena nacional muito em função dos fatos veiculados pelos meios de comunicação, que noticiam e espetacularizam práticas delituosas envolvendo crianças e adolescentes. Nesta senda, como pôde ser visto nos últimos meses, a proposta em tela constará como único item de pauta na Câmara dos Deputados, como forma de acelerar a votação, colocando em xeque a abordagem de tema tão relevante, o que gera questionamentos acerca de quais seriam os motivos essenciais dessa pressa demasiada em se apresentar solução para assunto tão relevante. Merece o olhar dobrado a influência midiática em torno do chamado populismo penal, que pode ser entendido como o poder de manipular opiniões e determinar um pensamento social reprodutor de interesses pontuais, sem que as informações sejam difundidas e avaliadas criticamente por todos os setores da população. É, portanto, objetivo deste estudo, realizar pesquisa bibliográfica e documental que subsidie uma análise da PEC nº 171, e, um estudo dos fatores que contribuem para sua rápida propagação. Para tanto, utilizar-se-á da Teoria dos Direitos Fundamentais em contraposição ao pensamento de Günther Jakobs, o Direito Penal do Inimigo. Neste sentido, via do método dedutivo pretende-se demonstrar a falácia que cerca a PEC em comento, expondo em sede de resultados, a negativa correlação entre o poder midiático e a ideia do risco social que aponta como solução para a crise da segurança pública, o recrudescimento das penas e a ampliação dos tipos penais já existentes, com a inclusão de novos sujeitos no sistema punitivo, *v.g.*, os menores infratores, hoje, sob o poderoso holofote dos meios de comunicação de massa.

Palavras-chave: Maioridade Penal. Mídia. Direito Penal. Direitos Fundamentais.

O CRIME DE HOMICÍDIO “PASSIONAL” À LUZ DO DIREITO PENAL

Gabrielle de Oliveira Nunes (UEMS)

Lílian Borges dos Santos (UEMS)

Rodrigo Cogo (UEMS)

O estudo em tela pretende discorrer sobre a temática do crime passional quando exteriorizado na forma do homicídio. O crime contra a vida motivado pela violenta emoção sempre recebeu apelo social, sendo bastante evidenciado pela mídia, seja como o acontecimento central de uma novela das nove, seja como manchete de jornal, afinal, o ser humano se empolga com a barbárie e com a fraqueza do seu semelhante - movido pela sua emoção (ou paixão). Doutrinariamente, diversos são os enfoques que englobam o tema, e, diante de tantas teses defensivas ou acusatórias, uma questão permanece intacta, a que se refere ao enquadramento da conduta em crime privilegiado ou delito qualificado. Destaca-se que a resposta para tal indagação, dependerá, seguindo o que se tem repetidamente no Direito, da análise do caso concreto e suas peculiaridades. No decorrer do presente trabalho serão trazidos conceitos que auxiliem a compreensão da questão em voga, com destaque para a definição do que venha a ser homicídio em suas modalidades privilegiada e qualificada; paixão e violenta emoção, e, serão apresentados, ainda, esclarecimentos acerca dos institutos das atenuantes e agravantes aplicáveis ao crime em comento. A pesquisa tem por objetivo aclarar os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais envolvendo o assunto, afastando-se do senso comum produzido pela influência dos meios de comunicação. Para tanto, a pesquisa será guiada pela vasta bibliografia que abrange seu objeto, utilizando-se do método dedutivo para a consecução do objetivo supra aduzido.

Palavras-chave: Homicídio. Paixão. Mídia. Direito Penal.

A EXPLORAÇÃO DA MÍDIA SOBRE A VIOLÊNCIA E AS DECORRENTES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Isael José Santana (UEMS)

Diego Vinicius Queiroz Silva (G-UEMS)

Lucimar Ferreira Queiroz (G-UEMS)

O presente artigo visa propor uma reflexão sobre a influência da mídia nos julgamentos criminais. É inegável que a repercussão social causada pela imprensa nos crimes que mais interessam à população acaba por causar diversas violações à alguns direitos e

garantias fundamentais dos acusados. Diversos são os casos em que o próprio direito processual penal tem suas normas infringidas pelos efeitos que são gerados por uma cobertura exaustiva da imprensa sobre determinados delitos. A informação propagada pela mídia, de forma sistemática e imbuída de valores e julgamentos, torna-se supostamente uma informação verdadeira ainda que se prove o contrário, considerando que a mídia não tem o hábito de se contradizer. Considerando ainda a confiança que uma grande parte da população deposita na imprensa, de modo geral, uma credibilidade que encontra-se ancorada no senso comum, os fatos noticiados a mesma tem caráter de verdade absoluta. Objetiva-se também nesta pesquisa tecer de forma breve alguns comentários ao cenário de violência que a mídia tanto explora em sua rotina, tendo em vista que tudo que é violento atrai (de forma curiosa) a atenção do público em geral. Como metodologia, utiliza-se a uma pesquisa bibliográfica em livros e legislações sobre o tema, assim como em outros artigos científicos. Os resultados demonstraram que existe a evidente necessidade de se debater de forma ampla a influência da mídia nas relações sociais e na formação de opinião com relação a quaisquer acusados, tendo em vista que, até que se transite em julgado uma eventual sentença condenatória, o acusado continuará sendo somente um acusado, gozando da presunção de inocência conforme a norma constitucional. Grande parte da população tem na mídia uma confiança absoluta, sendo que o senso comum prevalece e é por tal motivo que a mídia tem que agir de forma responsável, considerando que suas publicações, escritos e outros meios, tem a potencialidade de chegar na grande maioria dos lares, mas o conhecimento jurídico não.

Palavras-chave: Influência Midiática. Presunção de Inocência. Direitos e Garantias Fundamentais. Direito Penal.

A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DE GRANDE REPERCUSSÃO SOCIAL: O *In Dubio Pro Reo* em xeque

Julia Rocha Chaves de Queiroz e Silva (UEMS)

Rodrigo Cogo (UEMS)

É de conhecimento geral que os veículos de comunicação de massa, apóiam-se no chamado “sensacionalismo midiático”, para galgar pontos de audiência. Nesta esteira, por meio desta postura, tornam-se vítimas, o Direito Penal brasileiro, incluindo seus dispositivos e princípios ordenadores, a Constituição Federal, as partes processuais e a própria sociedade. Nesta senda, o estudo em tela fará um recorte acerca da atuação dos veículos midiáticos levando em consideração os julgamentos dos crimes dolosos contra a vida, de competência exclusiva do Tribunal do Júri. A pesquisa revelará a mídia enquanto ente capaz de influenciar os respeitáveis jurados, em razão da grande repercussão e comoção social que os crimes dolosos contra a vida recebem. Pretende-se explicitar, via da exposição de alguns julgamentos emblemáticos ocorridos no país,

que o princípio basilar do Direito Penal pátrio, o *in dubio pro reo*, por vezes tem a sua aplicação prejudicada em função da interferência dos meios de comunicação que atuam realizando prévios julgamentos, formando convicções e verdades. Para que sejam atingidos os objetivos propostos acima, o método dedutivo guiará a análise que tomará por fulcro o amplo acervo bibliográfico e documental que acolhe o tema. Em sede de conclusões, pretende-se reafirmar o importante papel da mídia no cenário nacional, advertindo, contudo, que sua atuação não pode prescindir de balizas éticas e legais para que a sua influência não seja negativa, causando incomensuráveis danos ao sistema jurídico, notadamente aos acusados e aos dispositivos legais sob a égide dos códigos e da constituição brasileira.

Palavras-chave: Mídia. Influência. Crimes Dolosos contra a Vida. Tribunal do Júri. *In dubio pro reo*.

A PRESUNÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MENOR NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Delaine Oliveira Souto Prates (UNIVEM/UEMS/FIPAR)

Sílvia Leiko Nomizo (UNIVEM/UEMS/FIPAR)

O termo vulnerável, que se origina do latim *vulnerabilis*, em sua essência, significa ferida ou lesão, demonstrando a incapacidade ou a fragilidade de uma pessoa, em razão de situações especiais. A Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009, portanto, trouxe significativas mudanças aos Crimes Contra a Dignidade Sexual, antes denominados Crimes Contra os Costumes, principalmente, no que diz respeito aos Crimes Sexuais Contra Vulnerável, inclusive revogou o art. 224 do Código Penal, abolindo-se a presunção de violência, objeto de inúmeras discussões, já que gerou e tem gerado entendimentos doutrinários e jurisprudenciais divergentes acerca do consentimento do menor, embora o art. 217-A do Código Penal, por si só, identifica a situação de vulnerabilidade da vítima. A presente pesquisa tem como objetivo geral desenvolver e socializar reflexões sobre a vulnerabilidade do menor de 14 (quatorze) anos diante dos crimes contra a dignidade sexual, em especial o crime de estupro de vulnerável, e analisar a eficácia da norma. Este objetivo se desdobra em analisar se a presunção de vulnerabilidade do menor é de natureza relativa, considerando o seu grau de conscientização para a prática do ato sexual e o princípio da ofensividade; ou absoluta, considerando a falta de discernimento para decidir sobre os seus atos sexuais, cuja personalidade, devido à idade mínima, ainda está em formação. Este estudo recorrerá a uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e jurisprudencial. Por meio desta pesquisa, pretende-se verificar em que medida os crimes sexuais influenciam no menor. O presente trabalho tem por escopo a importância do tema na esfera da restrição da liberdade considerando ser denominado crime hediondo com regime

inicialmente fechado e prisão cautelar, o que demonstra a importância de tal reflexão. É de grande relevância social e acadêmica por colaborar para uma melhor compreensão do fenômeno da violência sexual e seus reflexos na vida do menor, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê, em seu art. 5º, total proteção aos seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: Lei 12.015/2009. Crimes Sexuais. Vulnerabilidade. Menor. Dignidade da Pessoa Humana.

O TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL DISPENSADO AOS PORTADORES DE TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL: ESTUDOS INICIAIS SOBRE O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRA

Rafaela Munhoz da Silva (UEMS)

Rodrigo Cogo (UEMS)

O crime, em suma, se configura através de uma ação humana, onde o transgressor age contrário aos padrões sociais de modo a lesionar algum bem tutelado juridicamente. O agente da conduta ilícita dolosa, quando imputável, possui consciência e vontade daquilo que está praticando, no entanto, há agentes que possuem os requisitos já mencionados. Todavia dispõe de uma particularidade em especial: ausência do senso social. Esses indivíduos são popularmente conhecidos como psicopatas, e a incidência das leis sobre eles não usurpa dos mesmos efeitos e resultados que exerceria sobre transgressores comuns. A mídia ao colocar o assunto em pauta leva a cabo situações bárbaras e consegue, astuciosamente, polemizar o caso, de modo a criar uma imagem extremamente negativa em torno do agente do crime de maneira que a ressocialização deste se tornaria impossível, se efetivados os meios para que isso ocorra. Partindo deste contexto, é notório que a legislação penal brasileira, na prática, não resguarda uma punição efetiva aos indivíduos antissociais, muito embora, em tese, exista um arcabouço penal capaz de oferecer tanto aos sujeitos psicopatas, quanto a própria sociedade, a qual também precisa ser protegida contra esses indivíduos, uma resposta real e positiva aqueles que fisicamente, segundo comprova vários estudos científicos, são incapazes, emocionalmente, de se adequarem aos princípios e regras sociais. Portanto, o objetivo principal deste trabalho é investigar mecanismos que confirmam efetividade à aplicação dos ditames dispostos na estrutura penal brasileira (principalmente aqueles ordenados pela Lei de Execução Penal), de modo a possibilitar punição devida aos dissociais. Para se atingir o intento acima, utilizar-se-á como suporte teórico, a vasta bibliografia concernente ao assunto em tela, além de se realizar pesquisa documental no tocante a matérias jornalísticas, para, via do método dedutivo, poder contribuir na esfera jurídico-social, de maneira a se fomentar novas reflexões sobre a situação do psicopata incidente e sua devida punição, através da produção de trabalhos científicos.

Palavras-Chave: Psicopata. Ressocialização. Mídia. Execução Penal.

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A PESSOA IDOSA: A PROTEÇÃO GARANTIDA NO ESTATUTO DO IDOSO E O PAPEL DO DIREITO PENAL NA APLICAÇÃO DAS PENAS

Henrique Novatzky de Oliveira (G-UEMS)

Lisandra Moreira Martins (PUC-SP/Capes/UEMS)

O presente trabalho consiste em apresentar algumas tipologias das violências exercidas contra a pessoa idosa no âmbito familiar, assim como a proteção oferecida a estes indivíduos pela Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, intitulada como Estatuto do Idoso, a qual dispõe sobre a função da sociedade como um todo e do Estado de assegurar ao idoso, direitos fundamentais como a vida, saúde, liberdade, cidadania dentre outros, os quais visam garantir o respeito à dignidade enquanto pessoa humana. Assim sendo, o estudo terá por base explicar sobre o amparo oferecido pelo supramencionado estatuto em seus artigos, no que diz respeito à violência contra os idosos, e em face do direito penal demonstrar seu papel de aplicação nos casos de violência. Justifica-se a pesquisa, com o intuito de apresentarse as normas penais inseridas no referido estatuto estão tendo repercussão positiva na coibição da violência contra os idosos ou apenas preenchem mais um espaço no simbolismo penal. O trabalho será pautado em pesquisa bibliográfica, e o método utilizado será o método dedutivo, o qual visará demonstrar as violências existentes contra o idoso, os mecanismos de combate da mesma, bem como analisar as estatísticas de violência contra a pessoa idosa.

Palavras-chave: Idoso. Família. Violência. Direito Penal.

EDUCAÇÃO E JUSTIÇA: O OBJETO EDUCACIONAL COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO

Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS/UNOESTE)

Estamos presenciando o desenrolar de uma nova era, a da tecnologia, tendo a missão de preparar os recursos humanos a fim de que o desenvolvimento continue acontecendo. Para que essa missão se efetue precisamos estar conscientes de que a escola que educa não pode ser indiferente aos rumos da modernidade, sob o risco de se separar de seu tempo e perder o porquê de sua existência. Assim, a escola que educa, tem um papel fundamental na construção da sociedade e realização dos Direitos Humanos, podendo refletir sobre tais temas a partir da realidade dos alunos nativos digitais, utilizando a tecnologia e os objetos educacionais, recursos

tecnológicos que servem como ferramenta para o ensino. O objetivo da presente pesquisa é evidenciar como a tecnologia de informação e comunicação, e mais especificamente o objeto educacional “Justiça” pode auxiliar na reflexão da mesma. O projeto está cadastrado no Sigproj, sistema de informação e gestão de projetos do MEC, tendo sido aprovado e recendo o número de protocolo 171612.815.20427.13022014. Com base no objetivo estabelecido levantamos os assuntos abordados no objeto educacional “Justiça”, encontrado de forma gratuita na internet como um recurso educacional aberto no link objetoseducacionais2.mec.gov.br/handle/mec/19779. A partir dos temas que o objeto traz, traçamos um guia para os docentes utilizarem o mesmo tendo em vista discussões como: lei e justiça; moral e direito e as situações cotidianas e justiça. Com o uso do objeto Justiça no processo de ensino e aprendizagem verificamos uma discussão e reflexão de temas como respeito, moral, distribuição de direitos entre os discentes, sendo que segundo os mesmos houve um resultado positivo, tendo em vista que não haviam pensado nestes temas de forma tão sistemática.

GT 15

PROGRAMA DE INICIAÇÃO
À DOCÊNCIA (PIBID/ CAPES)
E RELATOS DE EXPERÊNCIAS

A ATUAÇÃO DO PIBID - SUBPROJETO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS - PARANAÍBA NA ANÁLISE DA VIDA ESTUDANTIL DOS ALUNOS DA ESCOLA DO CAMPO

Mariana Azambuja Ferreira Mendonça (UEMS-PIBID-CAPES)

Carlos Eduardo França (UEMS-PIBID-CAPES)

O objetivo deste trabalho foi levantar dados e conhecer as vivências dos alunos da escola do campo, suas rotinas e quais suas dificuldades para chegar na escola, visando, principalmente, saber se projetam no horizonte de suas perspectivas cursar cursos de níveis superiores. A metodologia empregada na pesquisa foi entrevistas e diálogos com os alunos e, ao final, realizamos análises dessas falas. O trabalho foi realizado na Escola Estadual Wladislau Garcia Gomes, extensão situada no distrito Raimundo localizado na zona rural, e visou mostrar a vida estudantil dos alunos da escola do campo, com o objetivo de relatar as dificuldades e empecilhos vividos por esses alunos, como os meios de locomoção, horários de chegada e saída, horários que chegam às suas residências, tempo nas estradas, suas perspectivas de vida, se pretendem fazer algum curso superior, e suas realidades e dificuldades para conseguir uma vida estudantil na escola do campo, que tem em sua concepção o objetivo de oferecer oportunidade às pessoas do campo em concluir o ensino médio. As percepções até o presente momento são das dificuldades dos alunos relacionadas ao percurso entre a escola e suas residências, as péssimas condições das salas de aulas que prejudicam o desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem, e uma minoria de alunos que pretendem fazer um curso superior com vistas a mudar suas condições de vida, enquanto a maioria dos estudantes vislumbram permanecer na zona rural, desenvolvendo trabalhos em fazendas da região.

Palavras-chave: Educação no campo. Dificuldades. Horizonte de possibilidades.

A DRAMATIZAÇÃO COMO RECURSO PARA DESPERTAR O GOSTO PELA LITERATURA INFANTIL

Jordevânia Azambuja Dias (UEMS/PIBID)

Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS/PIBID)

Este trabalho tem por objetivo mostrar as contribuições e avanços para a construção do aluno leitor. Apresentando o projeto que foi desenvolvido por estagiárias do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no 4º Anon Escola Estadual Dr. Ermírio Leal Garcia. O tema do projeto trabalhado foi escolhido juntamente com os alunos, após uma breve apresentação do livro com a fábula: “A cigarra e a formiga” que diferentemente dos livros didáticos, nos permitiu enxergar na

sala de aula os alunos que não gostavam de trabalhar em grupo e que apresentavam dificuldades na leitura interpretação e escrita. A partir deste levantamento foi possível conhecer, as características dos alunos com quem iríamos trabalhar e assim desenvolver uma metodologia de ensino dinâmica, que superasse essas dificuldades. Desse modo, o objetivo do projeto desenvolvido foi: despertar nos alunos o gosto pela leitura e reconhecer a importância da mesma como fonte para ampliar conhecimentos, desenvolver os processos de comunicação, da criatividade e da imaginação por meio do diálogo, durante a contação de história, a produção de textos e dramatização. O projeto foi desenvolvido com as crianças do quarto ano, que foram indicadas por suas professoras para participar, entretanto essas crianças apresentavam histórico de indisciplina e dificuldades de aprendizado. O trabalho se fundamentou em Josette Jolibert na perspectiva da Pedagogia de Projetos e Maria Montessori, em especial para o preparo e concentração da turma com a utilização da aula de linha. De uma forma dinâmica, buscamos trabalhar com os alunos a consciência e sobre a necessidade de buscar superar as dificuldades, na aprendizagem, e também procuramos levá-los a compreender a importância da leitura e da escrita, da organização e disciplina na sala de aula.: Ao iniciar o projeto com as crianças deparamos com certa resistência, no decorrer do tempo fomos quebrando barreiras transmitindo segurança e trocando afeto, desta forma ganhamos a confiança e o envolvimento, assim foi possível concluir o projeto com êxito.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Pedagogia de Projetos. Dramatização.

**A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)
NA FORMAÇÃO DE DOCENTE DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIDADE DE PARANAÍBA**

Paula Lemos de Paula (UEMS/PIBID)

Carlos Eduardo França (UEMS)

O Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa que oferece bolsas para que acadêmicos dos cursos de licenciaturas possam iniciar a experiência docente enquanto estão cursando as graduações. O PIBID proporciona a participação dos discentes no programa desde o primeiro ano dos cursos, e inicia os bolsistas a aprenderem conteúdos voltados ao ensino aplicado à Educação Básica. No caso do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade de Paranaíba, o foco principal é inserir os bolsistas no campo da Sociologia aplicada ao Ensino Médio, bem como colocá-los em contato direto com a realidade das escolas parceiras, e com os desafios postos ao docente no que tange ao processo de ensino-aprendizagem no campo do ensino de Sociologia. Assim, a experiência proporcionada pelo PIBID é decisiva no fortalecimento do ensino da sociologia, de modo a suprir uma necessidade real que é a formação de professores qualificados e

comprometidos com o ensino desta disciplina, sendo fundamental na formação destes acadêmicos. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência com o PIBID em uma escola rural do município de Paranaíba/MS, enfatizando a importância do programa na formação docente dos acadêmicos. A relevância do trabalho se encontra na necessidade de divulgar os resultados do PIBID, no sentido de incentivar mais acadêmicos a ingressarem na experiência do exercício docente na educação básica.

Palavras-chave: PIBID. Ensino de sociologia. Formação docente

ANÁLISE SOBRE A INFRAESTRUTURA DA ESCOLA RURAL E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Sérgio Garcia de Aquino (UEMS-PIBID)

Carlos Eduardo França (UEMS)

O estudo é fruto de discussões e reflexões advindas das descobertas, dificuldades, necessidades e possibilidades do Programa de Iniciação a Docência (PIBID), subprojeto de Ciências Sociais da UEMS-Paranaíba, em fase de desenvolvimento na escola Wladislau Garcia Gomes, com extensão no prédio da escola da zona rural João Chaves dos Santos, no distrito de Raimundo. O processo de iniciação a docência é um momento de muitas descobertas que exasperam situações de dificuldades, necessidades, possibilidades e novas perspectivas. Este estudo visou analisar como a infraestrutura da escola rural em comparação com a urbana afeta o desenvolvimento de ensino-aprendizagem do aluno, visto que estão privados de uma educação que considere a especificidade de sua cultura e os saberes próprios do meio rural, ao passo que muitos desses jovens chegam despreparados tanto para continuar no campo quanto para a complexa vida nas cidades. O percalço percebido na pesquisa foi como identificar essa defasagem de ensino, e qual sua relação com a infraestrutura da escola rural. Este déficit de aprendizagem vai além dos jovens estudantes, chegando a alcançar também os professores que não estão adaptados com o meio rural, criando uma grande deficiência de relacionamento entre aluno, professor e a função da escola, não tendo essa mediação que se torna um elo fundamental para que ocorra a real assimilação do conteúdo pelos alunos. Para o desenvolvimento do estudo, seguimos os caminhos da pesquisa bibliográfica e de campo. Concluímos que a falta de material adequado afeta diretamente a todos, e limita professores e alunos, bem como o ensino na escola rural, diretamente afetados pela falta de recursos e má qualidade da estrutura física da escola.

Palavras-chave: Pibid. Ensino. Zona rural.

APRENDIZADO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: do ciclo da água ao tratamento e fornecimento da água em Paranaíba-MS

Micheli Karla Caires Maia (UEMS/PIBID)

Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS/PIBID)

Este texto tem como intuito demonstrar as experiências desenvolvidas na Escola Municipal Maria Luíza Corrêa Machado, promovidas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, subprojeto de Pedagogia com ênfase em alfabetização. As crianças que participam deste programa são da turma do segundo ano do ensino fundamental, sendo a maior parte dos alunos vindos do campo. O trabalho com a turma foi realizado a partir de projetos, pautados nos autores Fernando Hernandez e Josete Jolibert. Foi eleito pelos alunos para ser desenvolvido o tema “Água”. O projeto tinha como objetivo geral, conscientizar os alunos sobre a importância da água como um recurso natural a ser preservado e trabalhar com as questões abordadas no levantamento realizado no início do projeto a fim de esclarecer o que os alunos gostariam de saber mais a respeito. O tema foi problematizado, com a apresentação de vídeos, panfletos, livros sobre a água e discussões. Foram utilizados livros sem texto para elaboração de histórias; textos informativos sobre a água e a importância do seu consumo consciente; para esclarecer os processos do ciclo da água foi apresentado um vídeo e por meio da produção de um terrário, foi feita uma experiência para demonstrar como ele ocorre; foi convidado a ministrar uma palestra um funcionário, que é químico, da Estação de Tratamento de Água - Sanesul. Para realizar uma síntese sobre os conteúdos apreendidos, foi feita uma simulação de entrevista com as crianças, que responderam as questões dentro de uma televisão confeccionada de papelão e com microfones, também foi elaborado um cartaz denominado: O que aprendemos. A avaliação aconteceu no decorrer das aulas, considerando a participação, a escrita e argumentação das crianças no desenvolvimento das atividades. Por meio das repostas foi possível perceber que alunos demonstraram ter compreendido o assunto. Assim conclui-se, que as experiências realizadas no decorrer do trabalho foram de grande valia para a formação e desenvolvimento das pibidianas e dos alunos.

Palavras-chave: Alfabetização. Experiências sobre ciclo da água. Pedagogia de Projetos

**CONTRIBUIÇÕES DO PIBID PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: relato de
experiências das alunas bolsistas**

Amanda Caroline Sousa Silva (UEMS)

Daniele Ferreira Lima(UEMS)

Jucélia Calossa de Jesus (UEMS)

Este trabalho tem por objetivo trazer reflexões, a partir de relatos de experiência de bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), de sua importância enquanto programa institucional de formação docente. O programa contempla alunas do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Unidade de Paranaíba, que, como estagiárias realizam propostas de intervenção docente visando a contribuir para o desenvolvimento de Projetos na Escola Municipal Maria Luiza Correia da Costa de Paranaíba. O projeto foi realizado a partir do mês de março de 2015, integrando as acadêmicas no cotidiano escolar e aprimorando as práticas pedagógicas. Pretende-se relatar essa experiência de modo a analisar a contribuição do Pibid para formação acadêmica e a sua importância enquanto experiência desenvolvida em sala. Inicialmente, ocorreram encontros para explicar a proposta e suas finalidades, nos quais foi exposto como o trabalho deveria ser executado para ter um bom rendimento. A elaboração de planejamentos específicos que seriam trabalhados com os alunos ocorria semanalmente, sendo preparados mediante pesquisas. A conclusão que se teve foi a de que o Pibid busca aproximar o futuro professor da realidade do cotidiano escolar, procura ser mediador entre a universidade e a escola dando suporte necessário para que assim conciliar teoria e prática. O Pibid, que tem por objetivo o aperfeiçoamento profissional, é uma importante forma de romper com as dificuldades encontradas pelos professores recém-formados, de relacionar a teoria à prática, proporcionando aos bolsistas a oportunidade de adquirir experiências em sala, além de procurar resolver as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem. Trabalhar em cima de projetos é de suma importância para a educação, pois é a partir dele que o professor irá criar situações de aprendizagem, visando assim atingir o objetivo da educação que é a formação integral do indivíduo.

Palavras-chave: Formação docente. Pibid. Relato de experiência.

**DEBATENDO GÊNERO EM SALA DE AULA: VIVÊNCIAS DA PRÁTICA DOCENTE NO
ENSINO DA SOCIOLOGIA POR MEIO DO PIBID**

Carolina Farias de Lima (UEMS-Paranaíba)

Carlos Eduardo França (UEMS-Paranaíba)

O presente trabalho analisou as questões de gênero em sala de aula a partir das atividades desenvolvidas pelos alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS-Paranaíba). Os relatos das experiências que envolveram as questões de gênero são advindas das ações do PIBID na turma do segundo ano do ensino médio de uma escola pública da cidade de Paranaíba-MS. Para elaboração da atividade de iniciação à docência, levamos em consideração a atual conjuntura da educação pública brasileira, o Plano Nacional de Educação (PNE), as normas das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCN) de sociologia, e o Projeto Político Pedagógico da escola. Os bolsistas desenvolveram junto com a classe um seminário que abordou a história dos movimentos sociais, sendo elesso movimento negro, feminista, sem terra, estudantil, LGBT, dentre outros. Entretanto, o movimento que mais causou polêmica e discussão na sala de aula foi o movimento LGBT. A externalização de discursos homofóbicos em sala de aula nos permitiu refletir sobre os elementos culturais da cidade de Paranaíba/MS baseados na dominação masculina e na heteronormatividadecompulsória. A falta da abordagem do tema LGBT nos materiais didáticos aprovados pelo PNL 2015, associado a não abordagem apropriada deste tema pelos professores lotados nas disciplinas de sociologia nas escolas de Paranaíba-MS, promovem a naturalização dessas formas de preconceito manifestadas pelo senso comum dos alunos. As intervenções do subprojeto PIBID de Ciências Sociais visou promover debates e possibilidades de incorporação de novos elementos culturais na subjetividade desses alunos, tendo em vista despertar a imaginação sociológica e contribuir para uma sociedade mais humana, com sociabilidades que convivem democraticamente com as diferenças.

Palavras-chaves: Gênero. Sexualidade. Heteronormatividade. PIBID.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: nossa escola mais humana

Telma de Souza Garcia Grande

O projeto “Nossa Escola Mais Humana” surgiu da proposta sugerida pela Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul para que fosse promovido nas escolas estaduais. Em perspectiva de experimento, desenvolveu-se na Escola Estadual

Hermínia Barbosa Leal, pelos bolsistas do PIBID. O objetivo primordial estabelecido foi mesclar informação e conscientização ao conhecimento, ou seja, levar informações acerca da problemática e, ao mesmo tempo, estimular o aluno a se movimentar, expandir, testar, descartar e expressar tudo o que observa na sociedade por intermédio da técnica teatral em prol do tema principal: Direitos Humanos e Cidadania. Na perspectiva de bolsistas ativos na escola em questão, percebeu-se uma expectativa por parte dos alunos em um âmbito mais lúdico e menos deliberativo no sentido formal e tradicional do ensino aprendizagem- quadro, giz, caderno e caneta. Nessa perspectiva, optamos por dividir a turma em grupos de pesquisas. O intuito era aplica-se na aquisição de informações e conhecimentos acerca do tema principal – “Direitos Humanos e Cidadania”, trabalhando dessa forma a capacitação dos alunos na área de pesquisa e aquisição do próprio conhecimento, assim como sua internalização de informações adquiridas. Vale ressaltar que, o grupo formou-se por alunos de diferentes turmas do ensino fundamental – 6º, 7º, 8º e 9º anos. Antes de efetuar a divisão dos grupos, houve uma orientação inicial pertinente ao conteúdo motivador, para nortear as demais fases de execução do projeto por meio de vídeos informativos, reprodução de textos teóricos, debates, filmes e documentários de forma retroativa. Por fim, baseado nas pesquisas e nos trabalhos por eles efetuados, possibilitou-se a criação de uma peça teatral por eles também protagonizados. Ao concluir esta etapa, os alunos voltaram a apresentar aos demais em termos de concretização da execução do projeto. Logrando desta forma, êxito nos aspectos ensino-aprendizagem e desempenho social por parte da comunidade escolar.

Palavras-chaves: Direitos-humanos. Cidadania. Conhecimento e capacitação.

ESPERAR PRA QUE! É POSSIVEL FAZER DIFERENTE?

Hernani Dorindo Piran (UEMS-Paranaíba/CAPES)

Djalma Querino de Carvalho (UEMS-Paranaíba)

É estimulante saber que nosso posicionamento crítico diante do mundo ao nosso redor se dá pela produção científica, resultante das mais diversas inquietações promovidas junto ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), percebe-se um grande número de trabalhos desenvolvidos, como os relatos de experiências metodológicas, os diversos aspectos relevantes para um melhor preparo para a docência, diferentes materiais sobre o preparo para a realidade das salas de aulas, a capacidade de identificar problemas de ensino-aprendizagem etc. As contribuições das produções acadêmicas do PIBID são extremamente positivas neste cenário, algumas tomam um caráter importante, onde se percebe a possibilidade de formatá-las a partir das experiências significativas, ou seja, as que deram certo. É interessante saber que temos além da possibilidade da criação de novos métodos a capacidade de introduzi-las em diferentes localidades e por fim demonstrar os resultados significativos que os caminhos do programa vêm desenvolvendo nos cursos de licenciatura no século XXI.

Nesta produção textual nós delimitaremos em pensar nas diversas possibilidades positivas em prover um ensino de sociologia, onde se percebe uma forte resistência na oferta da disciplina em governos reacionários, o interessante, a saber, é que nunca antes tivemos tanta contribuição na produção científica como vemos hoje, outro ponto importante é que a sociologia por meio deste recurso conseguiu acessar cada dia mais a escola, deixando claro que as possibilidades de fazer diferente diante da realidade posta são possíveis, portanto diante do acordado, devemos levar em consideração, que a contribuição científica é um braço poderoso no papel de agente capaz de estimular muitos a se libertarem das amarras que os prendem no ensino.

Palavras chave: Ensino. Produção científica. Governos reacionários.

O DICIONÁRIO COMO RECURSO DIDÁTICO PARA A AMPLIAÇÃO LEXICAL DO ALUNO

Franciele Rodovalho Ferreira (G-UEMS/CAPES/PIBID/UUC)

Luiz Felipe dos Santos Henrique (G-UEMS/CAPES/PIBID/UUC)

Alessandra Leme Vezzali (SED /CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/ CAPES/PIBID/UUC)

A prática do uso do dicionário em sala de aula ainda não é uma prática costumeira na vida escolar do aluno. Tendo em vista que o dicionário é um excelente recurso didático a ser explorado durante o processo de ensino-aprendizagem de línguas, neste trabalho apresentam-se resultados sobre a inclusão do dicionário bilíngue nas aulas de Língua Inglesa por meio das atividades desenvolvidas na Escola Estadual São José, no segundo semestre de 2015, com a turma do 8º ano do período matutino. A intervenção pedagógica teve como supervisora a professora Alessandra Leme Vezzali. As estratégias de ensino-aprendizagem foram elaboradas pelos bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/CAPES do subprojeto de Letras). Baseado nas observações do cotidiano escolar verificou-se que o aluno ainda tem dificuldade em manusear o dicionário escolar bilíngue. Dessa forma, procuraram-se algumas soluções para superar essa dificuldade, a fim de elucidar a funcionalidade do dicionário para o aluno. Para tanto, foram utilizados os subsídios teóricos e metodológicos de Dargel (2011). Para poder realizar essas atividades didáticas, solicitou-se que o aluno trouxesse um dicionário bilíngue de orientação escolar. Como a professora titular da turma estava trabalhando o meio ambiente como tema transversal, produziram-se algumas atividades que agregassem tanto a explicação sobre a estrutura (macro e micro) do dicionário como a tentativa de conscientizar o aluno sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e, assim, modificar atitudes perante o mundo que o cerca. Por fim, o aluno, ao conhecer os diversos recursos didáticos do dicionário, adquiriu mais um domínio auxiliar na compreensão e

produção do sentido global do texto e, conseqüentemente, ele obteve também ampliação do conhecimento lexical da língua alvo.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem de língua. Lexicografia didática. Léxico e vocabulário.

I ENCONTRO DE EDUCADORES SOCIAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAÍBA/MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Leal de Souza (SEMAS)

Lucinéia Silva de Freitas (SEMAS)

Simone Silveira dos Santos (LBV)

A Assistência Social no Brasil é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, assegurada pela Constituição Federal de 1988. Dessa maneira é fundamental expor e problematizar como ocorre a materialização dos serviços ofertados e o trabalho dos profissionais que a executam. Este texto apresenta um relato de experiência de um grupo de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS realizado com Educadores Sociais da rede sócio assistencial da região do Bolsão Sul-matogrossense, que apresenta as demandas percebidas no I Encontro de Educadores Sociais da Assistência Social de Paranaíba-MS. A partir da observação promovemos uma discussão a respeito da identidade do Educador Social, os desafios para sua prática, bem como as necessidades formativas. Nesse sentido, utilizamos como subsídios teóricos: Paulo Freire (1981, 1994, 1997); Valéria Aroeira Garcia (2010); Moacir Gadotti (2008); Roberto da Silva (1991); José Carlos Libâneo (2001), entre outros. Trata-se de pesquisa qualitativa, com a obtenção dos dados para elaboração deste relato, por meio de observação, registros fotográficos, anotações em diário de bordo e avaliação. Partindo das informações coletadas no evento, foi possível verificar que os profissionais que atuam como educador social está frente a um grande desafio para desempenhar sua práxis no que concerne a necessidade de formação e aperfeiçoamento, tornando-se assim fundamental maiores investimentos nesta área.

Palavras-chave: Educador Social. Formação Continuada. Prática.

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO CAMUFLADO NOS DIZERES POPULARES

Natália de Oliveira Medeiros (G-UEMS/CAPES/PIBID)

RafaelaTayná Moraes Maia (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Alessandra Leme Vezzali (SED/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

Uma variedade linguística reflete aspectos ambientais (tanto sociais quanto físicos) da sociedade de que é um instrumento de interação. Dessa forma, os indivíduos de um espaço linguístico se dividem em grupos definidos pelas diferenças de gênero, faixa etária, classe social e sexo entre outras variáveis. A escola, por sua vez, é o lugar onde há o espaço, ou deveria haver, para se discutir sobre a existência das variedades e, por meio do estudo delas, levar o aluno à reflexão de que, além de estabelecer comunicação, a língua pode ser usada ainda para excluir, incluir ou manipular as pessoas. Desse modo, o estudo do léxico passa pela importância de apreendermos o uso significativo das unidades lexicais de uma língua natural. Nesse sentido, espera-se entender e apreender a função do item léxico dentro do enunciado, o qual dependerá principalmente do contexto e da intenção dos interlocutores. Tendo como objeto de análise diversos dizeres populares, o presente trabalho teve como subsídios metodológicos a tese de Dargel (2011) e teve o intuito de demonstrar para o aluno do 8º ano da Escola Estadual São José, Cassilândia – Mato Grosso do Sul, a ideologia presente nessas frases, os logismos que circulam em nosso meio e, assim, despertar no aluno do Ensino Básico a criticidade e o potencial de compreensão em dizeres como *você está na minha lista negra*.

Palavras-chave: Léxico. Variedade linguística. Preconceito. Dizeres populares.

O USO DO LIVRO DIDÁTICO: UMA EXPERIÊNCIA DO PROJETO PIBID NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

Renato Bezerra Almeida (G-UEMS)

Djalma Quirino Carvalho (UEMS)

O presente resumo tem como objetivo relatar as experiências em sala de aula na escola José Garcia no ano de 2015 pelo projeto PIBID, onde pude observar como, por exemplo, se dá utilização do material escolar, o livro. O mais importante objeto de orientação tem recebido grande atenção dos seus publicadores como se percebe, além da sua atualização que sempre se dá a cada três anos, temos um conteúdo pontual no que se trata de discussão de formação do pensar social e este importante material

vem com um adendo em sua capa onde informa que é propriedade do aluno, podendo este permanecer com o livro mesmo fora da escola para posteriores pesquisas. Mas nestas observações e por meio do relato de alunos e professores posso constatar que a orientação não vem sendo cumprida. A pesquisa pautou-se em experiências e observações, via método dedutivo, pretende-se retratar como é o andamento da disciplina de Sociologia no ensino público atual. Além de pesquisas na sala de aula, ele tem sido aplicado pelo professor de forma ineficaz, pois transcreve-se o material do livro para a lousa e posteriormente os alunos copiam em seus cadernos, assim causando um certo desperdício de tempo, pois os alunos já obtém registrado no livro o conteúdo a ser copiado, e essa falta de otimização do tempo poderia ser mais produtivo com discussões, debates e esclarecimentos sobre o texto. São diversas as razões para este material não ser entregue em tempo integral, mas que de qualquer forma devemos superá-las o quanto antes a fim de diminuir o impacto causado na aprendizagem destes alunos do ensino público.

Palavras-chaves: Experiências. Sociologia Sala de aula. Ensino público.

OS ANIMOTOPÔNIMOS NA TOPONÍMIA RURAL HUMANA DE TRÊS LAGOAS (MS)

Gisele Alves de Souza (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (CNPQ/UEMS/ATEMS)

Por intermédio do ato denominativo, refletem-se aspectos da realidade circundante de uma dada comunidade. A Toponímia é uma disciplina pertencente à Onomástica e tem como finalidade pesquisar e analisar os nomes próprios de lugares. Segundo Dargel, “os topônimos configuram-se como signos linguísticos que remetem de maneira acentuada os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, físico-geográficos, humanos, biológicos, enfim todas as forças sociais atuantes no momento da nomeação de um lugar (2003, p.17)”. Neste trabalho, apresentamos uma análise preliminar sobre os animotopônimos dos acidentes humanos da toponímia rural humana de Três Lagoas - MS. Este estudo resulta em um recorte da pesquisa que está em andamento para a conclusão do Curso de Letras – Habilitação Português/Inglês, na UEMS/UUC. Temos o objetivo de inventariar, classificar e analisar os topônimos humanos rurais do local pesquisado. Para tanto, utilizamos como fonte de pesquisamapasdo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na escala de 1:100.000, de acordo com a metodologia do Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS) ao qual o *corpus* desta pesquisa está relacionado. Os Topônimos foram classificados seguindo as taxionomias toponímicas propostas por Dick. Esse modelo de classificação toponímica abrange 27 taxionomias, sendo subdivididas da seguinte forma: 11 (onze) de topônimos de natureza física e 16 (dezesseis) de natureza Antropo-Cultural. Apesar de a localidade apresentar os hagiotoipônimos como a taxa mais produtiva, optamos por analisar os animotopônimos que também apresentaram bastante incidência no *corpus* analisado. Conforme o modelo de classificação de Dick, os Animotopônimos fazem parte da taxionomia de natureza Antropo-Cultural e evocam conceitos

abstratos, relacionados à vida psíquica, à cultura espiritual, a estados anímicos. Acrescentamos o aporte teórico de (Isquierdo 1996), visto que ela acrescentou uma subdivisão dos animotopônimos em dois termos: *eufóricos* e *disfóricos*. Enfim, notamos a presença marcante dos aspectos psíquicos e subjetivos como elementos influenciadores do designador/enunciador no momento de nomeação no universo pesquisado.

Palavras-chave: Topônimos. Três Lagoas. Animotopônimos.

OS TOPÔNIMOS DAS PROPRIEDADES RURAIS DE BATAGUASSU-MS

Juliana Paula da Silva (G-UEMS)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CNPQ)

Este trabalho tem como objeto de estudo a classificação taxionômica e a análise dos dados toponímicos predominantes na denominação das propriedades rurais do município de Bataguassu-MS. Por intermédio de um estudo toponímico, podemos identificar crenças, fatos linguísticos e até mesmo as ideologias de uma comunidade linguística. Esses valores podem ser permanentes ou não dentro de uma comunidade. Sendo assim, a toponímia tem se mostrado um campo rico de pesquisa dentro dos estudos onomásticos. A Onomástica é uma ramificação da Linguística que estuda o nome próprio e é subdividida em duas disciplinas: Antroponímia: estuda os nomes próprios de pessoas; e a Toponímia: dedicada a pesquisar e a analisar os nomes próprios de lugares. Para tanto, no decorrer desta pesquisa foram estabelecidos estes objetivos: inventariar os topônimos a partir do Mapa Municipal Estatístico do município de Bataguassu-MS, de escala 1:100.000, Mapa oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificando-os de acordo com as taxionomias propostas por Dick (1992); no qual são apresentados 27 elementos taxionômicos, divididos em 11 Taxionomias de Natureza Física e 16 Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural, além disso, o trabalho teve como propósito o plano onomasiológico de investigação, a partir da extração dos topônimos rurais humanos de Bataguassu-MS. Acreditamos que o princípio básico que rege a nomeação dos acidentes físicos e humanos desta região, consiste numa forte relação entre o homem e o meio, uma vez que o homem se apodera desses elementos que constituem o seu *habitat*, ao qual ele designa nomes, como uma maneira de se situar no espaço em que vive.

Palavras-chave: Onomástica. Toponímia rural humana. Léxico.

**PIBID SUBPROJETO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS DE PARANAÍBA COMO
INSTRUMENTO DE LUTA POR RECONHECIMENTO**

Wellington Aparecido Santos Lopes (UEMS)

Carlos Eduardo França (UEMS)

O trabalho narra a experiência de iniciação à docência realizada no 2º ano do ensino médio, do período matutino, da Escola Estadual Aracilda, cidade de ParanaíbaMS. Como parte das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID, subprojeto de Ciências Sociais da UEMS/Paranaíba, realizamos no 3º bimestre da rede pública de educação do ensino médio do ano letivo de 2015 uma atividade junto aos alunos, na qual desenvolveram uma pesquisa sobre os movimentos sociais. Após a pesquisa, os estudantes apresentaram os resultados dos seus trabalhos na forma de seminários e paródias, onde fizeram a reconstituição histórica da trajetória dos movimentos sociais de caráter e organização popular, ressaltando as origens dos agentes potencializadores da desigualdade de raça, classe e gênero no contexto de formação do país, tendo como base a trajetória das contradições e antagonismos dos movimentos sociais no Brasil. Dentre as apresentações realizadas pelos alunos na sala de aula e anfiteatro da escola, os debates promovidos em relação à pesquisa sobre o movimento negro provocaram um interesse peculiar dos alunos, e evidenciou a busca por reconhecimento e identidade nas apresentações realizadas na escola. Por fim, concluímos que as ações do subprojeto de Ciências Sociais, PIBIDUEMS, têm como objetivo desenvolver a iniciação à docência, bem como traz à tona a importância em trabalhar temas por meio de conceitos e teorias adequados, tendo em vista promover o reconhecimento e a luta em prol da igualdade humana, como o combate ao racismo.

Palavras-chave: Racismo. Identidade negra. Educação.

HAGIOTOPONÍMIA EM ÁGUA CLARA-MS

Franciele Rodovalho Ferreira (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

Toponímia, em seus estudos, explica de forma sistemática a relação entre o homem e o espaço, por meio da análise de um designativo. Desse modo, um estudo toponímico leva em consideração que o nome próprio de lugar além de localizar o ser no espaço, possibilita fazer um resgate histórico, sociocultural e linguístico de uma comunidade. Neste trabalho, temos por objetivo discutir a influência do sagrado no processo de

nomeação dos elementos geográficos rurais humanos da cidade de Água Clara-MS. As fontes de pesquisa foram as cartas cartográficas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na escala de 1:100.000. Baseados nos preceitos teórico-metodológicos de DICK (1990a, 1990b), os nomes de lugar foram classificados de acordo com a sua motivação toponímica. Dos 482 topônimos inventariados e classificados, 117 topônimos são oriundos dos nomes sagrados de diferentes crenças (*hierotopônimos*). Dentre os *hierotopônimos*, 104 topônimos são originários do hagiológico católico (*hagiotopônimos*), além de 13 topônimos relativos a efemeridades religiosas. Por meio dos dados analisados, constatou-se que os valores e crenças transmitidos por gerações e gerações se fazem presentes no pensamento coletivo de um povo e, assim, refletem-se no léxico toponímico de um determinado espaço. Os dados coletados e analisados serão vinculados ao banco de dados *online* do projeto ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul).

Palavras-chave: Linguística. Toponímia. Hagiotoponímia.

PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS COMO ESTRATÉGIA A DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Ana Angelica Silva Rodrigues de Oliveira

Rayane Aparecida da Silva

Roberto Soares Ferreira

O PIBID subprojeto Interdisciplinar realiza através da oficina “*ecoletras*”, o cultivo e doação de mudas de árvores nativas do bioma cerrado, permitindo assim, a disseminação entre os alunos e a comunidade, dos conceitos relacionados aos princípios ecológicos de reciclagem e sustentabilidade. O trabalho vem sendo desenvolvido na escola Estadual Hermelina Barbosa Leal, com o objetivo de propiciar aos alunos do ensino regular, o engajamento acerca dos conhecimentos ligados à educação ambiental por meio de aulas teóricas com a utilização de diversos gêneros textuais sobre a conscientização “ecológica”. A metodologia consiste na produção de mudas nativas encontradas na região centro-oeste, como o Ipê Amarelo (*Tabebuia chryso-tricha*) e a Pata de Vaca (*Bauhinia forficata*). Os alunos, separados em grupos, são responsáveis pela realização de todas as etapas do trabalho, que abrange desde a captação de garrafas pet (recorte e perfuração), preparo da terra, plantio das sementes, irrigação e manutenção das mudas. Os conceitos são apresentados, discutidos e observados na prática, assim como em sala de aula, com a busca teórica dos conhecimentos e maior assimilação dos conteúdos através da produção textual. Acredita-se que esse método tem contribuído para a formação dos estudantes, permitindo aos interessados à obtenção de informação necessária para a conquista do desenvolvimento sustentável. Esta ação tem grande importância no ambiente escolar,

pois permite a interação entre a universidade e a escola, através da transmissão do conhecimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Bioma Cerrado. Práticas escolares.

PROJETO CONHECENDO AS PROFISSÕES: um olhar para o futuro

Greiby Cristina da Silva Souza (UEMS/PIBID)

Milka Helena Carrilho Slavez (UEMS/PIBID)

O presente trabalho descreve a experiência desenvolvidas por estagiários do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, comalunos do 3º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Ermírio Leal Garcia do período vespertino. O objetivo do Projeto desenvolvido foi reconhecer a importância da leitura e escrita, tendo como tema as diferentes profissões, tanto as que eles já conhecem como as novas profissões enriquecendo seus conhecimentos sobre o assunto. Tendo em vista a escola como espaço educativo que irá possibilitar às crianças a vivência da cidadania e trocas sociais, afetivas e a dignidade ressaltamos a importância dos trabalhadores no contexto social, visando a valorização das profissões almejadas pelos alunos, para que eles socializassem suas preferências, expusessem seus sonhos, suas vontades e desse modo, fomos discutindo a importância da leitura e escrita para se alcançar um sucesso profissional. Fundamentamos nosso trabalho em Ferreira (2011), pois concordamos que a escola deve incentivar o saber o trabalho e a vida, todas as formas e em todos os níveis, como um direito. Isso implica em criar possibilidades concretas do jovem de realizar suas competências e desenvolver-se por meio da educação e do trabalho. Com isso, a partir desse projeto as crianças terão a oportunidade de perceber a necessidade de estudar e buscar conhecimento para conquistar a profissão desejada tendo em vista que o trabalho se faz necessário para o homem se humanizar e tornar-se um cidadão de bem. A metodologia utilizada a princípio se baseia na Pedagogia de Projetos com apoio teórico dos autores Fernando Hernandez e Josette Jolibert. Conseguimos por meio de atividades dinâmicas despertar nos alunos o interesse para a participação durante as aulas desenvolvidas no projeto do PIBID, todos tiveram a oportunidade de expor seus sonhos e debater sobre o quanto é importante a escola para a construção dos seus objetivos para o futuro.

Palavras-chave: Leitura e escrita. Pedagogia de Projetos. Profissões

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL? RELATO DE EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDAS COM JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Fabiano Aparecido Souza de Jesus (UEMS)

Carlos Eduardo França (UEMS)

O trabalho relata uma experiência de iniciação à docência em sala de aula do 3º ano do ensino médio na Escola Aracilda Cícero Corrêa da Costa, cidade de Paranaíba/MS, como uma das atividades desenvolvidas pelo subprojeto PIBID de Ciências Sociais. Os crimes com autoria de menores de 18 anos atingem o universo do pensamento coletivo como delitos impunes ou passíveis de penas brandas, o que influencia o surgimento de uma demanda de grande parte da população por mais segurança. No sentido de dar respostas às demandas da sociedade, as autoridades políticas buscam soluções, muitas vezes arbitrárias, como a proposta da redução da maioridade penal. Com a lei tramitando no Senado, procuramos trabalhar o tema da redução da maioridade penal na escola junto aos alunos do 3º ano, partindo do conhecimento dos alunos sobre o assunto por meio das seguintes questões: será que a redução é a solução? Como a grande maioria se manifestou a favor, utilizamos três pontos para estimular a reflexão e o desenvolvimento do assunto, sendo eles o perfil dos jovens no país, a punição por meio da fundação casa e também a cadeia como solução para redução da criminalidade. Expomos que 0,01% dos jovens cometem crimes hediondos e que é muito mais fácil investir em uma política de prevenção e recuperação do que colocar esses jovens em uma cadeia com adultos, e discutimos os seguintes dados: um preso tem um custo enorme para os cofres públicos de aproximadamente R\$ 1.800.00 reais por pessoa, enquanto o custo de um estudante gira em torno de R\$ 247,75 reais por pessoa. Após as discussões em sala, propomos uma atividade aos alunos e constatamos que muitos estudantes mudaram o seu ponto de vista de apoio à redução da maioridade penal, passando a olhar mais para como tratar o jovem infrator diante das suas condições sociais e precariedades que existem no sistema penitenciário e na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Maioridade penal. Jovens. Cadeia.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS ATIVIDADES DO PIBID - SUBPROJETO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UEMS - PARANAÍBA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS
CONTEMPORÂNEOS**

Reynoold Medeiros Duarte (G-UEMS)

Carlos Eduardo França (UEMS)

O tema abordado no trabalho é o relato de atividades de iniciação à docência desenvolvidas na sala de aula do 2º ano D do Ensino Médio noturno na escola Estadual Aracilda C. Corrêa Costa, situada no município de Paranaíba/MS. O objetivo foi orientar e acompanhar os alunos na elaboração e desenvolvimento de seminários, desde a pesquisa na internet até a forma de apresentação para o restante da turma sobre as temáticas trabalhadas. A proposta foi desenvolver nos alunos as técnicas de elaboração e exposição de um seminário, orientando-os a pesquisar sobre os temas do terceiro bimestre referentes aos movimentos sociais. Para tanto, dividimos os grupos, atribuindo-os temas diferentes sobre os movimentos sociais. Os grupos trabalharam os movimentos negro, LGBT, hippie, ambiental, MST e o estudantil. Na sala de tecnologia os alunos pesquisaram sobre os assuntos e escolheram duas formas de apresentar os seminários: uns dividiram entre todos do grupo uma parte a ser exposta; outros estudaram tudo e cada um ficou responsável por explicar oralmente. Cada duas apresentações ocuparam uma aula de 50 minutos. Alguns grupos utilizaram recursos de mídia como o data show, com slides, e outros usaram cartazes e leitura do material pesquisado como base do seminário. Após o término das apresentações de todos os trabalhos, a professor regente da disciplina de sociologia dialogou com os alunos sobre as notas, avaliando cada grupo em seus pontos positivos e negativos. A falta de comprometimento na elaboração e apresentação dos seminários foi notada apenas em uma pequena parcela dos alunos, visto que a maioria se empenhou em pesquisar, elaborar e apresentar um bom seminário sobre os movimentos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Sociologia. Técnica do seminário.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ÉMILE DURKHEIM E O FATO SOCIAL

Viviane Salú Silva de Freitas (UEMS)

Como acadêmica observei que o aprendizado não está somente no conhecimento teórico, mas é preciso uma iniciação da prática docente participando na sala de aula mesmo não formada, para nos deparar com a atual realidade das escolas, o processo é totalmente diferente da teoria estudada, uma realidade bem diferente do que pensamos. O objetivo que relatarei é as experiências vivenciadas enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), instituído pelo Ministério da Educação e gerenciado pela CAPES. Programa vinculado a UEMS, na disciplina de Sociologia Ensino Médio, que nos coloca em total contato com a vivência do professor da rede pública. Nesse sentido, atuei na Escola Estadual José Garcia Leal, no 1º Ano do Ensino Médio, sob a supervisão do professor Adenir Domingos, na preparação e intervenção em sala de aula com as principais correntes teóricas da sociologia clássica e a investigação social, tendo como teórico Émile Durkheim e o Fato Social. A metodologia usada foi dividida em duas partes a primeira explicou quem foi Durkheim, seguido da explicação do fato social, da consciência coletiva, as formas de solidariedades sociais, coesão social, e em segundo momento foi apresentado vídeos que deixaram claro o tema. Aula apresentada com slides, seguido de discussões dos alunos e do supervisor. O resultado dessa intervenção foi além do que esperava, pois em dias de aula os alunos não despertam interesse algum no conteúdo, porém os alunos corresponderam às expectativas: colocando seus argumentos e citando exemplos, cada um agiu de forma inesperada com suas opiniões. Nesse processo de acompanhamento dos alunos pude perceber a importância do PIBID na formação de futuros professores, pois vivenciamos a rotina de preparação de plano de aula, preparação de provas e da própria aplicação da prova. Desta forma observo nos acadêmicos do PIBID, que são colocados em situação real da prática docente que é importante na formação enquanto acadêmicos de licenciatura em sociologia.

Palavras-chave: Durkheim. Fato Social. Prática docente.

RELATOS DE DOCÊNCIA: APRENDENDO NA PRÁTICA

Marco Lúcio dos Santos Marin (G-UEMS)

O tema abordado no trabalho é o ensino sobre movimentos sociais transnacionais na sala de aula em uma escola do Ensino Médio, na cidade de Paranaíba, estado de Mato Grosso do Sul. O seu objetivo é apresentar a experiência de ensino-aprendizagem de acordo com as estratégias didático-pedagógicas utilizadas para trabalhar o tema no segundo ano do Ensino Médio da escola onde o PIBID (Programa Institucional de

Bolsas de Iniciação à Docência), subprojeto Ciências Sociais da UEMS de Paranaíba, está sendo desenvolvido. O tópico específico desenvolvido na aula foi sobre como os movimentos sociais transnacionais usam as novas tecnologias para se organizarem e como esses movimentos excedem as fronteiras de seu estado-nação de origem. Primeiramente foi traçada uma breve apresentação histórica sobre o desenvolvimento das tecnologias desde a segunda metade do século XX até os dias atuais, voltando maior atenção às discussões sobre a forma como esses movimentos se organizam, quais os movimentos transnacionais de maior representatividade e as principais causas defendidas por esses movimentos. Por uma opção conceitual e metodológica, foram adotados como recursos didáticos artigos científicos localizados na internet, por trazerem elementos significativos para a abordagem pretendida. Com esse material, foi elaborado um plano de aula junto ao professor supervisor, utilizando como metodologia de ensino de Sociologia a discussão dos pontos previamente organizados para o desenvolvimento de uma aula dialogada e a entrega do texto sobre o tema para os alunos lerem, visando o desenvolvimento de debates em sala. Os resultados foram satisfatórios, visto que a maioria dos discentes presentes participaram das atividades propostas, o que favoreceu o desenvolvimento da aula, como também as discussões e aprendizado em torno do tema proposto. Desta forma, a atividade promoveu a minha inserção como bolsista do PIBID na iniciação à docência, e promoveu o ensino-aprendizagem do conteúdo.

Palavras-chave: Movimentos sociais transnacionais. Movimentos sociais como exemplos contra hegemônicos. Ensino de Sociologia.

RELATOS DE UMA CONQUISTA EM PROL DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS

Lucinéia Silva de Freitas (EAD/UFMS)

Maria Ângela Pereira Pedroso (EAD/UFMS)

O presente texto refere-se ao relato da conquista de uma pós-graduação lato-sensu em Educação Básica do Campo, ofertada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS coordenadoria de educação aberta e a distância em parceria com a Secretaria de Educação do município de Paranaíba, com o objetivo de formação continuada dos professores das redes municipal e estadual, nesse sentido, o curso teve início em dezembro de dois mil e quatorze, com data prevista para término em julho de dois mil e dezesseis. A organização ocorre da seguinte maneira: Encontro de Abertura: preparando a terra; e mais onze Encontros Presenciais: semeando, cultivando e colhendo; o III Seminário Estadual de Educação do Campo de MS: gestão compartilhada e práticas político-pedagógicas e o IV Seminário Estadual de Educação do Campo de MS, sendo obrigatória a presença de todos. Vale ressaltar que os seminários previstos no cronograma se materializarão em Campo Grande/MS, com objetivos de apresentações de trabalhos científicos e trocas de experiências e no

último, todos discentes deverão apresentar o trabalho final de conclusão de curso. A pós-graduação está dividida por módulos e são norteados por eixos temáticos com intuito de promover reflexões acerca de questões que envolvem a educação no/do campo. Dessa maneira, os estudos são alicerçados a partir de uma perspectiva qualitativa, e, para embasar as reflexões por ora empreendidas são de cunho bibliográficos e de pesquisas de campo.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação Básica do Campo. Educação no/do Campo.

SOCIOLOGIA, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO

Renato Amorim (UEMS)

Carlos Eduardo França (UEMS)

O trabalho apresenta algumas significações e estruturações dos valores sócio-ideológicos presentes no âmbito escolar, e suas consequências para a dinâmica da disciplina de sociologia no Ensino Médio. Por meio de pesquisa bibliográfica, adentramos as concepções dos autores Louis Althusser, François Dubet, Pierre Bourdieu e Karl Mannheim, e fizemos interlocuções com outros autores como István Mészáros, Dermeval Saviani e Florestan Fernandes. Dentro de uma perspectiva crítica, analisamos algumas significações estruturais na sociedade contemporânea, e abordamos suas contradições e seus antagonismos, bem como o papel da escola para a homogeneização desses antagonismos, evidenciando a perpetuação das desigualdades sociais. A escola tem seu papel de transmissão do capital cultural adquirido pela humanidade, sendo ele manipulado e restringido por parte de uma parcela hegemônica. A sociologia trás em seu bojo uma pluralidade de pensamentos, que estimula o questionamento e o repensar de vários princípios explicativos e teóricos, o que permite trazer à tona novas interpretações sobre a vida social. Enquanto disciplina no Ensino Médio, a sociologia tem o propósito de estimular o desenvolvimento da imaginação sociológica nos alunos, por meio do trabalho dos temas através dos conceitos vinculados aos teóricos das Ciências Sociais, com o objetivo de apresentar aos estudantes outras formas de analisar e conceber a realidade social. No entanto, as lacunas na formação de profissionais das Ciências Sociais e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho repercutem em obstáculos para desenvolver um ensino de sociologia de qualidade no Ensino Médio. Essas lacunas formativas impactam no desenvolvimento cognitivo dos alunos no que tange à percepção das concepções ideológicas que estão presentes na sociedade capitalista contemporânea.

Palavras-chave: Sociologia. Educação. Ideologia.

A MÚSICA NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Beatriz Oliveira Costa (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Letícia de Paula Silvia (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Telma de Souza Garcia (UEMS/CAPES/PIBID)

Este trabalho tem como objetivo relatar como foram desenvolvidas as atividades do PIBID (Programa Institucional Brasileiro de Iniciação à Docência), a partir do uso de música no ensino de língua estrangeira e qual a importância do método em tal disciplina. A ideia fundamental dessa intervenção realizada com o aluno do segundo ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Hermelina Barbosa Leal – Cassilândia/Mato Grosso do Sul, foi trazer a língua inglesa para o cotidiano do aluno, de uma forma interativa e mais prazerosa do que costumam ser as aulas tradicionais de Língua Inglesa. Nessa perspectiva, tentou-se auxiliar o aluno do Ensino Básico a ampliar o acervo lexical da língua alvo e buscou-se, também, ajudá-lo a desenvolver a pronúncia dos novos itens lexicais aprendidos. As músicas foram selecionadas de acordo com o conteúdo que estava sendo estudado pelo aluno em sala de aula, para que as novas aquisições linguísticas ocorressem de uma maneira em que o aluno exercitasse o que lhe foi transmitido e pudesse, assim, comunicar-se melhor no idioma estrangeiro. A tradução da música foi trabalhada em sala de aula, focalizando-se sempre como produto último a compreensão do sentido global do texto, diretamente com o aluno e professora supervisora. Desse modo, entende-se que a compreensão do objeto de trabalho pelo aluno foi facilitada e, assim, houve resultado satisfatório da intervenção efetuada, uma vez que o aluno melhorou o vocabulário, entendeu a proposta executada e o texto e, principalmente, obteve mais autonomia no ensino-aprendizagem da Língua Inglesa.

Palavras-chave: Música. Língua estrangeira. Ensino.

O DICIONÁRIO BILÍNGUE DE ORIENTAÇÃO ESCOLAR COMO RECURSO DIDÁTICO PARA AMPLIAR O CONHECIMENTO LEXICAL DO ALUNO

Caroline Costa Ferreira (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Stefânia Caroline Oviedo de Lima (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Alessandra Leme Vezzali (SED/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

O projeto solicitado pela instituição de ensino, Escola Estadual São José, no primeiro semestre de 2015, teve como objetivo proporcionar a conscientização do aluno do

oitavo e do nono anos para a importância da água e de como mudar atitudes no que se refere à preservação desse recurso hídrico. Como supervisora, a professora Alessandra Leme Vezzali deu autonomia para o desenvolvimento da estratégia didática, porém, subsidiando sempre a equipe do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do subprojeto de Letras-Português/Inglês da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Cassilândia). Para executar a intervenção pedagógica, foram realizados debates, competições e entrevistas com familiares, conduzindo-se, assim, o aluno do Ensino Básico a levar adiante a ideia de que preservar os recursos hídricos é necessário e o levando a refletir e a produzir discursos em busca de melhorias do meio em que vive. Nessa perspectiva, o aluno criou frases e aplicou, por intermédio do uso do dicionário bilíngue (Português/Inglês), palavras do cotidiano e as expôs em cartazes que envolvessem a temática. Buscou-se, durante a atividade, fazer uso de estratégias que levassem o aluno a uma melhor compreensão do assunto de forma intuitiva e descontraída. Com essa prática, o aluno interagiu com os colegas, aperfeiçoou a pronúncia e a escrita de unidades lexicais e, também, compreendeu os usos significativos desses itens, com todo o subsídio necessário dos bolsistas do Pibid. Desse modo, entende-se que o uso do dicionário como recurso didático foi essencial para expandir o horizonte do aluno, ou seja, para ampliar o conhecimento lexical dele, pois buscou entender e ter autonomia sobre a línguas portuguesa e inglesa, atingindo, assim, o objetivo delineado para a intervenção.

Palavras-chave: Léxico e dicionário. Recursos hídricos. Ensino de língua.

OS PROVÉRBIOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DA LEITURA À PRODUÇÃO DE FÁBULAS

Eloine Machado de Castro (CAPES/PIBID/G-UEMS/UUC)

Igor Nathan Camargo Santos (CAPES/PIBID/G-UEMS/UUC)

Alessandra Leme Vezzali (CAPES/PIBID/SED)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (CAPES/PIBID/UEMS/UUC)

O objetivo da atividade *Os Provérbios no Ensino do Vocabulário* foi o de proporcionar ao aluno do Ensino Básico o contato com essas unidades lexicais, o léxico geral da língua portuguesa e as fábulas, apontando-se, dessa forma, para as características fundamentais desses gêneros textuais. Assim, apresentou-se ao aluno variados exemplos de provérbios e fábulas como forma de que ele captasse bem as características de tal universo e estabelecesse a relação entre os gêneros textuais. Dessa forma, a proposta envolveu o aluno do 7º ano. A da Escola Estadual São José, cidade de Cassilândia-Mato Grosso do Sul. A execução do trabalho se deu por intermédio de apresentações orais e escritas dos provérbios pelos bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), orientados pela professora regente da turma-também supervisora do PIBID. O conteúdo da atividade tratou da

interpretação dos provérbios e da relação que pode ser feita entre os gêneros textuais fábulas e ditados populares, apresentando-se, para tanto, algumas exemplificações de provérbios e narrativas curtas. Ao longo do período em que se deu a execução da atividade, os discentes adquiriram experiência por meio de leitura e de produções textuais, aperfeiçoadas pela prática. Os resultados obtidos com essa aplicação foram surpreendentes, pois de leigos os alunos passaram a conhecer e a reconhecer os gêneros focalizados na intervenção didática. A evolução na escrita do aluno foi visível e constatada na última produção textual realizada pelo aluno da classe, momento em que os discentes tiveram que produzir uma fábula de acordo com o provérbio que lhe foi destinado, resultado que possibilitou ver claramente essa evolução do aluno do Ensino Básico na leitura e na produção de textos.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Léxico e ensino. Leitura e produção de textos. PIBID.

PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO: REFLEXÕES DE UMA EQUIPE DO PIBID

Agnes Carolina Anton Viana (PIBID/UEMS)

Jessica Ribeiro Neves (PIBID/UEMS)

Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS)

O presente artigo tem como objetivo relatar as experiências da equipe do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola estadual do município de Paranaíba, Mato Grosso do Sul. A análise busca fazer um estudo bibliográfico com o objetivo de entender as diferenças entre os processos de integração e inclusão dos alunos da Educação Especial. Discutiremos, também, por meio de relatos as metodologias aplicadas pelas estagiárias que tiveram como objetivo concretizar os processos de integrar e incluir os alunos durante os estágios proporcionados pelo Pibid, com atenção especial aos alunos inclusos. O estudo objetiva compreenderem quais momentos as estagiárias entendem que é fundamental fazer as adaptações para um melhor rendimento dos educandos. Ainda, procuramos observar o que está sendo feito para suprir as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, na intenção de que eles possam usar significativamente o que foi apreendido em suas práticas comunicativas diárias. Essa observação tem a intencionalidade de perceber a participação ativa das acadêmicas e dos alunos nas atividades, promovendo diálogos das ações e práticas educacionais como proposta de educação inclusiva. Para dar suporte ao nosso estudo usaremos os teóricos Bezerra (2012), Mantoan (1997), Sasaki (1997) e outros. Com este trabalho foi possível observar e vivenciar as práticas educativas como ferramenta de inclusão social, tanto para os PNE, quanto aos demais participantes do processo de ensino/aprendizagem desenvolvidos pela equipe do Pibid.

Palavras-chave: PIBID. Inclusão. Integração. Práticas educativas.

EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR MEIO DO PIBID

Daniel Leonel do Prado (UEMS/CAPES)

Irene Coelho Araujo (UEMS/CAPES)

O PIBID tem o intuito de ajudar na formação dos acadêmicos como futuros profissionais da educação e também ajudar os alunos do ensino fundamental suprindo suas falhas e/ou dúvidas no ensino e aprendizagem em Matemática. Com o auxílio dos acadêmicos do PIBID, os alunos podem descobrir seus potenciais matemáticos, assim aumentando os conhecimentos para estudos posteriores tanto nos ensinos fundamental e médio quanto no ensino superior. Este trabalho relata algumas das experiências vivenciadas pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul da Unidade Universitária de Cassilândia no Programa Institucional de Bolsa de Incentivo a Docência (PIBID), realizado nas escolas estaduais de Cassilândia. A atuação do PIBID de Matemática se dá por meio de várias atividades que envolvem acadêmicos, alunos e professores. Algumas dessas atividades são: reforço escolar, preparação para o ENEM, preparação para a OBMEP, confecção de materiais didáticos, participação em atividades extraclasse nas escolas participantes, etc. Com a aplicação de várias atividades, pode-se verificar a importância do PIBID para todos os envolvidos, acadêmicos, coordenadores e supervisores de área e alunos das escolas participantes.

Palavras-chave: Formação docente. Ensino de Matemática.

A RELEVÂNCIA DA LINGUAGEM ORAL NO PROCESSO EDUCATIVO: UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID

Jessica Adria Gonçalves (UEMS – PIBID/CAPES)

Débora Pereira de Carvalho (UEMS – PIBID/CAPES)

Cirana da Silva Araújo (UEMS – PIBID/CAPES)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti, (UEMS – PIBID/CAPES)

Sabe-se que, há muito tempo, a linguagem mais valorizada e ensinada nas escolas é a escrita, por ela ser um sistema mais formal, ao contrário da oralidade. Entretanto, a linguagem oral é o principal instrumento de comunicação devendo ser trabalhada desde o começo da vida da criança e, principalmente, mais planejada e sistematizada no processo de ensino-aprendizagem. Em vista disso, no presente estudo objetivou-se investigar a importância de se trabalhar a oralidade, principalmente por meio de atividades lúdicas, para a aquisição de aprendizagens significativas. O procedimento metodológico utilizado foi por meio da observação dos trabalhos realizados durante as regências no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em 2015, na Escola Municipal Professora Maria Luiza Corrêa Machado, da cidade de Paranaíba-MS, com alunos de 2º e 3º anos das séries iniciais. Foram trabalhadas, durante as aulas, leitura literária (oral), roda de conversa (dando voz aos alunos) e atividades interativas, grupais, que envolveram os participantes, despertando a criatividade e, também, a pesquisa. Concluiu-se que estimular a prática da oralidade: contribui para as práticas sociais dos alunos, como também, facilita o ensino de diversas disciplinas; permite que os alunos dialoguem e troquem ideias, ampliando seus conhecimentos por meio da interação proporcionada pela linguagem oral; faz com que os alunos compreendam os discursos de seus pares e organizem os seus de forma clara, coesa e coerente; permite que eles desenvolvam as habilidades linguísticas em 2015, na Escola Municipal Professora Maria Luiza Corrêa Machado, da cidade de Paranaíba-MS, com alunos de 2º e 3º anos das séries iniciais. Foram trabalhadas, durante as aulas, leitura literária (oral), roda de conversa (dando voz aos alunos) e atividades interativas, grupais, que envolveram os participantes, despertando a criatividade e, também, a pesquisa. Concluiu-se que estimular a prática da oralidade: contribui para as práticas sociais dos alunos, como também, facilita o ensino de diversas disciplinas; permite que os alunos dialoguem e troquem ideias, ampliando seus conhecimentos por meio da interação proporcionada pela linguagem oral; faz com que os alunos compreendam os discursos de seus pares e organizem os seus de forma clara, coesa e coerente; permite que eles desenvolvam as habilidades e conhecimentos, auxiliando no seu processo educativo.

Palavras-chave: Linguagem Oral. PIBID. Anos Iniciais.

DA LEITURA À PRODUÇÃO DE TEXTOS: A INTERVENÇÃO DIDÁTICA JOVEM SENADOR

Cinthy Kera Bartolomei (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Igor Nathan Camargo dos Santos (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Stefânia Caroline Oviedo de Lima (G-UEMS/CAPES/PIBID)

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS/CAPES/PIBID)

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados obtidos por intermédio da intervenção didática *Jovem Senador* em sala de aula. Essa estratégia de ensino-aprendizagem foi proposta pelo Senado Federal na forma de um concurso de redação com o tema *Participação política: no parlamento, nas ruas e nas redes sociais*. O objetivo desse concurso foi estimular o estudante do Ensino Médio a uma reflexão sobre política, democracia e exercício da cidadania. Para a execução da proposta, foi desenvolvido, previamente, um estudo lexical sobre os termos *política, democracia e cidadania*, tomando-lhes, assim, como base para o início do procedimento pedagógico. O objetivo específico da intervenção pautou-se na ideia de, por meio da leitura de diferentes textos, de diversos gêneros discursivos, fomentar a produção textual do gênero dissertativo-argumentativo. Assim, apresentou-se ao aluno do 2ºB da Escola Estadual São José, Cassilândia – Mato Grosso do Sul, a estrutura e as características desse gênero por meio de slides, debates, apresentações orais expositivas e, desse modo, estimular o aluno à produção textual. A execução da atividade foi promovida pelos bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), supervisionados pelo professor regente da sala. Durante toda a execução deste trabalho, tentou-se mostrar ao aluno a importância do gênero textual dissertativo-argumentativo, com a finalidade de lhe transmitir a utilidade desse tipo de texto tanto na vida cotidiana quanto na escolar dele. Nessa perspectiva, o aluno do Ensino Básico e os bolsistas adquiriram experiência da compreensão textual, mediante a leitura de jornais, revistas e artigos, a fim de ter maior conhecimento sobre o assunto em desenvolvimento com vistas à produção textual do aluno. Nesse processo, houve contato com palavras que, geralmente, não faziam parte do cotidiano do aluno e, conseqüentemente, não faziam parte também do vocabulário utilizado pelo aluno. Os resultados obtidos foram melhores do que o esperado, uma vez que o estudante do Ensino Básico desenvolveu significativo senso crítico, totalmente visível em suas produções, melhorou ortografia, linha de raciocínio e debateu abertamente a respeito de assuntos que cercam a vida cotidiana do cidadão. Constatou-se que esse discente obteve evolução bastante surpreendente e positiva no decorrer da proposta.

Palavras-chave: Ensino. Produção textual. Argumentação. Aprendizagem. Leitura.

**LOCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UMA
EXPERIÊNCIA RELACIONADA A UTILIZAÇÃO DO JOGO BATALHA NAVAL**

Daniela Zanardo Rossetto (UNESP/Ilha Solteira/CAPES)

Silvia Regina Vieira da Silva (UNESP/Ilha Solteira/CAPES)

Neste trabalho pretendemos compartilhar experiências relacionadas ao desenvolvimento de uma atividade planejada por um grupo de alunos do curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira vinculados a um subprojeto do PIBID/UNESP desenvolvido numa escola de ensino médio de Ilha Solteira – SP. A elaboração da referida atividade partiu do pressuposto que a utilização de giz e lousa associada à apresentação de definições, exemplos, contraexemplos e diversos exercícios não têm surtido o efeito desejado junto aos alunos. Muitos deles afirmam não gostar de Matemática, alguns, inclusive, sentem-se incapazes de aprender alguns conteúdos da disciplina. Sendo assim, é preciso repensar algumas práticas visando resgatar esse público. Uma possibilidade seria a utilização de jogos, pois pode contribuir no desenvolvimento do raciocínio lógico, no cumprimento de regras, pode melhorar as relações interpessoais e, principalmente, auxiliar no desenvolvimento de determinados conteúdos matemáticos. No nosso caso, em particular, utilizamos, numa turma de primeira série do ensino médio, o jogo Batalha Naval para desenvolver habilidades relacionadas à localização e representação de pontos no plano cartesiano. Durante a aplicação do jogo os alunos ficaram mais dispostos a aprender, se empolgaram tanto, que tivemos que controlar a competitividade. Além disso, quando foram abordados conteúdos relacionados à utilização do plano cartesiano, os alunos demonstraram uma mudança positiva. Vale ressaltar a importância do planejamento adequado da atividade. Só utilizar o jogo não implica em aprendizado matemático, é apenas um recurso. Os responsáveis devem fazer relações entre o jogo e o conteúdo trabalhado para que o aluno consiga perceber a Matemática envolvida. Por último, vale ressaltar o aprendizado da equipe envolvida. Não foi só o aluno que mudou o comportamento, todos aprenderam.

Palavras-chave: Jogos. Ensino. Plano Cartesiano.